ISSN 0103-2178 (impressa)
ISSN 2238-3824 (eletrônica)

Faculdade de Letras
Universidade Federal de Minas Gerais

caligrama

revista de estudos românicos

V. 22 n. 2
Julho / Dezembro 2017

Organizadores

Aléxia Teles Duchowny
Laureny Aparecida Lourenço da Silva
Lúcia Fulgêncio
Maria Juliana Gambogi Teixeira

CALIGRAMA

REVISTA DE ESTUDOS ROMÂNICOS

V. 22 - N. 2
Jul.-Dez. 2017

ISSN 0103-2178

CALIGRAMA	Belo Horizonte	v. 22	n. 2	p. 1-155	jul.-dez. 2017

COMISSÃO EDITORIAL

Aléxia Teles Duchowny
Laureny Aparecida Lourenço da Silva
Lúcia Fulgêncio
Maria Juliana Gambogi Teixeira

CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria Chiarini (UFMG)
Célia Marques Telles (UFBa/CNPq)
César Nardelli Cambraia (UFMG/CNPq)
Elisa Maria Amorim Vieira (UFMG)
Graciela Ravetti (UFMG/CNPq)
Haydée Ribeiro Coelho (UFMG/CNPq)
Ida Lucia Machado (UFMG/CNPq)
João Bosco Cabral dos Santos (UFU)
Leda Maria Martins (UFMG/CNPq)
Leila de Aguiar Costa (UNIFESP)
Leonardo Francisco Soares (UFU)
Lilián Guerrero (UNAM)
Lineide do Lago S. Mosca (USP)
Lúcia Castello Branco (UFMG/CNPq)
Lúcia Fulgêncio (UFMG)
Magnólia Brasil (UFF)
Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida (USP/CNPq)
Márcia Arbex (UFMG/CNPq)
Márcia Paraquett (UFBA)
Marcos Antônio Alexandre (UFMG)
Maria Antonieta A. de M.Cohen (UFMG/CNPq)
Maria Célia Lima-Hernandes (USP/CNPq)
Maria del Carmen Daher (UFF/CNPq)
Maria Eugênia Olímpio de Oliveira (UFBA)
Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)
Maria Maura Cezario (UFF/CNPq)
Mariangela Rios de Oliveira (UFF/CNPq)
Martine Kunz (UFC)
Mirta Groppi (USP)
Pedro Ramos Dolabela Chagas (UESB)
Raquel Meister Ko. Freitag (UFS/CNPq)
Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (UEFS)
Roberto Mulinacci (U. degli Studi di Bologna)
Roberto Vecchi (Univ. degli Studi di Bologna)
Sara Rojo (UFMG/CNPq)
Saulo Neiva (Université Clermon Ferrand II)
Sebastião C. Leite Gonçalves (UNESP-SJRP/CNPq)
Sérgio Romanelli (UFSC)
Silvia Inés Cárcamo de Arcuri (UFRJ)
Vera Lúcia de C. Casa Nova (UFMG/CNPq)
Walter Carlos Costa (UFSC/CNPq)

Secretaria: Stéphanie Paes

Projeto de capa: Philippe Enrico

Revisão: Alice Bicalho, Carolina Leal e Stéphanie Paes

Formatação: Alda Lopes

Ficha catalográfica elaborada pelas bibliotecárias da FALE/UFMG

Caligrama: revista de estudos românicos, v. 1, dez. 1988 - . Belo Horizonte, MG : Faculdade de Letras da UFMG
il. ; 22cm
Título anterior: Estudos românicos, 1981-1985, n. 1-3.
Periodicidade semestral, a partir do v. 15, n. 1, jan/jun. 2010
ISSN: 0103-2178

1. Línguas românicas – Estudo e ensino – Periódicos. 2. Literatura românica – História e crítica – Periódicos. I. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras.

CDD: 440.05

Faculdade de Letras da UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627 Pampulha
31270-901 - Belo Horizonte - Minas Gerais / Brasil
Sala 4003 - Fone: (31) 3409-6009

e-mail: periodicosfaleufmg@gmail.com

SUMÁRIO

Vogais médias pretônicas: falares mineiros
Pretonic mid vowels: Minas Gerais dialects
Melina Rezende Dias
Maria do Carmo Viegas 5

Analisi di una conversazione tratta da un dominio professionale: la gestione di una discussione fra parlanti d'italiano
Analysis of a conversation from a professional domain: the management of a discussion among speakers of Italian
Roberta Ferroni 33

Níveis de execução gráfica e alfabetismo no Brasil quinhentista
Levels of graphic execution and literacy in sixteenth-century Brazil
Ana Sartori Gandra 61

A presença de latinismos na redação acadêmica: análise de elementos de citação a partir da norma 10520
The presence of latinisms in the academic writing: analysis of citation elements from standard 10520
Thiago Soares de Oliveira 83

Modalidade não epistêmica na linguagem jurídica: um estudo contrastivo
Non-epistemic modality in legal language: a contrastive study
Iva Svobodová 103

O cuidado de si: uma análise acerca da defesa pela castidade masculina no cristianismo medieval
Care of the self: an analysis about the defense of male chastity in medieval Christianity
Bruna Plath Furtado
Roselene de Fátima Coito 135

Caligrama, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 5-31, 2017

Vogais médias pretônicas: falares mineiros

Pretonic mid vowels: Minas Gerais dialects

Melina Rezende Dias
Instituto Federal Fluminense, Santo Antônio de Pádua, Rio de Janeiro / Brasil
melinarezende@yahoo.com.br

Maria do Carmo Viegas
Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais / Brasil
mariadocarmo.viegas@gmail.com

Resumo: Na divisão dos falares proposta por Zágari (1998), Machacalis estaria na área do falar baiano, Piranga e Ouro Branco no falar mineiro. Já na divisão proposta por Nascentes (1953), Machacalis estaria na área de falar baiano, Piranga, no falar fluminense e Ouro Branco no falar mineiro. A realização das pretônicas é característica relevante para as diversas divisões dos falares brasileiros. Assim, este trabalho estuda a variação das vogais médias pretônicas nos referidos municípios. Os objetivos deste artigo são: descrever as vogais médias pretônicas de alguns falares mineiros e assim contribuir para a descrição das variedades de Minas Gerais e do português brasileiro (PB), estudar os processos fonológicos pelos quais passam essas vogais nas três cidades, determinar quais são os gatilhos desses processos e discutir as propostas de divisão dos falares mineiros em que se encaixam as comunidades em questão. Adotou-se o modelo teórico-metodológico da Teoria da Variação e Mudança Linguística (LABOV, 1972) e o modelo da Fonologia Autossegmental (GOLDSMITH, 1976) e da Geometria de Traços (CLEMENTS; HUME, 1996). Para o tratamento estatístico, foi utilizado o modelo de regressão logística, presente no software SPSS. Averiguaram-se quais foram os

eISSN: 2358-9787
DOI: 10.17851/2358-9787.22.2.5-31

grupos de fatores linguísticos e os grupos de fatores sociais atuantes no alçamento e na abertura da vogal média pretônica.

Palavras-chave: variação das vogais médias pretônicas; alçamento; abertura; fonologia autossegmental; falares mineiros.

Abstract: In Zagari (1998), the city of Machacalis is Baiano speaking area, while the city of Piranga and the city of Ouro Branco are Mineiro area. Nascentes (1953) proposed Machacalis as Baiano speaking area, Piranga as Fluminense area and Ouro Branco as Mineiro area. The productions of pretonic vowels is relevant to the various divisions of Brazilian speech. Thus, this work studies the variation of the pretonic vowels in Minas Gerais' towns of Piranga, Ouro Branco and Machacalis. This research goals are: to describe the pretonic vowels contributing to a description of Minas Gerais and the Brazilian Portuguese speaking varieties; to study the phonological processes involved to determine the triggers of these processes and to discuss the proposed division of Minas Gerais local dialects. The theoretical-methodological model of Linguistic Variation and Change (LABOV, 1972) and the Autossegmental Phonology (GOLDSMITH, 1976) and Feature Geometry (CLEMENTS; HUME, 1996) models were adopted. For statistical analysis, the logistic regression model presented in SPSS software was used. We have investigated the social and internal factors involved.

Keywords: variation of the pretonic vowels; raising production; half-open production; autossegmental phonology; Minas Gerais local dialects.

Recebido em: 2 de março de 2017.

Aprovado em: 10 de agosto de 2017.

Neste texto apresentamos um estudo da variação das vogais médias pretônicas em três cidades mineiras: Ouro Branco, Piranga e Machacalis. Essas cidades pertencem a áreas dialetais diferentes, conforme Nascentes (1953): Piranga poderia ser enquadrada na área de falar fluminense; Ouro Branco na área de falar mineiro; e Machacalis na área de falar baiano. Interessa-nos responder, principalmente, às seguintes perguntas:

A) Quais são os processos fonético-fonológicos envolvidos?

B) Há diferenças significativas entre as cidades pesquisadas?

1 Métodos e técnicas[1]

Descrevemos e analisamos os dados de acordo com os princípios metodológicos da Teoria da Variação e Mudança Linguística, ou Sociolinguística Variacionista, proposta por Labov (1972). A pesquisa sociolinguística implica o levantamento criterioso dos registros de língua falada, descrevendo a variável (conjunto de variantes) e traçando um perfil das variantes (formas diferentes que têm o mesmo valor de verdade em um mesmo contexto); a análise dos fatores estruturais e sociais favorecedores; o encaixamento da variável no sistema linguístico e social da comunidade; a avaliação da variável; e a explicação de como se deu a implementação de determinada forma variante. Nossa análise apoia-se na Teoria da Variação e Mudança Linguística tanto porque consideramos adequado dar um tratamento quantitativo aos dados, observando quais são os fatores estatisticamente relevantes na explicação do fenômeno, quanto porque o aparato teórico da Sociolinguística Variacionista permite lidar com o componente social que contribui para influenciar a variação e a mudança linguística.

Utilizamo-nos também da Fonologia Autossegmental (GOLDSMITH, 1976) e da Geometria de Traços (CLEMENTS; HUME, 1996) para a análise dos dados.

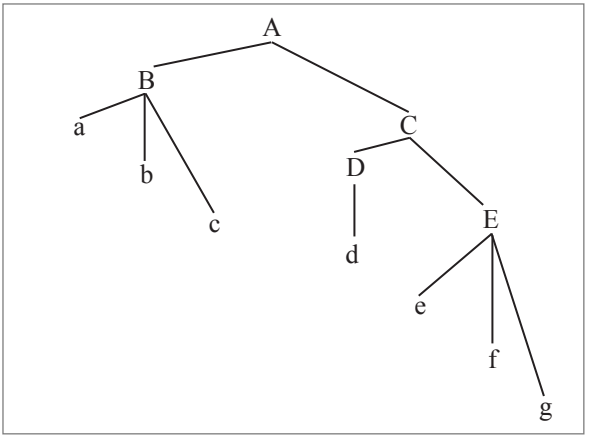
Goldsmith, em sua tese de doutorado, em 1976, apresentou uma teoria para tratar dos fenômenos tonais. O autor propôs que as representações fonológicas e fonéticas não consistiam numa única cadeia de segmentos. Explicou que existem formas subjacentes e de superfície que consistem em cadeias de segmentos paralelos dispostas em dois ou mais níveis. Então, propôs que as representações fonológicas se constituem de diversos níveis paralelos e que há uma hierarquia entre os traços que integram a estrutura interna dos segmentos. Dessa forma, os segmentos são analisados em camadas ou *tiers*. Assim, os sons são divididos em partes tomadas independentemente.

---

[1] Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG – COEP. Protocolo de aprovação nº: 0350.0.203.000-11.

Clements e Hume (1996, p. 4) explicam: "In this approach, segments are represented in terms of hierarchically-organized node configurations whose terminal nodes are feature values, and whose intermediate nodes represent constituents."[2]

Os autores fazem a representação dos traços numa estrutura arbórea:



Fonte: Clements; Hume, 1996, p. 4.

Matzenauer esclarece:

> A estrutura arbórea que representa a *geometria de traços* possibilita expressar a naturalidade dos processos fonológicos que ocorrem nas línguas do mundo, atendendo sempre ao princípio referido [...], isto é, tem de mostrar que constituem uma única operação, seja de desligamento de uma linha de associação ou de espraiamento de um traço. Em consequência, a estrutura apresenta, sob o mesmo nó de classe, traços que funcionam solidariamente em processos fonológicos. Isso quer dizer que essa estrutura encontra evidência no funcionamento da fonologia das línguas: a existência de cada nó de classe e a subordinação de traços na estrutura não é aleatória, ou seja, os nós têm razão de existir quando há comprovação de

[2] Matzenauer (2010) traduz essa explicação de Clements e Hume como: nós terminais são traços fonológicos e nós intermediários são classes de traços. Seguindo essa tradução temos: "Nesta abordagem, os segmentos são representados em configurações de nós, organizados hierarquicamente, cujos nós terminais são traços fonológicos e cujos nós intermediários são classes de traços" (tradução nossa).

> que os traços que estão sob o seu domínio funcionam como uma unidade em regras fonológicas. (MATZENAUER, 2010, p. 52)

Os dados foram coletados em entrevistas gravadas que compõem o *corpus* VARFON-Minas. O *corpus* aqui utilizado foi constituído com dados da fala de 24 informantes que foram selecionados considerando os fatores sociais: origem, sexo e faixa etária. Como pode ser visto na tabela seguinte:

TABELA 1 – Informantes e faixa etária

Ouro Branco		**Piranga**		**Machacalis**	
18 a 24 anos	2 informantes masculinos 2 informantes femininos	18 a 24 Anos	2 informantes masculinos 2 informantes femininos	18 a 24 anos	2 informantes masculinos 2 informantes femininos
40 a 60 anos	2 informantes masculinos 2 informantes femininos	40 a 60 Anos	2 informantes masculinos 2 informantes femininos	40 a 60 anos	2 informantes masculinos 2 informantes femininos
Total	**8 informantes**	**Total**	**8 informantes**	**Total**	**8 informantes**

Foi realizado ainda o controle de variáveis não pesquisadas como: grupo social e escolaridade. Assim, todos os informantes pertenciam ao grupo social intermediário e possuíam ensino médio completo.

Três variantes de cada uma das duas variáveis (e) e (o) foram analisadas. Assim, temos, neste estudo, seis variantes:

(e) – [e]; [ɛ]; [i]
(o) – [o]; [ɔ]; [u]

Fizemos a análise de (e) e (o) separadamente.

Analisamos a variação [e ~ i], [ẽ ~ ĩ], [o ~ u], [õ ~ ũ] – alçamento[3] – e a variação [e ~ ɛ], [o ~ ɔ] – abertura. Para tal, utilizamos principalmente modelos de regressão logística, dentre outras ferramentas estatísticas do conjunto de softwares SPSS.

Para maior controle dos dados, alguns contextos foram separados para fins desta análise. Separamos antes de fazer a regressão: início de palavra e encontros vocálicos. Inserimos na regressão apenas as vogais

[3] Utilizamos o termo alçamento por estar consagrado na literatura.

com distância 1 da sílaba tônica e apenas aquelas do radical. Separamos alguns itens lexicais, principalmente os não variáveis na amostragem.

Levantamos na literatura vários grupos de fatores que poderiam influenciar os processos. Fizemos o cruzamento entre cada variável dependente e cada variável independente e separamos os fatores que não tiveram ocorrência de uma das variáveis dependentes, ou seja, os fatores com realização categórica da vogal.

Ao final, os grupos de fatores inseridos na regressão para o alçamento foram: vogal da sílaba tônica, modo do segmento seguinte, classe gramatical, distância do início da palavra, sexo, faixa etária (ou agrupamento social quando houve interação entre sexo e faixa etária). Para a abertura, inserimos os mesmos grupos de fatores e acrescentamos o grupo de fator paradigma com vogal aberta.

Todos os dados e procedimentos estão descritos detalhadamente em Dias (2014).

2 Descrição e análise

Vejamos o resumo do que ocorre em cada cidade após todas as análises:

QUADRO 1 – Fatores favorecedores do alçamento
e da abertura de /e/ em Ouro Branco

Fator	Ouro Branco Alçamento de /e/	Ouro Branco Abertura de /e/
Vogal tônica	HV [-aberto2]	HV [+aberto3]
Modo seguinte	[-contínuo]	
Classe gramatical	Verbos	Nomes
Paradigma		
Sexo		Fem./adulto
Faixa etária	jovens	

QUADRO 2 – Fatores favorecedores do alçamento
e da abertura de /e/ em Piranga

Fator	Piranga Alçamento de /e/	Piranga Abertura de /e/
Vogal tônica	HV [-aberto2]	HV [+aberto3]
Modo seguinte	[-contínuo -nasal]	
Classe gramatical		
Paradigma		paradigma com vogal aberta
Sexo		masculino
Faixa etária		

QUADRO 3 – Fatores favorecedores do alçamento
e da abertura de /o/ em Ouro Branco

Fator	Ouro Branco Alçamento de /o/	Ouro Branco Abertura de /o/
Vogal tônica	HV [-aberto2]	HV [+aberto3]
Modo seguinte	[-soante +contínuo]	
Classe gramatical		
Paradigma		paradigma com vogal aberta
Sexo		feminino/adulto masculino/jovem
Faixa etária		

QUADRO 4 – Fatores favorecedores do alçamento
e da abertura de /o/ em Piranga

Fator	Piranga Alçamento de /o/	Piranga Abertura de /o/
Vogal tônica	HV [-aberto2]	HV [+aberto3]
Modo seguinte	[-soante +contínuo]	[-soante +contínuo]
Classe gramatical	nome	
Paradigma		
Sexo	masculino/jovens	
Faixa etária		

QUADRO 5 – Fatores favorecedores da elevação de /ɛ/
e do alçamento de /e/ em Machacalis

Fator	Machacalis Elevação de /ɛ/	Machacalis alçamento de /e/
Vogal tônica	HV parcial [-aberto3]	HV total [-aberto2]
Modo seguinte	[-silábico +soante]	[+nasal]
Classe gramatical		Verbos
Sexo		feminino/adulto
Faixa etária		

QUADRO 6 – Fatores favorecedores da elevação de /ɔ/
e do alçamento de /o/ em Machacalis

Fator	Machacalis Elevação de /ɔ/	Machacalis alçamento de /o/
Vogal tônica	HV parcial [-aberto3]	HV total [-aberto2]
Modo seguinte	{[-silábico +soante] [-contínuo]}	[-soante +contínuo]
Classe gramatical		nomes
Sexo	masculino	
Faixa etária		

Consideramos, neste trabalho, o efeito da vogal da sílaba tônica como o principal favorecedor dos processos envolvidos, pois, na hierarquização[4] feita em Dias (2014), esse grupo de fator mostrou-se significativamente mais favorecedor aos processos que os demais grupos analisados.

Estamos analisando falares que realizam sete vogais em sua pauta pretônica e não apenas cinco (ver BISOL, 2013). Após as análises de (e) e (o), consideramos que em **Ouro Branco** e em **Piranga** temos as formas /e/ e /o/ como *default* para as vogais médias pretônicas, pois o número de contextos favorecedores da manutenção da vogal média alta é maior do que aqueles que favorecem os processos envolvidos.

[4] Baseando em Oliveira (2012), foi feito o teste da razão da máxima verossimilhança para hierarquizar as variáveis. Entre os fatores favorecedores, mediremos qual é mais atuante.

A abertura da pretônica pode ocorrer quando a vogal da tônica é [ɛ], [ɔ], [a], por um processo de harmonia vocálica do traço [+aberto3]. Ressaltamos que a vogal [ɐ̃] não favorece a abertura e que esta, em Ouro Branco, apresentou um percentual sempre muito inferior à manutenção.

Podemos dizer que o alçamento da pretônica ocorre nessas cidades por um processo de harmonia vocálica do traço [-aberto2].

Já em **Machacalis**, propomos que as vogais médias pretônicas *default* sejam /ɛ/ e /ɔ/, pois o número de contextos favorecedores do que seria caracterizado como abertura em outros falares é maior do que aqueles que favorecem a manutenção da vogal média alta e o alçamento.

Nessa cidade há vários contextos vocálicos favorecedores da abertura a mais do que as outras cidades – as vogais [ẽ], [õ] se apresentaram, na regressão, como favorecedoras, além das vogais [a], [ɛ], [ɔ]. Em Machacalis não há restrição para a abertura provocada pela vogal da sílaba tônica, nas outras cidades quando a vogal da tônica é [e] ou [o] não há abertura.

Propomos que o processo para a realização [e] e [o], em Machacalis, seja de harmonia vocálica do traço [-aberto3], favorecido principalmente pelas vogais tônicas [e] e [o] seguintes e também pela vogal tônica seguinte [ɐ̃], pois a vogal [ɐ̃] não favorece o que seria a abertura.

No alçamento da pretônica ocorre primeiro a harmonia parcial /ɛ, ɔ/ → /e, o/ (harmonia do traço [-aberto3]); e depois a harmonia total /e, o/ → /ou/ (harmonia do traço [-aberto2]), conforme Bisol (2013).

Qual seria a explicação para as distinções entre esses falares?

1) As vogais [ẽ], [õ] na sílaba tônica em Machacalis favorecem a forma média baixa da pretônica, pois temos [ẽ], [õ] mais baixas do que [e], [o], como explica Seara (2000).

Seara (2000) compara [e] e [ẽ] acusticamente e mostra que a frequência de F1 passa em média de 400 Hz (no segmento oral) para 502 Hz (no nasal). Então, [ẽ] é mais baixa do que [e], uma vez que quanto mais alto for F1, mais baixa é a vogal. A autora explica: "Enquanto para a vogal [a], a nasalidade torna a vogal menos baixa, a vogal [e], quando nasal, passa a menos alta, quer em contexto tônico quanto em átono" (SEARA, 2000, p. 77-78).

Sobre a posterior nasal, Seara afirma: "A vogal [õ] tem seu primeiro formante oral deslocado (F'1) elevando-se em freqüência, o que a torna menos alta do que sua correspondente não-nasal. Essa direção de

deslocamento ocorre nos dois contextos de tonicidade analisados, sendo, no entanto, mais evidente em contexto tônico" (SEARA, 2000, p. 96).

Em Ouro Branco e em Piranga, provavelmente, o grau de dispersão dessas vogais em relação às vogais /ɛ/ e /ɔ/ é maior do que em Machacalis, conforme Sândalo; Abaurre e Madruga (2013) a respeito do falar baiano.

2) Já a vogal [ɐ̃] na sílaba tônica favorece a realização de [e], [o], pois [ɐ̃] é mais alta do que [a].

Seara compara [a] e [ã] acusticamente e mostra que "O primeiro formante oral (F'1) da vogal nasal sofre um significativo abaixamento em frequência e enfraquece em intensidade, passando em média de 740 Hz (oral) para 560 Hz (nasal) em contexto tônico, e de 666 Hz (oral) para 597 Hz (nasal) em contexto átono" (SEARA, 2000, p. 62). Então, [ã] é mais alta do que [a], pois quanto mais baixo for F1, mais alta é a vogal.

A autora pontua ao se referir à vogal baixa central: "Verificamos assim [...] que a coloração nasal leva ao levantamento da vogal, isto é, a vogal nasal, tanto tônica quanto átona, é menos baixa do que a oral" (SEARA, 2000, p. 66).

O Instituto Camões apresenta um quadro que representa as vogais orais e nasais do português europeu (PE).

QUADRO 7 – Vogais orais e nasais do português europeu

Altura	**Ponto de Articulação**		
	Anterior ou Paleatal	**Central**	**Posterior ou Velal**
Altas	[i, ĩ]	[ɨ]	[u, ũ]
Médias	[e, ẽ]	[ɐ, ɐ̃]	[o, õ]
Baixas	[ɛ]	[a]	[ɔ]
	Não Arredondadas		Arredondadas

Fonte: Instituto Camões, c2006.

Consideramos assim que a vogal [ɐ̃] é menos aberta do que a vogal [a] e por isso favorece a realização [e], [o] em Machacalis e em Piranga e Ouro Branco.

3) A harmonia parcial /ɛ, ɔ / → /e, o/ e a harmonia total /e, o/ → /i, u/ são explicadas por Bisol (2013).

A autora explica que, no Sul/Sudeste, a neutralização anula a média aberta e no Norte/Nordeste ambas as médias emergem por assimilação.

Bisol cita alguns exemplos de variação tripartida em Teresina e ressalta que eles apontam para a harmonia gradual:

alɛgria ~ alegria ~ aligria;

fɔrtuna ~ fortuna ~ furtuna.

A autora explica:

> Segundo Trubetzkoy (1967, p.85), e-i formam uma oposição gradual somente em sistemas que possuem vogais com um grau de abertura maior do que **e**, separadas dessa vogal por um grau mínimo de abertura. Por conseguinte espera-se que harmonização gradual seja perceptível e captável em variedades do norte/ nordeste, em que ambas as médias estão presentes na forma de superfície, pois a média fechada separa-se da alta por um grau de abertura e a média aberta por dois graus. (BISOL, 2013, p. 55).

Bisol (2013) ressalta que a harmonia parcial é alimentadora da harmonia total, mas ela pode ou não prosseguir. Ou seja, pode ocorrer apenas a harmonia parcial /ɛ, ɔ/ → /e, o/ e aumentar o número de vogais médias ou ela pode prosseguir e ocorrer a harmonia total /e, o/ → /i, u/.

A autora pontua:

> A primeira regra consiste em desligar o traço [+ab3] da média aberta, o alvo, para dar lugar ao traço [-ab3] da vogal alta vizinha, o gatilho, provocando a mudança de um grau de abertura, isto é, produzindo a média fechada, (alɛgria → alegria). Como toda regra de mudança, desassocia-se um traço e introduz-se outro. A harmonização, como foi referido, pode parar neste ponto, aumentando o número das médias fechadas na pretônica. Todavia, pode prosseguir. A segunda regra desassocia o traço [+ab2] da vogal alvo para dar lugar a [-ab2] da vogal alta do gatilho, atingindo-se o efeito da harmonia total, por mudança de um grau de abertura. Em suma, a partir de al[ɛ]gria realizam-se por gradação *alegria* e *aligria*. Isso ocorre tanto com a média [-post] quanto com a média [+post]. Portanto, a harmonia gradual é

> perceptível no português brasileiro em variedades que manifestam a média aberta no sistema pretônico. (BISOL, 2013, p. 57).

Segundo Bisol, em estudos anteriores, a média fechada diante de sílaba com vogal alta era tratada como exceção. Ela ressalta que "em variedades com sete vogais na pretônica, é, de fato, o efeito parcial da harmonia [...] pois, nesses sistemas, a média fechada, átona só emerge por assimilação, seja diante de média fechada, seja diante de vogal alta, esse com efeito parcial" (BISOL, 2013, p. 59).

2.1 A Fonologia Autossegmental e a Geometria de Traços

A partir das explicações anteriores, fazemos a proposição, para a vogal /ɐ̃/, dos seguintes traços de abertura:

QUADRO 8 – Traços de abertura para a vogal /ɐ̃/:

Abertura / Vogal	ɐ̃
Aberto1	+
Aberto2	+
Aberto3	-

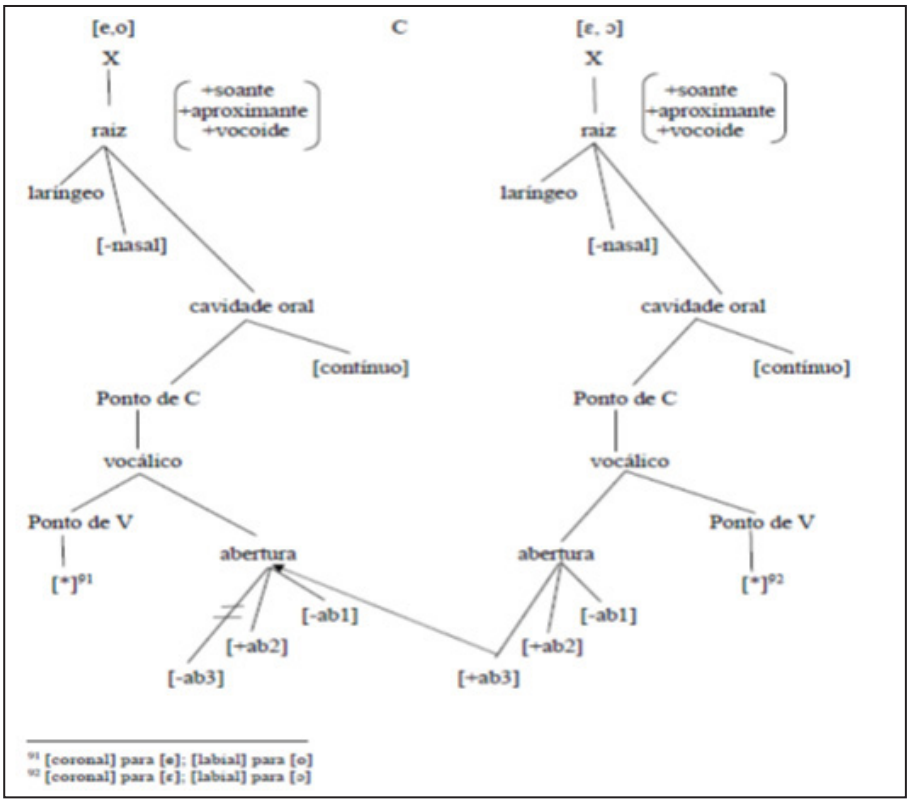
Então, podemos propor a seguinte representação para os processos citados anteriormente em cada cidade:

2.1.1 Ouro Branco e Piranga

2.1.1.1 Abertura

Representação da Harmonia vocálica do traço [+aberto3]

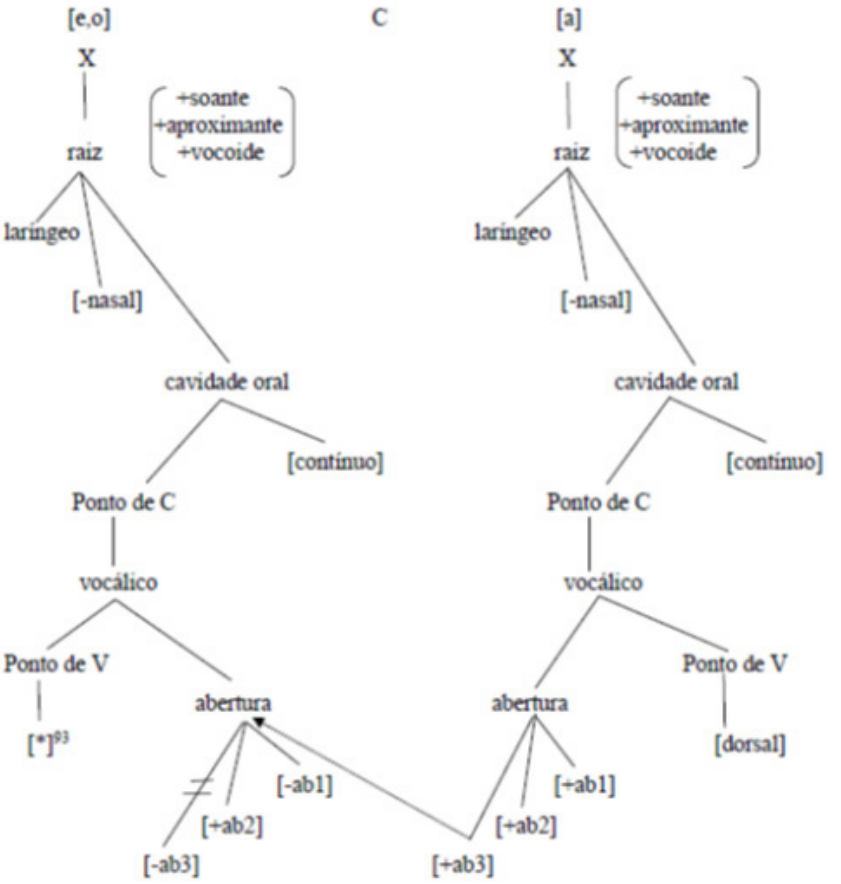
[e, o] → [ɛ, ɔ	gatilho do processo: [ɛ, ɔ]
r[e]c[ɛ]be → r[ɛ]c[ɛ]be	n[o]v[ɛ]la→ n[ɔ]v[ɛ]la
n[e]g[ɔ]cio → n[ɛ]g[ɔ]cio	c[o]l[ɔ]ca→ c[ɔ]l[ɔ]ca



Fonte: Dias, 2014, p. 335.

O nó de abertura da vogal média alta tem seu traço [-aberto3] desligado para dar lugar ao traço [+aberto3] da vogal média baixa seguinte, que é o gatilho do processo. Assim, o nó de abertura da vogal média baixa espraia para o nó vocálico da vogal média alta, ocorrendo a mudança de um grau de abertura, ou seja, a vogal média pretônica [e, o], com traços[-ab1, +ab2, -ab3] assimila o traço [+ab3] da vogal média baixa seguinte e torna-se média baixa também. Os traços [-ab1] e [+ab2] mantêm-se da mesma forma, já que são traços da vogal média baixa. Segundo Clements e Hume (1996), todos esses traços podem espraiar livremente através de consoantes simples, pois elas não têm nó vocálico para bloquear esse processo.

[e, o] → [ɛ, ɔ]	gatilho do processo: [a]
f[e]chado → f[ɛ]chado	g[o]stava → g[ɔ]stava



Fonte: Dias, 2014, p. 337.

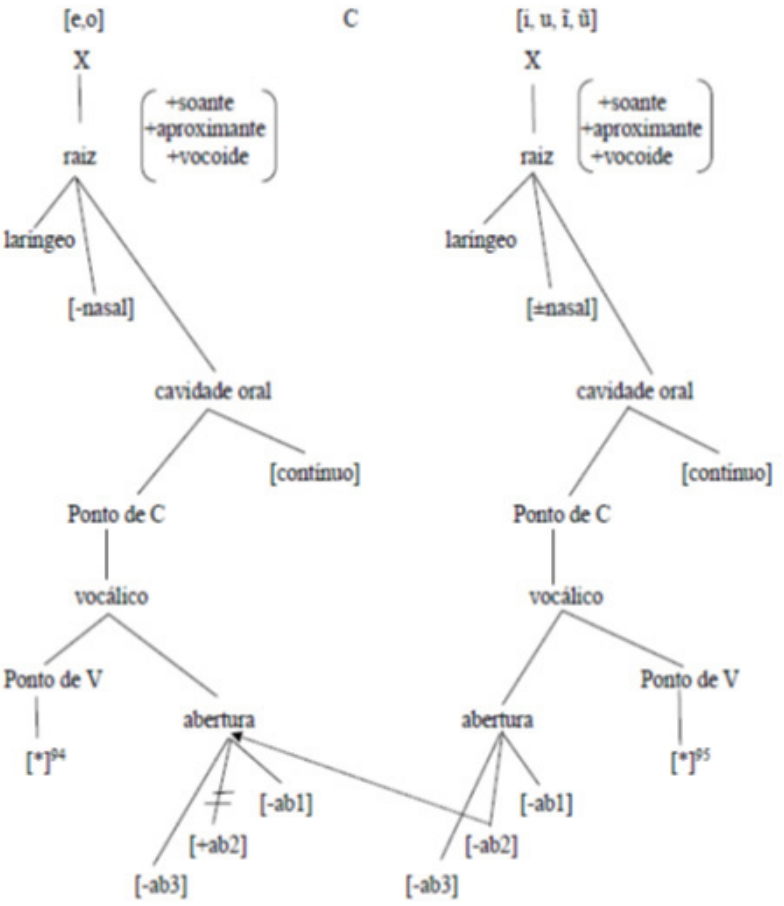
O nó de abertura da vogal média alta tem seu traço [-aberto3] desligado para dar lugar ao traço [+aberto3] da vogal baixa seguinte, que é o gatilho do processo. Assim, o nó de abertura da vogal baixa seguinte espraia para o nó vocálico da vogal média alta, ocorrendo a mudança de um grau de abertura, ou seja, a vogal média pretônica [e, o], com traços [-ab1, +ab2, -ab3] assimila o traço [+ab3] da vogal baixa seguinte e torna-se média baixa. Os traços[-ab1] e [+ab2] mantêm-se da mesma forma, já que são traços da vogal média baixa. Ressaltamos que a vogal média alta não assimila o traço [+ab1] da vogal baixa.

2.1.1.2 Alçamento – Representação da Harmonia vocálica do traço [-aberto2]

[e, o] → [i, u] gatilho do processo: [i, u, ĩ, ũ]

b[e]b[i]da → b[i]b[i]da g[o]rd[u]ra → g[u]rd[u]ra

n[e]nh[u]m → n[i]nh[u]m d[o]m[i]ngo → d[u]m[i]ngo



94 [coronal] para [e]; [labial] para [o]
95 [coronal] para [i,ĩ]; [labial] para [u,ũ]

Fonte: Dias, 2014, p. 338.

O nó de abertura da vogal média alta tem seu traço [+aberto2] desligado para dar lugar ao traço [-aberto2] da vogal alta seguinte, que é o gatilho do processo. Assim, o nó de abertura da vogal alta seguinte espraia para o nó vocálico da vogal média antecedente, ocorrendo a mudança de um grau de abertura, ou seja, a vogal média pretônica [e, o], com traços [-ab1, +ab2, -ab3], assimila o traço [-ab2] da vogal alta seguinte e torna-se alta também. Os traços [-ab1] e [-ab3] mantêm-se da mesma forma, já que são traços da vogal alta.

2.1.2 Machacalis

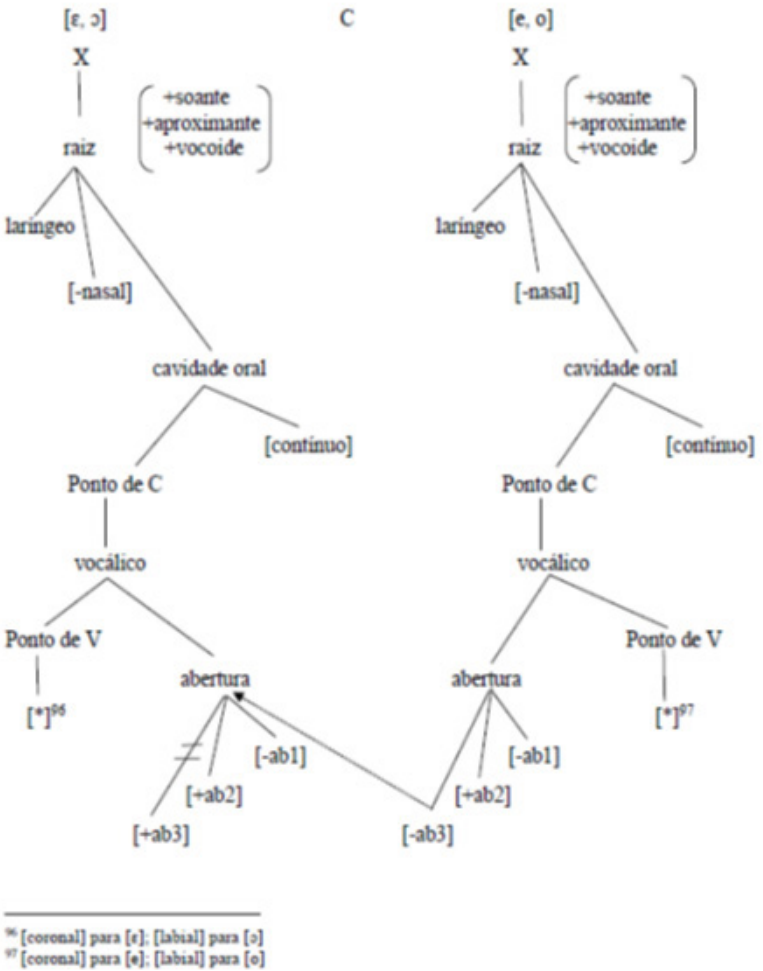
2.1.2.1 Elevação de média baixa para média alta

Representação da Harmonia vocálica do traço [-aberto3]

[ɛ, ɔ] → [e, o] gatilho do processo: [e, o]

c[ɛ]rt[e]za → c[e]rt[e]zac[ɔ]rr[e]ios → c[o]rr[e]ios

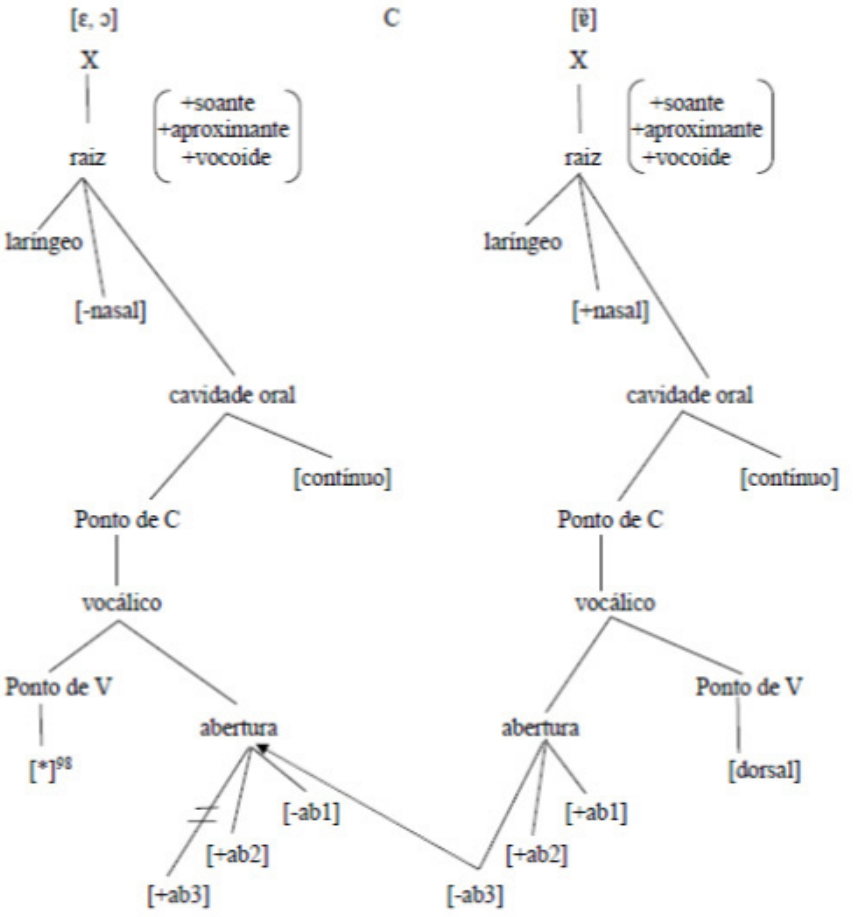
s[ɛ]t[o]r → s[e]t[o]r f[ɔ]rm[o]u → f[o]rm[o]u



Fonte: Dias, 2014, p. 340.

O nó de abertura da vogal média baixa tem seu traço [+aberto3] desligado para dar lugar ao traço[-aberto3] da vogal média alta seguinte, que é o gatilho do processo. Assim, o nó de abertura da vogal média alta seguinte espraia para o nó vocálico da vogal média baixa, ocorrendo a mudança de um grau de abertura, ou seja, a vogal média pretônica [ɛ, ɔ], com traços[-ab1, +ab2, +ab3] assimila o traço [-ab3] da vogal média alta seguinte e torna-se média alta também. Os traços [-ab1] e [+ab2] mantêm-se da mesma forma, já que são traços da vogal média alta.

[ɛ, ɔ] → [e, o] gatilho do processo: [ɐ̃]
ch[ɛ]gando → ch[e]gando v[ɔ]lante → v[o]lante



98 [coronal] para [ɛ]; [labial] para [ɔ]

Fonte: DIAS, 2014, p. 341.

O nó de abertura da vogal média baixa tem seu traço [+aberto3] desligado para dar lugar ao traço[-aberto3] da vogal baixa nasal seguinte, que é o gatilho do processo. Assim, o nó de abertura da vogal baixa nasal seguinte espraia para o nó vocálico da vogal média baixa, ocorrendo a mudança de um grau de abertura, ou seja, a vogal média pretônica [ɛ, ɔ], com traços[-ab1, +ab2, +ab3] assimila o traço [-ab3] da vogal baixa nasal seguinte e torna-se média alta. Os traços [-ab1] e [+ab2] mantêm-se da mesma forma, já que são traços da vogal média alta. Ressaltamos que a vogal média baixa não assimila o traço [+ab1] da vogal baixa nasal.

2.1.2.2 Alçamento

Como em Machacalis propusemos /ɛ/, /ɔ/ como *default*, então para ocorrer a harmonia total é preciso que antes ocorra a parcial. Bisol (2013) explica:

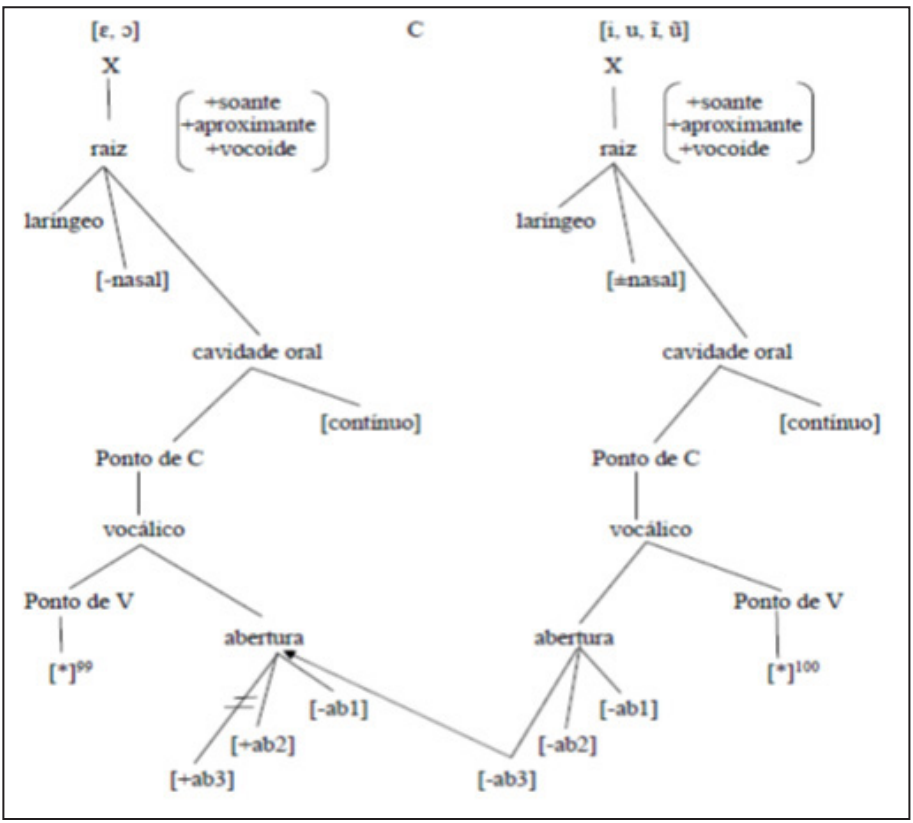
> A harmonização que atinge as médias abertas /ɛ,ɔ/ com o efeito parcial tem a peculiaridade de funcionar como alimentadora da harmonia total /e,o/ → /i,u/, embora disponha da liberdade de não prosseguir, aumentando o número de médias no sistema, assim como tem a liberdade de partir também de outros /e, o/ pré-existentes. (BISOL, 2013, p. 56).

Representação da Harmonia Parcial – harmonia vocálica do traço [-aberto3]

[ɛ, ɔ] → [e, o] gatilho do processo: [i, u, ĩ, ũ]

s[ɛ]gu[i]nte → s[e]gu[i]nte c[ɔ]m[i]da → c[o]m[i]da

s [ɛ]g[u]ro → s[e]g[u]ro c[ɔ]st[u]me → c[o]st[u]me



Fonte: Dias, 2014, p. 343.

O nó de abertura da vogal média baixa tem seu traço [+aberto3] desligado para dar lugar ao traço [-aberto3] da vogal alta seguinte, que é o gatilho do processo. Assim, o nó de abertura da vogal alta seguinte espraia para o nó vocálico da vogal média baixa antecedente, ocorrendo a mudança de um grau de abertura, ou seja, a vogal média pretônica [ɛ, ɔ], com traços [-ab1, +ab2, +ab3] assimila o traço [-ab3] da vogal alta seguinte e torna-se média alta, ocorrendo a harmonia parcial.

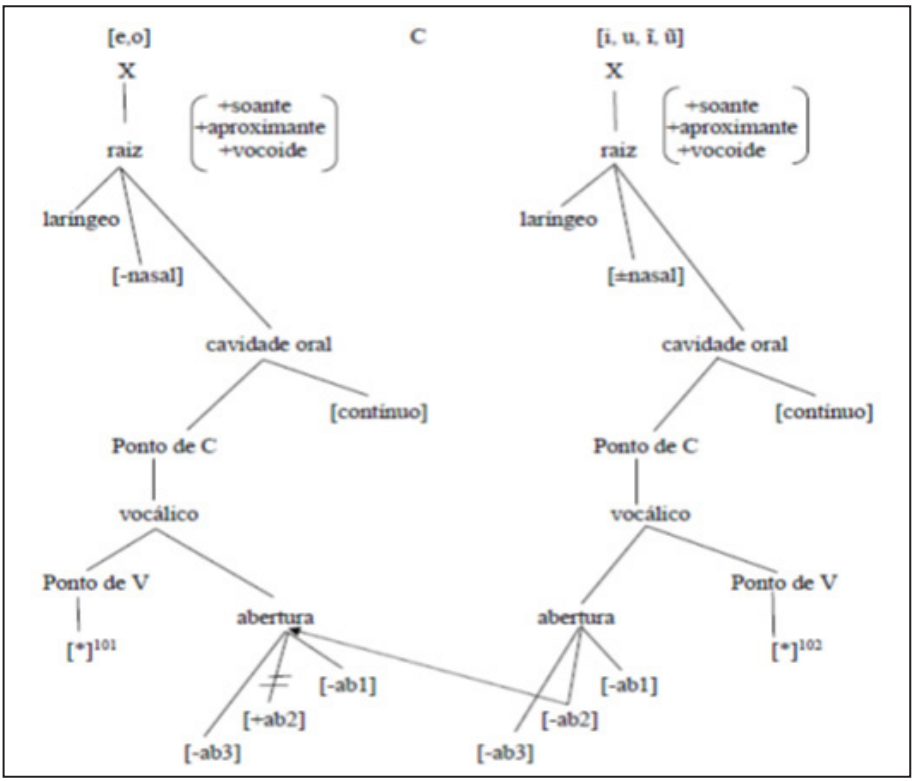
Como Bisol (2013) explica, a harmonia pode parar aqui e aumentar o número de vogais médias ou ela pode prosseguir e ocorrer a harmonia total /e, o/ → /ou/, representada a seguir:

Representação da Harmonia Total –harmonia vocálica do traço [-aberto2]

[e, o] → [i, u] gatilho do processo: [i, u, ĩ, ũ]

s[e]gu[i]nte → s[i]gu[i]nte c[o]m[i]da → c[u]m[i]da

s [e]g[u]ro → s[i]g[u]ro c[o]st[u]me → c[u]st[u]me



Fonte: Dias, 2014, p. 345.

O nó de abertura da vogal média alta tem seu traço [+aberto2] desligado para dar lugar ao traço [-aberto2] da vogal alta seguinte, que é o gatilho do processo. Assim, o nó de abertura da vogal alta seguinte espraia para o nó vocálico da vogal média antecedente, ocorrendo a mudança de um grau de abertura, ou seja, a vogal média pretônica [e, o], com traços [-ab1, +ab2, -ab3] assimila o traço [-ab2] da vogal alta seguinte e torna-se alta também. Os traços [-ab1] e [-ab3] mantêm-se da mesma forma, já que são traços da vogal alta.

3 Comparação entre os falares

Machacalis pertence ao falar baiano. Portanto, considerando a divisão de Nascentes (1953) e os resultados obtidos durante a nossa pesquisa, podemos propor para essa cidade as vogais /ɛ/ e /ɔ/ como *default*. As observações de Mota (1979), Cardoso (1986), Callou; Leite e Coutinho (1991) e Bisol (2013), apresentadas a seguir, corroboram nossa proposta.

Mota explica:

> [...] os dialetos diferem também quanto à estrutura subjacente e não apenas quanto às regras fonológicas que a relacionam à estrutura superficial. As próprias falhas na imitação de dialetos por falantes de outras áreas podem ser vistas, segundo HAUSMANN, como indício de que os diversos dialetos de uma língua apresentam diferentes estruturas subjacentes, ao contrário do que até então propunha a Fonologia Gerativa Transformacional. (MOTA, 1979, p. 20).

Cardoso (1986), ao examinar a divisão dialetal do Brasil proposta por Nascentes, à luz dos dados fornecidos pelo *Atlas prévio dos falares baianos* e pelo *Esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais*, explica, ao se referir ao falar baiano, que a maior frequência foi das vogais médias abertas, tanto anteriores quanto posteriores.

> Acresce a isso o fato de as ocorrências de [e] e [o] distribuírem-se de forma generalizada pelo território baiano o que demonstra a inexistência de área ou áreas específicas. A distribuição das ocorrências de [e] e [o] permite-nos concluir que a presença das vogais médias fechadas em posição pretônica não se define como traço característico de região, mas configura-se como uma variante livre de [ɛ] e [ɔ], que se afiguram como realizações básicas na área. (CARDOSO, 1986, p. 50).

Callou; Leite e Coutinho pontuam:

> Para finalizar, gostaríamos de assinalar que é extremamente difícil com os dados disponíveis decidir se alteamento e abaixamento constituem inovação ou conservação. Falou-se até aqui em regra de abaixamento, partindo-se do pressuposto de que a forma básica histórica é /e/, a harmonização sendo de alteamento e→ i e a ocorrência de vogais baixas indicando uma simplificação da

> regra, isto é, uma inovação. Outra interpretação possível, calcada também em dados históricos e corroborada pelo fato de ter sido anotada de preferência em pessoas mais velhas, seria interpretar a ocorrência de vogais baixas como uma manutenção, o processo histórico sendo ɛ→ e → i. (CALLOU; LEITE; COUTINHO, 1991, p. 77).

Bisol, ao comparar os efeitos da harmonização vocálica em duas variedades do PB (Sul/Sudeste e Norte/Nordeste), mostra que no Norte/Nordeste a vogal que entra como *default* é a média aberta: "Quando não há contexto para assimilação ou quando a assimilação que produz as médias deixa de atuar por ser regra variável, entra como *default*, no sentido de vogal de maior uso, a média aberta" (BISOL, 2013, p. 57).

Assim, podemos propor os seguintes processos fonético-fonológicos em cada cidade:

QUADRO 9 – Processos fonético-fonológicos e
m Ouro Branco, Piranga e Machacalis

Ouro Branco	**Piranga**	**Machacalis**
/e/ /o/	/e/ /o/	/ɛ/ /ɔ/
HV[5] do traço [+aberto3]	HV do traço [+aberto3]	HV do traço [-aberto3]
HV do traço [-aberto2]	HV do traço [-aberto2]	HV parcial [-aberto3] e HV total [-aberto2]

Em Machacalis, a harmonia parcial [-aberto3] é igual à elevação de média baixa para média alta (HV do traço [-aberto3]). Podemos observar nas representações que fizemos anteriormente que a diferença é apenas o gatilho do processo. Para a elevação, temos como gatilho as vogais [e], [o], [ɐ̃]. Para a harmonia parcial, temos como gatilho as vogais altas. Mas o processo é o mesmo, assimilação do traço [-aberto3].

4 Considerações Finais

Resumindo os processos apresentados, temos apenas dois processos para cada cidade:

[5] HV= Harmonia Vocálica

1) HV do traço [+aberto3] – Ouro Branco e Piranga
2) HV do traço [-aberto3] – Machacalis
3) HV do traço [-aberto2] – Ouro Branco, Piranga e Machacalis

Portanto, Machacalis se mostra claramente diferente das outras cidades. Já Ouro Branco e Piranga apresentam os mesmos *defaults* e os mesmos processos, mas ressaltamos que há diferenças percentuais entre essas cidades. Vejamos os percentuais de manutenção e abertura nessas cidades quando a vogal da tônica é favorecedora da abertura ([ɛ], [ɔ], [a]):

TABELA 2 – Percentuais de manutenção e abertura para /e/, com vogal tônica [ɛ], [ɔ], [a], em Ouro Branco e Piranga

Variantes		**Ouro Branco v. tônica**		**Piranga v. tônica**	
		[a]	**[ɛ], [ɔ]**	**[a]**	**[ɛ], [ɔ]**
[e]	n	83	74	33	12
	%	86,5%	85,1%	27,5%	28,6%
[ɛ]	n	13	13	87	30
	%	13,5%	14,9%	72,5%	71,4%
Total	**n**	**96**	**87**	**120**	**42**
	%	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

TABELA 3 – Percentuais de manutenção e abertura para /o/, com vogal tônica [ɛ], [ɔ], [a], em Ouro Branco e Piranga

Variantes		**Ouro Branco v. tônica**		**Piranga v. tônica**	
		[a]	**[ɛ], [ɔ]**	**[a]**	**[ɛ], [ɔ]**
[o]	n	55	44	11	5
	%	67,1%	77,2%	13,4%	13,2%
[ɔ]	n	27	13	71	33
	%	32,9%	22,8%	86,6%	86,8%
Total	**n**	**82**	**57**	**82**	**38**
	%	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Os percentuais de abertura em Ouro Branco e Piranga são muito diferentes. Em Ouro Branco prevalece a manutenção, mesmo com vogal tônica favorecedora da abertura. Já em Piranga, o percentual de abertura nesse contexto é muito alto.

Além desses processos, os resultados das regressões mostraram que há também atuação das consoantes seguintes tanto para a abertura quanto para o alçamento. Ressaltamos que os processos resultantes da influência das consoantes não foram analisados de acordo com a Teoria Autossegmental devido à necessidade de refinamento da análise, pois não pesquisamos cada consoante detalhadamente, o que nos impossibilita fazer a representação.

Há ainda outros grupos de fatores operando, por exemplo, o paradigma com vogal aberta e o acento secundário, que não foram analisados detalhadamente neste texto.

Além desses, é importante ressaltar que há questões lexicais atuando. Para a grande parte dos dados, podemos postular processos fonético-fonológicos, mas ressaltamos que, tanto para (e) quanto para (o), para o alçamento e para a abertura, observamos a atuação de itens lexicais, principalmente nos casos em que, no mesmo contexto, um item sempre alça e o outro nunca alça. Esses aspectos foram considerados no texto de Lemos e Viegas (2016).

Esses grupos de fatores ou foram controlados na análise dos dados ou foram inseridos na regressão, validando assim os resultados encontrados.

Se levarmos em consideração apenas os processos fonético-fonológicos, poderíamos dizer que a divisão dos falares de Minas apresentada em Zágari (1998) seria a divisão mais interessante. Nessa divisão, o falar de Piranga estaria na mesma área de Ouro Branco, pois os processos em nesses municípios **são os mesmos**. Assim, Piranga e Ouro Branco pertenceriam à área de falar mineiro e Machacalis à área de falar baiano.

Cremos, assim, ter respondido as perguntas inicialmente propostas.

Referências

BISOL, L. Harmonização vocálica: efeito parcial e total. *Organon*, Revista do Instituto de Letras da UFRS, Porto Alegre, v. 28, n. 54, p. 49-61, jan./jun. 2013.

CALLOU, D.; LEITE, Y.; COUTINHO, L. Elevação e abaixamento das vogais pretônicas no dialeto do Rio de Janeiro. *Organon*, Revista do Instituto de Letras da UFRS, Porto Alegre, v. 5, n. 18, p. 71-78, 1991.

CARDOSO, S. A. M. Tinha Nascentes razão? *Estudos Linguísticos e Literários,* Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFBa, Salvador, n. 5, p. 47-59, 1986.

CLEMENTS, G. N.; HUME, E. The Internal Organization of Speech Sounds. In: GOLDSMITH, J. (Org.). *The Handbook of Phonological Theory.* London: Blackwell Publishing, 2007, p. 1-47. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/209272940/Clement-e-Hume-1995-The-Internal-Organization-of-Speech-Sounds#>. Acesso em: 17 out. 2017.

DIAS, M. R. *Estudo comparativo da variação das vogais médias pretônicas em falares mineiros.* 2014. 372 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

GOLDSMITH, J. A. *Autosegmental Phonology.* 1976. 280 f. Tese (Doutorado) –Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, Mass., 1976.

INSTITUTO CAMÕES. Fonética e fonologia: que diferença? c2006 Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/cpp/acessibilidade/capitulo3_1.html>. Acesso em: 15 abr. 2014.

LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LEMOS, F. A. P.; VIEGAS, M. C. O alçamento das vogais médias pretônicas em falares mineiros: os dados. *Caletroscópio*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem da UFOP, Ouro Preto, v. 4, p. 314-323, 2016. Número especial.

MATZENAUER, C. L. B. Introdução à teoria fonológica. In: BISOL, L. (Org.). *Introdução a estudos de fonologia do português.* 5. ed. rev. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

MOTA, J. A. *Vogais antes de acento em Ribeirópolis – SE.* 1979. 290 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) –Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979. 2v.

NASCENTES, A. *O linguajar carioca.* Rio de Janeiro: Simões, 1953.

OLIVEIRA, A. J. de. *Comendo o final das palavras:* análise variacionista da haplologia, elisão e apócope em Itaúna/MG. 2012. 296 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

SÂNDALO, F.; ABAURRE, M. B. M.; MADRUGA, M. R. Dispersão e harmonia vocálica em dialetos do português do Brasil. *Organon*, Revista do Instituto de Letras da UFRS, Porto Alegre, v. 28, n. 54, p.13-30, jan./jun. 2013.

SEARA, I. C. *Estudo acústico-perceptual da nasalidade das vogais do Português Brasileiro.* 2000. 270 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Língua e Literatura Vernáculas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

ZÁGARI, M. R. L. Os falares mineiros: esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais. In: AGUILERA, V. de A. (Org.). *A Geolinguística no Brasil* – caminhos e perspectivas. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 1998. p. 31-54.

Caligrama, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 33-60, 2017

Analisi di una conversazione tratta da un dominio professionale: la gestione di una discussione fra parlanti d'italiano

Analysis of a conversation from a professional domain: the management of a discussion among speakers of Italian

Roberta Ferroni
Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo / Brasil
robertaferronibr@gmail.com

Riassunto: A partire da un dialogo tratto da un corpus composto da conversazioni faccia a faccia, raccolte all'interno di un dominio professionale, tra parlanti italiani, l'articolo esplora le potenzialità che gli studi conversazionali possono offrire per identificare le strategie discorsive, usate nel corso di una discussione. L'analisi ha permesso di mettere a fuoco una vasta gamma di meccanismi conversazionali come: discorsi simultanei, sovrapposizioni, interruzioni e segnali discorsivi metatestuali e modulatori, che tessono la trama dell'interazione e puntellano gli interventi dei parlanti, al fine di affermare e controbattere, in maniera più o meno accesa, le proprie opinioni. Si conclude che l'input proveniente dalla vita reale, associato a percorsi di osservazione, costruiti *ad hoc,* in base a quelli che sono i meccanismi osservati nell'ambito degli studi della conversazione, possono effettivamente costituire delle valide risorse, da usare in classe, per sensibilizzare gli apprendenti allo sviluppo della competenza discorsiva in italiano LS.

Parole-chiave: conversazione faccia a faccia; input autentico; competenza discorsiva.

eISSN: 2358-9787
DOI: 10.17851/2358-9787.22.2.33-60

Abstract: From a dialogue taken from a corpus composed of face-to-face conversations between Italian speakers, collected in a professional environment, the article explores the potential that conversational studies can provide to identify the discursive strategies used during a discussion. The analysis allowed to focus on a wide range of conversational mechanisms such as simultaneous speeches, overlaps, interruptions and discursive meta-textual signals and modulators, that weave the threads of interaction and support the interventions of the speakers in order to affirm and refute, more or less lively, their opinions. It concludes that the input from the real life, associated with observations built *ad hoc*, based on the mechanisms observed in the context of the studies of conversation, may indeed be valuable resources for use in the classroom, to sensitize learners to the development of discursive competence in Italian as a foreign language.

Keywords: face-to-face conversations; authentic input; discursive competence.

Recebido em: 10 de março de 2017.

Aprovado em: 11 de maio de 2017.

1 Introduzione

In una conferenza tenutasi in occasione del III convegno ILSA[1] nel lontano 1996, Daniela Zorzi, nota studiosa di Analisi della Conversazione (d'ora in poi AC) applicata alla didattica dell'italiano lingua seconda (d'ora in poi L2), prendeva atto del fatto che molti dei materiali didattici specializzati nell'insegnamento dell'italiano lingua seconda (d'ora in poi L2) e lingua straniera (d'ora in poi LS), specie di livello avanzato, erano poco sensibili ai tratti conversazionali che contraddistinguono l'oralità come, ad esempio, auto ed eterointerruzioni, sovrapposizioni, auto ed eterocorrezioni e ancora cambi di topico, ripetizioni e segnali discorsivi. Zorzi si auspicava che, in un futuro non troppo lontano, questi fenomeni potessero trovare una giusta collocazione nella didattica dell'italiano L2 e LS, visto che "è solo conoscendo le caratteristiche della comunicazione

[1] Insegnanti Italiano Lingua Seconda Associati.

reale che si potrà aiutare lo studente ad usare la lingua in modo adeguato ai diversi contesti" (ZORZI, 1996, p. 15). A distanza di circa vent'anni la situazione, come salientano Gillani e Pernas (2014), è rimasta pressoché immutata e – salvo sporadiche proposte operative che mirano a sviluppare una pedagogia propensa alla "co-costruzione della conversazione, all'alternanza e all'interruzione" (PERNAS *et al.*, 2011, p.66)[2] – molti dei manuali d'italiano L2 e LS di livello avanzato continuano a dimostrarsi ignari dei meccanismi prototipici che regolano il parlato.

Fatta questa premessa l'articolo ha lo scopo di illustrare il progetto di ricerca intitolato "L'acquisizione dei segnali discorsivi nel parlato dialogico di apprendenti di italiano LS – di livello intermedio e avanzato – attraverso l'approccio conversazionale"[3] e il cui obiettivo è consolidare, fra apprendenti d'italiano LS, consapevolezza e capacità d'uso relativamente all'utilizzo dei segnali discorsivi. In particolare, in queste pagine ci soffermeremo a descrivere la 1ª fase del progetto, che consiste appunto nella creazione di una piattaforma *on line* denominata *Ma dai!: proposte didattiche in azione per l'apprendimento dei segnali discorsivi in italiano LS,* composta da conversazioni faccia a faccia, raccolte in situazioni sia simmetriche che asimmetriche, tra parlanti italiani. In una 2ª fase le interazioni serviranno come input per elaborare delle attività didattiche, da usare in classe, che consentano a studenti di italiano LS di livello avanzato di apprendere i meccanismi e le procedure tipiche della conversazione.

Dopo aver illustrato i criteri impiegati per l'elaborazione del *corpus* che comporrà la piattaforma, effettueremo, tramite gli studi conversazionali (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974; BAZZANELLA, 1994, 1995, 2011), l'analisi di una microscena, tratta dallo stesso *corpus,* al fine di mettere a fuoco le strategie discorsive, usate da parlanti di italiano, nel corso di una discussione.

Scopo del seguente contributo sarà vedere quali informazioni si possono ricavare, che siano poi applicabili in una fase successiva del

---

[2] Si vedano la sequenza didattica illustrata da Pugliese (2015) che presenta delle attività per favorire lo sviluppo e la capacità d'uso del segnale discorsivo *figurati* e l'unità 6 del corso d'italiano per stranieri *Bravissimo! 3-B1* (Casa delle Lingue), ricca di spunti per l'insegnamento della dimensione testuale dello scambio conversazionale (FERRONI; BIRELLO, 2016).

[3] Il progetto è finanziato dall'ente brasiliano FAPESP (2016/08917-9).

progetto,[4] dallo studio di un'interazione simmetrica raccolta all'interno di un dominio professionale, attraverso l'apparato metodologico proposto dagli studi conversazionali.

2 Genesi della piattaforma Ma dai!: i criteri e la raccolta dati

Negli ultimi anni, gli insegnanti più avveduti, per sensibilizzare i propri studenti a quelle che sono le regole che gestiscono la co-costruzione conversazionale in italiano L2 e LS, possono contare su una serie di materiali d'appoggio e di facile reperibilità, come, ad esempio, sequenze tratte da film, programmi tv, fino a delle verie e proprie banche dati che compongono i cosiddetti *corpora* di lingua orale.[5] L'uso di questi materiali non riesce tuttavia a soddisfare pienamente quelli che sono i bisogni del pubblico che si ha di fronte. Si pensi, ad esempio, ai film o a programmi televisivi, che pur essendo materiali non pensati per scopi didattici, spesso e volentieri, riproducono delle conversazioni che rispecchiano solo parzialmente le modalità della lingua parlata, dato che gli "attori" recitano sulla base di un copione scritto che può essere interpretato più o meno liberamente. Anche i *corpora* di lingua parlata presentano, a loro volta, una serie di problemi. Infatti, pur restituendo degli stralci di conversazioni tratte dalla vita reale, possono proporre situazioni quotidiane molto lontane da quelle che i nostri allievi potrebbero dover gestire una volta fuori dall'aula. Nel caso poi si tratti di *corpora* supportati solo da dati audio, sono da valutare probabili errori di fraintendimento che l'assenza di immagini può provocare, specie agli occhi di un parlante straniero, poiché anche il linguaggio del corpo, alla stregua di quello verbale, contribuisce a tutti gli effetti i fini dell'andamento dell'evento comunicativo (CONTENTO, 1999; BONAIUTO; MARICCHIOLO, 2003; POGGI, 2006; CILIBERTI, 2015).[6] Nel tentativo di sciogliere questi interrogativi che, come docente di italiano LS, accompagnano la nostra prassi didattica, a partire da marzo del 2017 è in fase di sviluppo il progetto denominato "L'acquisizione dei segnali discorsivi nel parlato

[4] Come già anticipato la finalità del progetto consiste nello sviluppare la competenza discorsiva fra apprendenti di italiano LS di livello intermedio e avanzato.

[5] Per le lingue romanze si veda il *corpus* C-ORAL-ROM.

[6] Sui vantaggi relativi all'uso di materiali multimodali si vedano, fra gli altri, Moreno Jaén; Pérez Basanta (2009).

dialogico di apprendenti di italiano LS – di livello intermedio e avanzato – attraverso l'approccio conversazionale". Come anticipato nel paragrafo precedente il progetto, ancora in fase embrionale, prevede, nel corso della tappa iniziale, la creazione di una piattaforma multimodale, corredata da dati audio e video, che consenta all'utente di navigare all'interno di "microscene" che riproducono interazioni faccia a faccia, raccolte in situazioni sia simmetriche che asimmetriche, fra parlanti di italiano e accompagnate dalla rispettiva trascrizione.[7]

Ai fini della messa a punto di questa prima fase che servirà come input per alimentare la creazione di materiali specifici per lo sviluppo della competenza interazionale[8] in italiano LS fra apprendenti di livello avanzato, è stato necessario fissare dei criteri che qui di seguito passeremo ad illustrare.

Il materiale video che comporrà la piattaforma è stato raccolto[9] dalla ricercatrice ed è composto da un campione di "microscene", corrispondenti a 10 ore di conversazioni faccia a faccia.[10] Con la speranza di poter venire incontro alle esigenze dei destinatari di questo progetto, abbiamo preferito controllare una serie di variabili.[11] Dal punto di vista

---

[7] La piattaforma sarà poi disponibile online.

[8] Alcuni autori parlano di competenza interazionale (si vedano, per esempio, YOUNG, 2011; PEKAREK DOEHLER; POCHON-BERGER, 2015), altri di competenza discorsiva (QCER, 2002). In questo articolo useremo indistintamente i due termini per riferirci a "a knowledge of rhetorical scripts, a knowledge of certain lexis and syntactic patterns specific to the practice, a knowledge of how turns are managed, a knowledge of topical organization, and a knowledge of the means for signaling boundaires between practices and transitions within the practice itself" (YOUNG, 2011 p. 429).

[9] La fase di raccolta è avvenuta, attraverso l'ausilio di una telecamera, durante il mese di luglio del 2016.

[10] Per conversazione non intendiamo "indicare quella particolare pratica che è il conversare per diletto, in cui il parlare informalmente tra pari è il mezzo e il fine dell'interazione" bensì ci riferiamo "a un'intera classe di fenomeni che coinvolgono genericamente l'attività di parola" (GALATOLO; PALLOTTI, 1999, p. 14-15).

[11] Chi vi scrive è docente di lingua italiana presso il corso di Laurea di Lingua e Letteratura Italiana della Facoltà di Filosofia, Lettere e Scienze Umane dell'Università di San Paolo del Brasile. Il corso è generalmente frequentato da un pubblico abbastanza eterogeneo sia per età che per interessi. Si tratta di studenti brasiliani, con un'età compresa fra un minimo di 20 e un massimo di 50 anni, e che, oltre allo studio, possono svolgere attività lavorative.

spaziale, trattandosi di registrazioni effettuate "dal vero", per ridurre il più possibile l'impatto provocato dai rumori ambientali, che inevitabilmente circondano il mondo esterno, abbiamo privilegiato solo le interazioni che si svolgono all'interno di ambienti chiusi.[12] Questa scelta ci ha indotto a escludere, almeno per il momento, tutta una serie di spazi pubblici (come, ad esempio, strade, negozi e aule).[13] Sempre per lo stesso motivo il numero delle persone coinvolte nello scambio interattivo è composto da un minimo di 2 a un massimo di 4 membri che partecipano più o meno attivamente alla conversazione. In questo modo abbiamo potuto controllare possibili sovrapposizioni di voci. Questa variabile è stata a sua volta determinante per la sceta dei domini; infatti abbiamo scartato il dominio pubblico, che è quello in cui "l'individuo agisce come membro della società" (*Quadro Comune Europeo di Riferimento per le Lingue* – QCER –, 2002, p. 58), e ci siamo invece concentrati su: dominio personale, quello, cioè, in cui "l'individuo vive come soggetto privato, ed è centrato sulla vita domestica con la famiglia con gli amici" (QCER, 2002, p. 58); dominio professionale "in cui l'individuo è impegnato nel lavoro o nella professione" (QCER, 2002, p. 58); dominio educativo dove "l'individuo è impegnato in attività di apprendimento" (QCER, 2002, p. 58). Nella scelta dei domini ha giocato un ruolo fondamentale anche il profilo dei nostri apprendenti che, lo ricordiamo, sono i principali destinatari di questo progetto. Tenendo conto anche dei descrittori proposti dal QCER (2002),[14] abbiamo cercato di proporre, oltre ad una serie di situazioni comunicative verosimili a quelle che i nostri studenti potrebbero affrontare una volta fuori dall'aula in lingua italiana, delle situazioni che presuppongono, in termini di partecipazione personale, un certo coinvolgimento. Dal punto di vista diastratico, abbiamo preso come campione delle iterazioni che coinvolgono parlanti, di ambo i sessi, in possesso del diploma di istruzione secondaria di 2° grado e del diploma di laurea, con età compresa fra i 20 e i 50 anni. Considerando la complessa

[12] Per ambienti al chiuso intendiamo abitazioni private e uffici.

[13] Oltre ai rumori di sottofondo, le registrazioni realizzate in ambienti pubblici, presentano una serie di altri inconvenienti. Pensiamo, ad esempio, alla difficoltà di poter disporre delle richieste di autorizzazione.

[14] Secondo i descrittori proposti dal QCER (2002) i parlanti, compresi fra i livelli B2 e C2, devono essere in grado di prendere parte a conversazioni su argomenti familiari, di interesse personale o riguardante la vita quotiodiana e di formulare idee e opinioni con precisione e collegate a quelle degli altri.

situazione geolinguistica italiana, per evitare possibili interferenze con varietà dialettali, le riprese sono state effettuate fra parlanti toscani.

Passiamo ora a descrivere, in modo più approfondito, il dominio professionale prescelto.[15]

Come contesto favorevole alla realizzazione delle riprese è stato individuato il *backstage* del festival di teatro contemporaneo intitolato "Kilowatt, l'energia del nuovo teatro".[16] Il festival dedicato alle compagnie emergenti della scena contemporanea (teatro, danza, arti performative, musica, letteratura, arti visive) avviene ogni anno, durante il mese di luglio, presso la città di Sansepolcro,[17] ed è preceduto da un periodo in cui gli operatori che fanno parte dello staff organizzativo,[18] svolgono, presso la sede principale del festival, attività lavorative di vario carattere, finalizzate all'organizzazione dell'evento.

Questo contesto ci è parso particolarmente significativo in quanto gli operatori che vi collaborano hanno un profilo molto simile a quello dei nostri studenti di italiano LS: hanno un'età compresa fra i 20 e 40, possiedono un livello di istruzione superiore, inoltre sono impegnati a svolgere una serie di mansioni piuttosto diversificate che vanno dalla gestione della contabilità, all'aggiornamento dei *social midia*, a riunioni di lavoro con tecnici, fotografi e addetti al settore ospitalità, fino a pranzi informali di lavoro.

Prima di iniziare le riprese, la ricercatrice era entrata in contatto, di persona, con il direttore artistico del festival che, dopo essere stato informato sul motivo della ricerca, ha autorizzato la raccolta dei dati, oltre a fornire una serie di importanti dettagli sul tipo di attività svolte nei giorni precedenti al festival.

---

[15] I dati provenienti dal dominio personale ed educativo sono ancora in fase di raccolta.

[16] Iniziativa che ha ottenuto vari e prestigiosi premi, fra i quali, il Premio Ubu e il Premio Nico Garrone. Per ulteriori approfondimenti su questo evento si rimanda al sito: <http://www.kilowattfestival.it/ >.

[17] Città localizzata in provincia di Arezzo (Toscana) e confinante con Umbria, Romagna e Marche.

[18] Fanno parte dello staff organizzativo: il direttore artistico, la direttrice amministrativa e contabile, il direttore organizzativo e *fundraising*, il direttore tecnico, il responsabile della segreteria organizzativa e biglietteria, il responsabile promozione, volontari e *social-media*, l'addetta all'ufficio stampa, la segreteria organizzativa, la segreteria amministrativa, la squadra tecnica, i fotografi del festival, i *videomakers*. Colgo l'occasione per ringraziare tutti i partecipanti alla ricerca per la disponibilità dimostrata.

Durante il primo giorno delle riprese, il direttore ha presentato la ricercatrice al resto dei membri, informandoli sul motivo della ricerca. Immediatamente dopo le riprese, i partecipanti sono stati invitati a compilare dei questionari, grazie ai quali si è potuto tracciare un quadro socio-linguistico di ognuno.[19]

I dati sono stati raccolti con l'ausilio di una videocamera, poggiata su un treppiede e posizionata in un angolo fisso della stanza in cui si svolgeva l'interazione. I soggetti sono stati informati previamente sulla finalità della ricerca e hanno firmato una liberatoria per consentire la circolazione dei dati e delle immagini.

La maggior parte di quelle che abbiamo definito "microscene" ha una durata non superiore ai tre minuti. Ogni "microscena" si sviluppa intorno ad un preciso compito comunicativo. Per compito intendiamo "un'azione finalizzata che l'individuo considera necessaria per raggiungere un determinato risultato nell'ambito di un problema da risolvere, un impegno da adempiere o un obiettivo da raggiungere" (QCER, 2002, p. 12). Nel caso specifico, abbiamo estrapolato varie interazioni simmetriche che ruotano attorno a precisi compiti comunicativi, come, ad esempio: lavoro di gruppo per organizzare un evento, gestione dei rendiconti amministrativi, gestione del settore ospitalità, gestione e organizzazione del settore *social-media*.

Per quanto riguarda la modalità di osservazione che abbiamo adottato si pone a metà fra i due poli che Duranti (1997, p. 99) definisce come "partecipazione passiva" e "partecipazione completa". Infatti abbiamo preso parte alle interazioni solo quando i partecipanti ci hanno invitati a intervenire. A questo proposito è importante precisare che pur essendo state registrate fra interlocutori consapevoli, le interazioni non mancano certo di spontaneità, dato che la presenza dell'osservatore non crea un contesto falso, ma semplicemente crea un nuovo contesto che dovrà essere studiato come tale.

Successivamente le microscene sono state trascritte. Come norme per la trascrizione sono state adottate quelle suggerite da Saks, Schegloff

[19] Per motivi di spazio ci limiteremo a descrivere il profilo di tre dei collaboratori.

e Jefferson (1974)[20] che ci consentono di mettere in risalto una serie di fenomeni conversazionali, oggetto di studio della presente ricerca.

3 Contesto e metodologia

Prima di descrivere la metodologia, per contestualizzare l'evento comunicativo, è necessario tracciare un breve profilo di ciascun partecipante e descrivere il contesto in cui ha avuto luogo l'interazione.

L'episodio vede come protagonisti principali Massimo, Gianluca e, nella parte finale, anche un intervento di Luca.[21]

Massimo e Luca hanno 42 anni, mentre Gianluca 35. Sono tutti italiani e possiedono un diploma di laurea. Massimo è direttore

[20] Simboli utilizzati:

, pausa breve;
(.) pausa media;
(1.5) pausa lunga, misurata in secondi e decimi di secondo;
= due segmenti di parlato che si susseguono senza interruzione;
[punti in cui inizia una sovrapposizione tra i turni di due parlanti;
(parola) segmento di interpretazione incerta;
(all the/other) interpretazioni alternative di un segmento non ben comprensibile;
( ) segmento incomprensibile;
(2 sill) segmento incomprensibile (con indicazione del numero approssimativo di sillabe);
(( )) fra doppie parentesi sono inseriti elementi non verbali (es. gesti, espressioni del viso, postura, sguardo) o informazioni su ciò che avviene durante la conversazione (es. spostamenti, manipolazione di oggetti, avvenimenti di vario genere);
so:: allungamento della sillaba;
? intonazione ascendente (non necessariamente interrogativa);
hm / mh vocalizzi indicanti esitazione, assenso, dubbio, ecc.;
mhm / ehe / aha risate;
capi- parola o frase interrotta bruscamente;
<u>testo</u> pronuncia enfatica;
TESTO volume più alto rispetto al resto del parlato;
<parola> segmento pronunciato a un ritmo più lento;
°parola° volume più basso rispetto al resto del parlato;
testo fenomeno che si desidera mettere in evidenza.

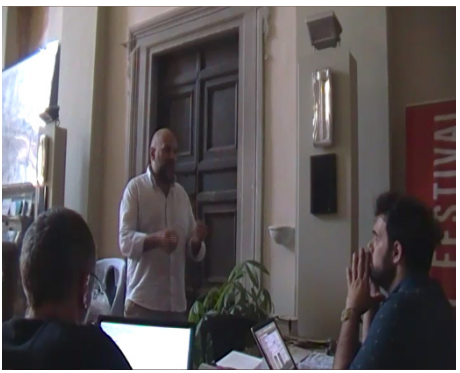
[21] Per motivi di *privacy* i nomi dei soggetti sono stati modificati.

organizzativo e *fundraising* del festival, Gianluca cura la promozione e i *social-media*, Luca dirige ed è ideatore del festival.

La scena, della durata di 3 minuti, si svolge nella sala adiacente al teatro. La stanza ha un soffitto molto grande, per questo motivo la qualità dell'acustica non è perfetta, pertanto ci sono delle parti che in fase di trascrizione sono, purtroppo, risultate incomprensibili. Ai lati della stanza principale, che nei giorni che precedono il festival funge da area di lavoro, sono disposte due grandi tavole. In una si trova seduto Massimo e nell'altra Gianluca e Luca. Trattandosi un lavoro di é*quipe* è molto frequente che i colleghi si trovino a discutere fra loro per risolvere vari aspetti logistici legati al festival, come accade in questo esempio. Massimo è stato convocato al tavolo di Gianluca per stabilire il numero delle sedie destinato ad ogni spettacolo.

Nel corso di tutta la scena Massimo si trova in piedi, disposto frontalmente rispetto a Gianluca che è seduto dietro al tavolo con davanti il computer. Accanto a Gianluca si trova Luca che sta lavorando silenziosamente al computer. Si veda l'immagine 1.

Immagine 1



Gianluca, rispetto a Massimo, che lavora da poco più di un anno per Kilowatt, ha già organizzato varie edizoni del festival, per cui possiede molta più esperienza che ostenterà, attraverso una serie di strategie discorsive, nel corso dell'interazione.

Abbiamo scelto di analizzare questo esempio perché, come vedremo, a causa del contrasto di opinioni, la trama discorsiva risulta essere molto ricca sul piano conversazionale.

L'interazione è composta da ben 44 turni, abbastanza corposi, così distribuiti: 19 turni Gianluca, 17 Massimo e 8 Luca. La lunghezza è attribuibile al fatto che Massimo e Gianluca, in un primo momento, non riescono ad accordarsi sul numero di sedie da destinare ai singoli spettacoli.[22]Mentre per Massimo, per allestire lo spazio culturale Tedamis, non è indispensabile usare le sedie, Gianluca difende la tesi opposta: tutti gli spettacoli, compresi quelli che si svolgeranno nello spazio Tedamis, debbono essere muniti di sedie. Una volta deciso che anche lo spazio Tedamis dovrà disporre delle sedie, i due non concordano sul genere di allestimento riservato a ciascuno spazio. Massimo, per semplificare il lavoro, vorrebbe proporre un unico allestimento da usare sia in piazza che al Tedamis ma Gianluca si oppone. Sarà Luca a decidere gli allestimenti dei due spazi.

Dal punto di vista metodologico, dopo aver identificato la sequenza, abbiamo proceduto alla trascrizione[23] e quindi all'analisi a partire dai fenomeni conversazionali messi in evidenza dall'AC (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974), ovvero: discorsi simultanei, auto e etero interruzioni, pause, allungamenti vocalici, ripetizioni, cambi di topico, auto ed etero correzioni e segnali discorsivi. Inoltre, per identificare le funzioni svolte dai segnali discorsivi (d'ora in poi SD) ci siamo serviti della tassonomia, di matrice conversazionale, messa a punto da Bazzanella (1994, 1995, 2011), che rappresenta il più importante studio condotto sui SD per l'italiano.

Tenendo conto che la conversazione è frutto di una collaborazione nel corso della quale i contributi del parlante di turno e dell'interlocutore si intrecciano, fino quasi a confondersi, la studiosa raggruppa i SD in due macrocategorie:

- I SD interazionali servono per sottolineare la dimensione interattiva della comunicazione. Sono prodotti dal parlante, cioè, colui che proferisce un determinato enunciato in quel dato momento e dall'interlocutore, cioè da colui che partecipa allo

[22] Gli spazi in cui si svolge il festival sono in tutto due: l'ampia piazza Torre di Berta, localizzata in pieno centro storico che ospita gli spettacoli più importanti; il centro culturale Tedamis, poco distante dal centro, che possiede un piccolo teatro destinato agli spettacoli collaterali.

[23] Le norme adottate sono quelle di Saks, Schegloff e Jefferson (1974).

scambio comunicativo senza essere in possesso del turno in quel dato momento (e pertanto partecipa in silenzio o per mezzo di segnali non verbali o di SD specifici). Questi comprendono: i SD usati dal parlante per prendere il turno, richiamare l'attenzione, richiedere l'accordo o la conferma dell'interlocutore, i fatismi[24] e i meccanismi di modulazione;[25] i SD usati dalla parte dell'interlocutore per interrompere, confermare l'attenzione, dimostrare accordo, segnalare la ricezione.

– I SD metatestuali servono per organizzare il testo dal punto di vista dell'articolazione e della struttura argomentativa e comprendono i demarcativi, i focalizzatori e gli indicatori di riformulazione.

Si vedano le tabelle 1 e 2 che descrivono, per ciascuna macrocategoria, le funzioni dei SD, seguite da alcune esemplificazioni.

TABELLA 1 – *Funzioni interazionali dei segnali discorsiovi*

Dalla parte del parlante	*Dalla parte dell'interlocutore*
Segnali relativi al turno: es. *allora, ecco, ma, e*	Meccanismi di interruzione: es. *allora, scusa, ma*
Richiesta di attenzione: es. *senti, dimmi, mi segui?*	Conferma di attenzione: es. *davvero, mh*
Segnali relativi all'accordo: es. *no? ti pare? dico male?*	Conferma dell'accordo: es. *perfetto, assolutamente, come no*
Controllo della ricezione: es. *eh? capisci? capito?*	Fatismi: es. *lo credo, so bene, povero*
Fatismi: es. *come sai, sai, capisci*	Back-channels: es. *esatto, davvero, mh*
Meccanismi di modulazione: es. *naturalmente, magari, se non mi sbaglio*	

[24] Servono a sottolineare l'aspetto di "coesione sociale" della comunicazione (BAZZANELLA, 1994, p. 155).

[25] I meccanismi di modulazione sono usati per rafforzare o mitigare il contenuto proposizionale di un enunciato (BAZZANELLA, 1995, p. 238).

TABELLA 2 – *Funzioni metatestuali dei segnali discorsivi*

Demarcativi: organizzano il testo dal punto di vista dell'articolazione e della struttura argomentativa	*Poi, così, però, allora, quindi, perché*
Focalizzatori: usati dal parlante per segnalare i punti centrali del discorso e possono indirizzare e regolare l'elaborazione dell'informazione a livello cognitivo	*Però, invece*
Indicatori di riformulazione: consistono in parafrasi, correzioni e esemplificazioni	*Cioè, nel senso, voglio dire...*

Successivamente, abbiamo proceduto all'identificazione e al conteggio dei tratti conversazionali, infine i dati sono stati trasferiti in una tabella per stabilirne la frequenza (tabella 3).

TABELLA 3 – *Frequenza dei tratti conversazionali*

FENOMENI CONVERSAZIONALI	FREQUENZA
Segnali discorsivi	63
Prolungamenti vocalici	12
Discorsi simultanei	10
Pause	5
Ripetizioni	5
Autocorrezioni	3
Autointerruzioni	2
Eterointerruzioni	2
Eterocorrezioni	1
Cambi di topico	0

4 Analisi della microscena

Vediamo ora nel dettaglio come si sviluppa la conversazione. Dal punto di vista organizzativo, la prima parte dell'interazione (dal

turno 1 al turno 11), è costruita da una serie di scambi di opinioni, che seppur fra loro contrarie, si susseguono in maniera ordinata rispettando il cosiddetto Punto di Rilevanza Transizionale (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974).[26]

Esempio:

1 Massimo: **credo invece** che col tedamis con quelle che ((gesticolando)) **cioè** anche un allestimentino:: **un pochino**:: **molto più**:: speedy
2 Gianluca: **no** massimo **aspetta un attimo** le sedie al tedamis ci vanno messe ((congiungendo le mani)) la spiaggia ((guardando Luca)) è un'altra cosa **eh?** ((guardando Luca)) la spiaggia sono gli ombrelloni e::: ( ) **giusto?** ((guardando Luca))
3 Luca: ((mentre è occupato al computer)) **sì**
4 Gianluca: al tedamis le sedie **quindi** ci vanno messe
5 Massimo: **sì però io le metterei** qui le duecento sedie:: ((sollevando il braccio)) queste qui nostre (.) **al massimo** quelle **veramente** portate giù in extremis **cioè** in extremis **chiaramente** verificato ma non tutte quelle cinquecento che ((muovendo la testa)) che poi **veramente** non se sa dove mettere
6 Gianluca: ((avvicina la sedia al tavolo provocando un rumore)) le sedie più importanti sono quelle incatenate che sono **esclusivamente** per i tiromancino
7 Massimo: **IO penserei così**
8 Gianluca: non sono per odifreddi per odifreddi ci sono le sedie ci sono per tedamis e ci sono per i tiromancino
9 Massimo: **Io** odifreddi **per me** odifreddi scatta il festival ((allineando le mani)) **quindi** c'è l'allestimento festival (.) tedamis volevo dare un:: ((muovendo le mani)) un discorso diverso (.) volevo dare un taglio diverso ((gesticolando)) **manco tanto** ( ) **nel senso**
10 Gianluca: ((sorride))
11 Massimo: **no però**:: decidiamo:: insieme le forze le **sappiamo tutti quanti** quali sono **quindi**

Massimo nel turno 1 introduce il suo punto di vista attraverso l'uso del verbo *credo,* impiegato – come meccanismo di modulazione – seguito dal focalizzatore *invece,* usato per segnalare il punto centrale del discorso. In questo modo contribuisce ad aumentare il suo grado di impegno rispetto a quanto asserito. Segue un enunciato in cui omette l'oggetto della contesa, ovvero le sedie, e tenta di articolare la sua

[26] Punto in cui il turno può considerarsi potenzialmente completo e potrebbe verificarsi il passaggio di turno da un parlante all'altro.

proposta attraverso: una riformulazione, introdotta dal SD *cioè;* dei prolungamenti vocalici; due meccanismi di modulazione *un pochino* e *molto più.* Il primo serve per mitigare la forza della sua proposta e il secondo per rafforzarla. Il turno 2 si apre con la negazione di Gianluca in risposta alla proposta di Massimo, accentuata dal meccanismo di modulazione – *aspetta un attimo* – che contribuisce a corroborare la sua contrarietà. Poi, con lo sguardo, e con i SD *eh?* e *giusto?,* cerca anche il consenso di Luca. Luca conferma con il SD *sì* il suo accordo, mentre continua a lavorare al computer. Allora Gianluca incalza e, ribadendo che è imprescindibile usare le sedie al Tedamis, impiega il SD *quindi* per concludere che devono essere usate (turno 4). L'inizio del turno 5 è una risposta di disapprovazione all'affermazione di Gianluca ed è costruita da una catena di SD (BAZZANELLA, 1995, p. 231). Con *sì* Massimo accetta quanto asserito da Gianluca, con *però* aggiunge dell'altro, in questo modo si oppone all'affermazione del collega del turno 4, anche se poi mitigata dal condizionale *metterei.* Quest'ultimo è usato assieme ad altri meccanismi di modulazione, *al massimo, veramente* e *chiaramente,* per rafforzare la sua proposta (BAZZANELLA, 1995). Nel turno 6 Gianluca adotta nei confronti di Massimo un tono assertivo, enfatizzato dal SD *esclusivamente,* che aumenta l'autorità e conferisce potere al parlante, e dichiara che le sedie incatenate sono ad uso esclusivo del concerto dei Tiromancino. Massimo continua a ribadire la sua opinione aumentando il tono della voce, attenuato, però, dal condizionale *penserei,* che funge da modalizzatore, e dal SD *così,* con cui conclude la sua argomentazione (turno 7). Gianluca riafferma che le sedie serviranno per lo spettacolo di Odifreddi, per il Tedamis e per il concerto dei Tiromancino (turno 8). Massimo rafforza la sua opinione con il soggetto *io,* che mitiga immediatamente tramite il modulatore *per me.* Secondo lui, il festival vero e proprio inizia con lo spettacolo di Odifreddi e conclude con il SD *quindi* che, solo a partire da quel momento, scatterà l'allestimento festival. Dopo una breve pausa, riprende il discorso – intercalato da riformulazioni, ripetizioni e esitazioni e dal movimento delle mani – e ribadisce che l'allestimento che ha previsto per il Tedamis è diverso. Poi passa a esemplificare, con l'indicatore di riformulazione *nel senso* e il meccanismo di mitigazione *manco tanto,* in che cosa consiste. A questo punto la frase risulta incomprensibile a causa dei rumori (turno 9). Gianluca accoglie la proposta di Massimo con un sorriso che è non preferenziale rispetto alle attese di Massimo (turno 10). Massimo,

che fino ad ora aveva cercato di contenere la sua posizione, passa ad esprime il proprio disappunto in maniera più esplicita. Prima usa il SD *no però* per controbattere, poi, per rafforzare la sua contrarietà, ricorre al meccanismo di modulazione *sappiamo tutti quanti* che conferisce alla frase autorità. Termina il turno con il SD *quindi* per reiterare la sua conclusione (turno 11).

Dal turno 12 al 21 i toni della discussione si accendono.

12 Gianluca: **sì** [**però** ((sfogliano il quaderno))
13 Massimo: [**oppure** s-[
14 Luca: (ride)) [a me mi piace quando lui se innervosisce ((imitando Gianluca)) sì ok ((ride))
15 Gianluca: non capisco non riesco a capire ((scrivendo nel quaderno)) che cosa
16 Massimo: **GIANLU ALLORA** DIMMI TU ((muovendo le mani)) **perché a me a me sembra semplice**
[dimmi tu
17 Gianluca: [**NO NO**
18 Massimo: [**DIMMI TU? DIMMI TU?** COME LA PENSAVI TU
19 Gianluca: [**no**:: **io** non la penso in nessum modo [**io** non riesco a capire ((congiunge le mani e muove la testa))
20 Massimo: [**NO PERCHÈ** TU L'HAI PENSATA tu l'hai pensato **di sicuro**
21 Gianluca: massimo **io** t'ho detto (.) ci vogliono le sedie per il tedamis **io** non ho pensieri nessuni

Nei turni 12, 13 e 14 si registra l'inizio di tre discorsi simultanei: quello di Gianluca in cui manifesta il suo disaccordo con il SD *si però* (turno 12); quello di Massimo che cerca di conquistare il turno con il SD *oppure* ma deve rinunciarvi, in quanto interrotto da Luca; quello di Luca che ottiene il turno e interviene in veste di mediatore per smussare i toni della polemica. Luca sposta la conversazione sul piano ironico e imita Gianluca quando si arrabbia (turno 14). Gianluca però non sta al gioco e dichiara il proprio disagio (turno 15). Massimo, sentendosi chiamato in causa, alza il tono della voce e anticipando il fatismo *Gianlu* che mitiga la forza del suo enunciato, chiede al collega una possibile soluzione (turno 16). La risposta di Gianluca però non è preferenziale e, sovrapponendosi al turno di Massimo, usa i SD *no no,* pronunciati con un tono più alto (turno 17). In questo modo si rifiuta di collaborare. Massimo, riallacciandosi al turno 16, si sovrappone al parlato di Gianluca e riformula la stessa domanda. La ripetizione contribuisce a enfatizzare

la richiesta però è mitigata dai modulatori – *a me* – e – *sembrare* – (turno 18). Tra i turni 18 e 19 c'è un nuovo discorso simultaneo. Infatti Gianluca si sovrappone a Massimo per contestare, attraverso il rafforzatore *io* e la negazione *no*, accompagnati dal movimento del corpo, la sua premeditazione. Massimo, sovrapponendosi al turno 19, continua ad accusare Gianluca – con il rafforzamento *di sicuro* – di aver in mente un piano (turno 20). Gianluca formula la risposta alla domanda iniziata da Massimo nel turno 16 e con il modulatore – *io t'ho detto* – riafferma che ci vogliono le sedie (turno 21).

Dal turno 22 al 31 i toni della discussione si attenuano anche se le incomprensioni continuano.

22 Massimo: **OK** QUANTE?
23 Gianluca: quelle che **tu pensi** siano giuste per il tedamis **d'acco- ovviamente** non [cinquecento=
24 Massimo: [cento
25 Gianluca: =cento sedie sono le stesse di odifreddi? ((guardando Massimo))
26 Massimo:**allora** (.) odifreddi **per me** ((toccandosi)) **però magari** ho capito male **io per me** scatta l'allestimento festival ((muovendo le mani)) **quindi** sdraio alberi è:: scusa piante
27 Gianluca: le piante ci sono quelle del tedamis
28 Massimo: **allora allora** vedi che è già diverso
29 Gianluca: [**no** per quello ( )
30 Massimo: [**ALLORA** ODIFREDDI è come tedamis **sennò ragazzi** ci ci complichiamo la vita è inutile **no?** Fare due tre quattro allestimenti se tu per odifreddi hai già:: a per:: per tedamis ci saranno già le piante
31 Gianluca: **massi però aspetta un [attimo**
32 Luca: [**sì °sì**° l'idea- l'unica cosa la differenza è che con odifreddi aggiungiamo le sdraio che ce l'abbiamo.

Massimo in un primo momento cede alla richiesta di Gianluca e chiede quante sedie occorrono al Tedamis, attraverso il SD *ok,* usato per esprimere accordo (turno 22). Anche Gianluca, con fare collaborativo, completa la seconda parte della coppia adiacente, proponendo a Massimo di stabilire lui un numero sufficiente di sedie. La disponibilità è espressa dal meccanismo di mitigazione *quelle che tu pensi* e dal SD *d'accordo*. Poi però si autointerrompe e attraverso l'indicatore di rafforzamento *ovviamente,* gli ricorda di non superare un certo limite (turno 23). In questo modo Gianluca manifesta la propria superiorità rispetto al collega. Ciò nonostante l'attitudine cooperativa di Massimo continua e,

sovrapponendosi al turno di Gianluca, suggerisce cento sedie (turno 24). Gianluca domanda sequenzialmente a Massimo se le cento sedie saranno poi usate anche per allestire la piazza (turno 25). Massimo apre il turno con il SD *allora*, e spiega che, secondo lui, l'allestimento della piazza è diverso, perché composto da alberi e sdraio (turno 26). Per affermare la sua opinione utilizza però una serie di strategie che gli permettono di attenuare la forza del suo enunciato e quindi di evitare un ulteriore conflitto con Gianluca. Infatti, prima di esporre il suo parere, anticipa, ripetendolo due volte, il modulatore *per me* e con la frase *però magari ho capito male io* diminuisce l'impatto che l'affermazione potrebbe causare agli occhi di Gianluca. Gianluca aggiunge che le piante saranno quelle del Tedamis (turno 27). Massimo, in base all'informazione ricevuta nel turno 27, giunge ad un'ulteriore conclusione, che evidentemente è in conflitto con quella di Gianluca, e lo fa reiterando il SD *allora,* che ha una funzione consecutiva (turno 28). Gianluca interviene con il SD *no* per manifestare il disaccordo rispetto a Massimo (turno 29). Inizia un nuovo discorso simultaneo in cui Massimo si sovrappone al turno di Gianluca e, con il SD *allora,* ribadisce la sua conclusione. I due allestimenti dovranno essere identici. Poi usa il meccanismo di modulazione – *sennò ragazzi* – per conferire alla frase senso di appartenenza al gruppo e rafforzare quello che sta dicendo. Cerca anche la conferma di Gianluca con il SD *no?*. Il turno termina con una riformulazione (turno 30). Gianluca, che forse non condivide il ragionamento di Massimo, manifesta disappunto con il SD *però,* rafforzato dal modulatore *aspetta un attimo* (turno 31). Tuttavia non porta a termine il suo intervento perché interrotto da Luca che, a questo punto, si riallaccia al turno 30 di Massimo per asserire, con il SD *sì sì,* il suo accordo con la conclusione avanzata da Massimo. I due allestimenti sono identici, l'unica differenza è che per lo spettacolo di Odifreddi andranno aggiunte le sdraio. Con il suo intervento Luca esercita una forma di dominanza semantica (LINNEL; LUCKMANN, 1991; ORLETTI, 2000) e pone fine alla discussione fra i due, "imponendo" il suo punto di vista, non condiviso, in un primo momento, da Gianluca (turno 34).[27] Nel turno 35, rivolto a Gianluca, Luca, con una mossa non preferenziale, reitera, con un tono più alto della voce e due negazioni, la sua decisione finale, confermando la propria autorità (turno 35).

[27] Non possiamo confermare il dato, visto che il turno 34 risulta incomprensibile.

Da questo momento, la conversazione si fa più distesa, e sviluppandosi principalmente con la struttura binaria domanda-risposta che si sussegue linearmente, è composta da turni molto più brevi, rispetto allo scambio precedente. A conferma del maggior coinvolgimento e cooperatività fra gli interattanti, diminuiscono i SD metatestuali, sostituiti dai SD interazionali.

Anche la divergenza d'opinioni fra Luca e Gianluca, relativa al numero delle sdraio che la compagnia possiede, si risolverà in appena tre turni, con l'accordo di Luca, espresso con il SD *sì va be'*[28](dal turno 36 al 39). Una volta superato l'equivoco di fondo e fissato il numero delle sdraio, l'interazione volgerà al termine con il consenso di Luca alla proposta di portare le sedie il giorno 14 (turno 44).

33 Massimo: per odifreddi quante sedie abbiamo previsto? ((guardando Gianluca))
34 Gianluca: ( )
35 Luca: **NO NO** s'è detto noi mettiamo le nostre ottanta sdraio
36 Gianluca: ((guardando Luca)) sessanta
37 Luca: ottanta sono?
38 Gianluca: sessanta sempre state sessanta
39 Luca: °**sì va be**'° ((Gianluca sorride)) **e**:::**e poi** le le altre sedie non si mettono **cioè** si tengono accatastate dietro **e poi** si aggiungono se arriva il popolo
40 Massimo: quante? ce ne porto? ((guardando Luca con aria interrogativa))
41 Luca: un duecento almeno
42 Massimo: duecento
43 Gianluca: **quindi** se c'abbiamo già duecento sedie tanto vale portarcele il quattrordici
44 Luca: **sì sì perfetto sì**

5 Risultati

In termini di competenza interazionale, questo episodio ci offre diversi spunti per discutere le risorse sfruttate dai partecipanti e il loro effetto sull'avanzamento di questa discussione. Per prima cosa è evidente che, in generale, si tratta di uno scambio in cui i parlanti adottano un'attitudine poco collaborativa fra loro. Prova ne è la mancanza assoluta di *back channels* (SCHEGLOFF, 1981; BAZZANELLA,

[28] Il SD si va be' ha una duplice funzione: serve per prendere il turno e per sottolineare la parzialità dell'accordo (BAZZANELLA, 1994, p. 170).

1994). Questi SD, dal punto di vista interazionale, sono una cartina tornasole per misurare il grado di coinvolgimento dei parlanti ai fini del proseguimento del discorso, dato che sono prodotti senza intenzione di prendere il turno ma per sostenere il parlante di turno (BAZZANELLA, 1994, p. 189). Se la prima parte dell'interazione (dal turno 1 al turno 11) è costruita da una serie di scambi di opinioni, che seppur fra loro contrarie, si susseguono in maniera ordinata e rispettando il cosiddetto Punto di Rilevanza Transizionale (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974), dal turno 12 al 21 la discussione si fa più intensa. La competitività si manifesta attraverso "discorsi simultanei" (BAZZANELLA, 1994, p. 177), sovrapposizioni e "interruzioni competitive" (BAZZANELLA, 1994, p. 189), realizzate dal parlante B, prima che il turno di A possa considerarsi completo. Questi elementi linguistici, associati alle "parole del corpo" (POGGI, 2006, p. 11)[29] e a fattori prosodici, conferiscono alla conversazione una certa partecipazione emotiva e rivelano un evidente disaccordo fra gli interattanti. Tuttavia, il fenomeno che secondo noi è più rappresentativo di questo scambio è rappresentato da un'abbondante profusione di specifici SD che tessono la trama dell'interazione e puntellano gli interventi dei parlanti, al fine di affermare e controbattere le proprie opinioni. Nelle tabelle 4 e 5 abbiamo riportato, in base alla classificazione proposta da Bazzanella (1994, 1995, 2011), i SD interazionali e metatestuali usati da ciascun parlante, indicando turno, funzioni e frequenze. Le tabelle 6 e 7 indicano il totale delle occorrenze dei SD interazionali e metatestuali. Le liste che suggeriamo sono tutt'altro che chiuse ed esaurienti, visto che non è possibile attribuire una sola funzione ad uno specifico SD, ma piuttosto gradi diversi di funzionalità che agiscono a più livelli (BAZZANELLA, 2015, p. 38).

[29] Sono queste "le parole espresse dalle mani, dagli occhi, dal corpo, dal viso, dal movimento e dalla postura del busto e delle gambe, dal contatto fisico e dalle distanze che mettiamo fra noi e gli altri (POGGI, 2006, p. 11).

TABELLA 4 – *SD interazionali usati dai parlanti*

	Funzione	Tipo	Frequenza
SD interazionali usati da Massimo	Meccanismo di modulazione usato per mitigare	Un pochino (turno 1) Al massimo (turno 5) Io penserei (turno 7) Manco tanto (turno 9) Però magari (turno 26) Per me (turno 9 e 26) Io le metterei (turno 5) Credo (turno 1) Sembra (turno 16)	9
	Meccanismo di modulazione usati per rafforzare	Molto più (turno 1) Veramente (turno 5) Chiaramente (turno 5) Sappiamo (turno 11) A me (turno 16) Io (turno 9) Di sicuro (turno 20) Sennò ragazzi (turno 30)	8
	Accordo nei confronti dell'interlocutore	Ok (turno 22)	1
	Prendere il turno	Oppure (turno 13) Allora (turno 26)	2
	Cedere il turno	Dimmi tu? (turno 18)	1
	Richiesta di conferma da parte dell'interlocutore	No? (turno 30)	1
	Fatismo	Gianlu (turno 16)	1
SD interazionali usati da Gianluca	Meccanismo di modulazione usati per rafforzare	Esclusivamente (turno 6) Ovviamente (turno 23) Aspetta un attimo (turno 2 e 31) Io (turno 19 e 21) Io t'ho detto (turno 21) Tu pensi (turno 23)	8
	Disaccordo nei confronti dell'interlocutore	No (turno 2, 17, 19, 29)	4
	Fatismo	Massi (turno 31)	1
	Richiesta di conferma da parte dell'interlocutore	Eh? (turno 2) Giusto? (turno 2) D'accordo (turno 23)	3
SD interazionali usati da Luca	Accordo nei confronti dell'interlocutore	Sì (turno 3 e 32) Sì va be' (turno 39) Sì sì perfetto sì (turno 44)	3
	Disaccordo nei confronti dell'interlocutore	No no (turno 35)	1

TABELLA 5. *SD metatestuali usati dai parlanti*

	Funzione	Tipo	Frequenza
SD metatestuali usati da Massimo	Demarcativo con funzione argomentativa	Quindi (turno 9) No però (turno 11) No perché (turno 20) Sì però (turno 5)	4
	Demarcativo con funzione consecutiva	Allora (turno 16, 28)	3
	Demarcativo con funzione conclusiva	Così (turno 7) Quindi (turno 11, 26) Allora (turno 30)	3
	Demarcativo con funzione aggiuntiva	Poi (turno 5)	1
	Demarcativo con funzione finale	Perché (turno 16)	1
	Indicatore di riformulazione	Cioè (turno 1) Nel senso (turno 9)	2
	Focalizzatore usato per segnalare il punto centrale del discorso	Invece (turno 1)	1
SD metatestuali usati da Gianluca	Demarcativo con funzione conclusiva	Quindi (turno 4, 43)	2
	Demarcativo con funzione argomentativa	Sì però (turno 12) Però (turno 31)	2
SD metatestuali usati da Luca	Demarcativo usato per aggiungere	E poi (turno 39)	2
	Indicatore di riformulazione	Cioè (turno 39)	1

TABELLA 6 – *Scala di frequenza d'uso dei SD interazionali*

Modulatori	Segnali di disaccordo nei confronti dell' interlocutore	Segnali di accordo nei confronti dell' interlocutore	Richiesta di conferma da parte dell' interlocutore	Fatismi	Presa di turno	Cedere il turno
23	5	4	4	2	2	1

TABELLA 7 – *Scala di frequenza d'uso dei SD metatestuali*

Demarcativi	Indicatori di riformulazione	Focalizzatori
18	3	1

Dall'analisi delle tabelle risulta che l'attitudine di Gianluca è senz'altro meno collaborativa rispetto a quella di Massimo, suo principale interlocutore. Questo è evidente dal numero di SD interazionali di disaccordo, prodotti da Gianluca e diretti a Massimo (4 frequenze). Un altro dato che richiama la nostra attenzione, e che ribadisce un forte grado di conflittualità, è la presenza di un unico SD di accordo, usato da Massimo. La mancanza di appoggio di Gianluca favorisce, a sua volta, l'insorgere di turni, tutto sommato molto più estesi e densi se paragonati a quelli di Gianluca, in cui Massimo si impegna a difendere le sue opinioni, attraverso una serie di strategie discorsive. Il discorso di Massimo è permeato da una fitta trama di SD demarcativi (*poi, così*, *però*, *allora, quindi, perché),* molto più ricca se paragonata a quella di Gianluca[30] che, associati ad una vasta gamma di meccanismi di modulazione (*credo, io penserei, io metterei, per me, magari, al massimo,veramente, chiaramente, di sicuro*),[31] contribuiscono – a seconda dell'intensità della voce – ad attenuare o a rinforzare i toni della discussione. Di tutt'altro tenore è la postura adottata da Gianluca che risulta essere molto meno cortese. Prova ne sia, oltre al già menzionato uso ricorrente del SD interattivo *no*, adoperato per manifestare il proprio disaccordo verso Gianluca, il ricorso a meccanismi di modulazione (come, ad esempio, *esclusivamente, ovviamente, aspetta un attimo*), che rafforzano il conteuto

[30] Il parlato di Massimo registra 16 occorrenze contro le 4 di Gianluca (tabella 5).
[31] In totale Massimo usa 17 modulatori (tabella 4).

proposizionale dei suoi enunciati, conferendogli una certa autorità e potere.[32] Quanto al ruolo svolto da Luca, seppur in termini di spazio sia marginale, è fondamentale; infatti, prendendo le difese di Massimo, attraverso il SD di accordo *sì,* e esprimendo il proprio disaccordo nei confronti di Gianluca con il SD *no*, sarà a lui decidere la disposizione finale delle sedie e a ristabilire un clima collaborativo fra Gianluca e Massimo.

Conclusioni

Questo articolo indaga in che modo è possibile reperire dati autentici, provenienti da conversazioni reali, che possano poi essere d'ausilio per costituire delle proposte didattiche specifiche per sviluppare, fra studenti d'italiano LS di livello avanzato, consapevolezza sulle convenzioni discorsive che regolano il comportamento quotidiano.

Il progetto, ancora *in fieri*, esplora i vantaggi che gli studi conversazionali possono offrire per osservare le strategie discorsive usate dai parlanti nel corso di una discussione, tratta da un dominio professionale. Alla prova dei fatti possiamo affermare che questo apparato metodologico si è rivelato particolarmente utile, in quanto, ha permesso di identificare i meccanismi discorsivi, usati in italiano, per affermare e controbattere le proprie opinioni. L'analisi ha evidenziato che i SD metatestuali e i modulatori svolgono un ruolo determinante perché, oltre a consentire di organizzare il testo dal punto di vista dell'articolazione e della struttura argomentativa, contribuiscono, assieme a elementi prosodici e prossemici, ad aumentare o diminuire il grado di conflittualità nel corso della discussione.

L'utilizzo del quadro applicativo nato in seno all'AC, attraverso percorsi di osservazione costituiti *ad hoc,* può quindi risultare una valida risorsa per esplorare l'input tratto dalla vita reale e sensibilizzare gli apprendenti allo sviluppo della competenza discorsiva in italiano LS, poiché, come abbiamo potuto vedere, consente di indagare nel dettaglio in che modo viene gestita l'interazione a livello locale dai parlanti.

Da un punto di vista applicativo, in questa sede, ci limitiamo a puntualizzare che è preferibile usare questo genere di input nei livelli

[32] Mentre i modulatori usati da Massimo sono più bilanciati: 9 servono per mitigare e 8 per rafforzare (tabella 4).

avanzati, infatti; come mostrano gli studi aquisizionali, è solo nelle varietà interlinguistiche più avanzate che aumenta in modo significativo la gamma dei SD metatestuali con funzioni più ampie rispetto ai livelli basici (FERRARIS, 2004; JANFRANCESCO, 2015; MASCHERPA, 2016).

Una volta quindi riconosciute le potenzialità che l'input tratto dalla vita reale, riserva ai fini dell'insegnamento/apprendimento della LS, specie se decodificato attraverso gli strumenti messi a disposizione dall'AC, la prossima sfida consisterà, e ciò sarà fatto in una seconda fase del progetto, nell'elaborare dei percorsi guidati che permettano a studenti di livello avanzato, mediante delle attività "coinvolgenti" (PERNAS *et al.,* 2011, p. 132), di acquisire consapevolezza sulle norme discorsive in uso che regolano la lingua oggetto di studio. Questo, ci auguriamo, sarà realizzato a partire dall'approccio conversazionale, nato dall'incontro tra l'AC e la linguistica applicata e che si è rivelato particolarmente promettente sul piano didattico (cf., ad esempio, WONG, 2002; SEEDHOUSE, 2005; HUTH; TALEGHANI-NIKAZM, 2006; MORENO JAÉN; PÉREZ BASANTA, 2009).

Bibliografia

BAZZANELLA, C. Segnali discorsivi a confronto. Dati e teoria, un percorso integrato. In: BORREGUERO ZULOAGA, M.; GÓMEZ-JORDNA FERARY, S. (Org.). *Marqueurs du discours dans le langues romanes*: une approche contrastive. Limoges: Lambert-Lucas, 2015. p. 35-46.

BAZZANELLA, C. Segnali discorsivi. *Treccani.it*, Roma: Istituto Treccani La cultura italiana, 2011. Disponível em: <http://www.treccani.it/> . Acesso em: 6/02/2017.

BAZZANELLA, C. I segnali discorsivi. In: RENZI, L.; SALVI, G.; CARDINALETTI, A. (Org.). *Grande grammatica italiana di consultazione,* v. III. Bolonha: Il Mulino, 1995. p. 226-257.

BAZZANELLA, C. I segnali discorsivi. In: BAZZANELLA, C. (Org.). *Le facce del parlare.* Firenze: La Nuova Italia, 1994. p.145-174.

BIRELLO, M.; VILAGRASA, A. *Bravissimo!*3 Corso d'italiano. Firenze: Bulgarini, 2014.

BONAIUTO, M.; MARICCHIOLO, F. *La comunicazione non verbale*. Roma: Carocci, 2003.

CILIBERTI, A. *La grammatica*: modelli per l'insegnamento. Roma: Carocci, 2015.

CONTENTO, S. Attività bimodale: aspetti verbali e gestuali della comunicazione. In: GALOTOLO, R.; PALLOTTI, G. (Org.). *La conversazione.* Un'introduzione allo studio dell'interazione verbale. Milão: Raffaello Cortina Editore, 1999. p. 267-286.

DURANTI, A. *Linguistic anthropology.* Cambridge: Cambridge University Press, 1997. Doi: https://doi.org/10.1017/CBO9780511810190.

FERRARIS, S. Come usano *ma* gli apprendenti di italiano L1 e L2?. In: 3° CONGRESSO DI STUDI DELL'ASSOCIAZIONE ITALIANA DI LINGUISTICA APPLICATA. 2002, Perugia. *Atti del 3° congresso di studi dell'Associazione Italiana di Linguistica Applicata*. Perugia: Guerra Edizioni, 2004, p.73-91.

FERRONI, R.; BIRELLO, M. Meta-analisi e applicazione di una proposta didattica orientata all'azione per l'apprendimento dei segnali discorsivi in italiano LS. *Italiano LinguaDue*, Milão, v. 1, n. 8, p.30-53, 2016.

GALATOLO, R.; PALLOTTI, G. Introduzione. In: GALATOLO, R.; PALLOTTI, G. (Org.). *La conversazione.* Un'introduzione allo studio dell'interazione verbale. Milão: Raffaello Cortina Editore, 1999. p. 11-19.

GILLANI, E.; PERNAS, P. La trasmissione del parlato nei libri di testo di italiano LS: dall'oralità madrelingua all'input orale. In: XII CONGRESSO SILFI SOCIETÀ INTERNAZIONALE DI LINGUISTICA E FILOLOGIA ITALIANA, 2012, Helsinki. *Atti del XII Congresso SILFI Società Internazionale di Linguistica e Filologia Italiana.* Florença: Franco Cesati Editore , 2014. p. 461-469.

HUTH, T.; TALEGHANI-NIKAZM, C. How can insights from conversation analysis be directly applied to teaching L2 pragmatics?. *Language Teaching Research,* Oxford, v. 10, n.1, p. 53-79, 2006. Doi: https://doi.org/10.1191/1362168806lr184oa.

JANFRANCESCO, E. L'acquisizione dei segnali discorsivi in italiano L2. *Italiano LinguaDue*, Milão, v. 7, n. 1, p. 1-39, 2015.

LINELL, P.; LUKMANN, T. Asymmetries in dialogue: some conceptual preliminaries. In: MARKOVÁ, I.; FOPPA, K. (Org.). *The dynamics of dialogue*. Harvester Wheatsheaf: Hemel Hempstead, 1990. p. 1-20.

MASCHERPA, E. I segnali discorsivi allora, quindi, però, ma in apprendenti di italiano L2. *Cuadernos de Filología Italiana,* Madri, v. 23, n.1, p.119-140, 2016.

MORENO J. M.; PÉREZ BASANTA, C. Developing conversational competence through language-awareness and multimodality: the use of DVDs. *ReCALL*, Cambridge, v. 21, n.3, p. 283-301, 2009. Doi: https://doi.org/10.1017/S0958344009990036.

ORLETTI, F. *La conversazione diseguale*: potere e interazione. Roma: Carocci, 2000.

PEKAREK D. S.; POCHON-BERGER, E. The development of L2 interactional competence: evidence from turn-taking organization, sequence organization, repair organization and preference organization. In: CADIERNO, T.; ESKILDSEN, S. (Org.). *Usage-based perspectives on second language learning.* Berlim: Mouton De Gruyter, 2015. p. 233-267.

PERNAS, P.; GILLANI, E.; CACCHIONE, A. Costruire testi, strutture conversazionali: la didattica dei segnali discorsivi come elementi pivot dell'interazione verbale. *Italiano LinguaDue*, Milano, v. 3, n. 1, p. 65-138, 2011.

POGGI, I. *Le parole del corpo. Introduzione alla comunicazione multimodale.* Roma: Carocci, 2006.

PUGLIESE, R. Figurati, tra i segnali discorsivi. Una prospettiva pedagogica In: PISTOLESI, E.; PUGLIESE, R.; FIVELLA, B. (Org.). *Parole, gesti, interpretazioni. Studi linguistici per Carla Bazzanella.* Roma: Aracne, 2015, p.163-207.

QUADRO COMUNE EUROPEO DI RIFERIMENTO PER LE LINGUE (QCER)*: apprendimento insegnamento valutazion*e. Firenze: La Nuova Italia-Oxford, 2002.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G. A simplest systematic for the organization of turn-taking in conversation. *Language,* v. 50, n. 4, p. 696-735, 1974. Doi: https://doi.org/10.1353/lan.1974.0010.

SCHEGLOFF, E. Discourse as an interactional achievement: some uses of 'uh huh' and other things that come between sentences. In: TANNEN, D. (Org.). *Analzing discourse: text and talk.* Washington: D. C, 1981, p. 71-93.

SEEDHOUSE, P. Conversation Analysis and language learning. *Language Theaching,* Oxford, v. 38, n. 4, p. 223-262, 2005. Doi: https://doi.org/10.1017/S0261444805003010.

ZORZI, D. Contributi dell'analisi della conversazione all'insegnamento dell'italiano L2. In: MAGGINI, M. (Org.). *Atti del III congresso ILSA, Comune di Firenze,* 1996, p. 11-39.

WONG, J. 'Applying' conversation analysis in applied linguistics: evaluating dialogue in English as a second language textbooks. *International Review of Applied Linguistics,* v. 40, n. 1, p. 37-60, 2002. Doi: https://doi.org/10.1515/iral.2002.003.

YOUNG, R. Interactional competence in language learning, teaching, and testing. In: HINKEL, E. (Org.). *Handbook of research in second language teaching and learning.* Londres; Nova York: Routledge, 2011, p. 426-443.

Caligrama, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 61-81, 2017

Níveis de execução gráfica e alfabetismo no Brasil quinhentista

Levels of graphic execution and literacy in sixteenth-century Brazil

Ana Sartori Gandra
Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia / Brasil
anasartorii@hotmail.com

Resumo: O estudo aqui apresentado tem como foco o alfabetismo no Brasil de finais de Quinhentos. O *corpus* utilizado é o dos livros produzidos durante a Primeira Visitação da Inquisição ao Brasil, nas Capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba. As assinaturas e sinais não alfabéticos deixados pela população que ia depor perante o Tribunal são fonte para uma análise qualitativa, ou uma análise da "morfologia das assinaturas", como também é chamada. As assinaturas deixadas pelas testemunhas foram classificadas em dois níveis de execução gráfica: um médio, ou alto, e um baixo. Tais níveis têm relação com o grau de letramento dos escreventes e também com o perfil social desses indivíduos. Uma grande difusão do alfabetismo no Brasil de Quinhentos já havia sido atestada em uma análise quantitativa dos percentuais de assinantes e não assinantes nas fontes inquisitoriais. Observa-se aqui, com a análise dos níveis de execução gráfica das assinaturas, que haveria um acesso bastante variado às práticas de escrita

Palavras-chave: níveis de execução gráfica; assinaturas; século XVI.

Abstract: This study focuses on literacy in Brazil at the end of the sixteenth century. The corpus used is the books produced during the first visit of the Inquisition in Brazil, in Captaincies of Pernambuco, Itamaracá and Paraíba. The signatures and non-alphabetic signs left by the population that was called to testify before the Court are the source

eISSN: 2358-9787
DOI: 10.17851/2358-9787.22.2.61-81

for a quantitative analysis, or an analysis of 'signatures morphology', as it is also called. The signatures left by witnesses were classified into two levels of graphic execution: a medium or high level of execution and a low level. Such levels are related to the level of literacy of the scribes and also to the social profile of these individuals. A large diffusion of literacy in Brazil in the sixteenth century had already been attested in a quantitative analysis of percentages of subscribers and non-subscribers in the inquisitorial sources. It is observed here, with an analysis of the levels of graphical execution of the signatures, that there was a wide variety of access to practices of writing

Keywords: levels of graphic execution; signatures; 16th century.

Recebido em: 30 de abril de 2017.

Aprovado em: 14 de agosto de 2017.

1 A história da cultura escrita e os estudos do alfabetismo

Em finais do século XX, após transformações que se deram na história da escrita e na do livro e da leitura, delineia-se uma história da cultura escrita, para a qual convergem esses dois campos de estudos, como também aquele da história da alfabetização ou do alfabetismo – como será aqui nomeado. Assim como a nova historiografia cultural procura abarcar a diversidade de práticas e objetos próprios aos diferentes povos, ao longo do tempo, uma perspectiva contemporânea da história da cultura escrita procura dar conta da diversidade de testemunhos das práticas de leitura e escrita que se constituíram nas diversas sociedades, inclusive daquelas mais cotidianas e dos escritos que retratam as variedades socialmente mais estigmatizadas da língua.

Com relação à história da escrita, observa-se que, se seus estudos, até recentemente, tinham como objetivo unicamente classificar e medir esse sistema enquanto instrumento de comunicação, sem tratar de qualquer implicação de seu uso nas sociedades que o empregaram ao longo do tempo, o que se observa atualmente, como afirma Castillo Gómez (2003, p. 95-96), é um projeto que transcende a visão da escrita enquanto mero sistema gráfico, procurando abordar suas distintas funções e suas consequentes práticas materiais, sempre em referência às

respectivas sociedades históricas e tendo em conta que em cada momento a sociedade esteve formada por alfabetizados e analfabetos. Petrucci (1999) considera que toda investigação que almeje estudar as relações entre cultura escrita e sociedade deve ter em conta dois elementos: a difusão social da escrita, entendida como a capacidade de escrever e ler; e a função que a escrita em si mesma assume no âmbito de cada sociedade, e que cada tipo ou produto gráfico assume, em um ambiente cultural concreto que o produz e o emprega.

No âmbito dos estudos do alfabetismo, os quais igualmente convergiram para uma ampla história da cultura escrita, o período censitário pode ser tido como um divisor de águas. Com a instituição dos censos demográficos, encontram-se aferições globais sobre os níveis de escolarização das populações. Para o período pré-censitário, o historiador do alfabetismo deve buscar "séries homogêneas e continuadas de indicadores das habilidades individuais" (LANGELI, 1996, p. 93, tradução nossa). Nesse âmbito, os dados que têm sido largamente explorados são as assinaturas deixadas em registros de matrimônio e de batismo, em testamentos, livros de ata etc., uma vez que a capacidade para escrever o próprio nome é uma medida universal, que pode ser utilizada comparativamente nas diversas sociedades. Associado geralmente às séries de dados indicadores das habilidades de escrita, o método quantitativo de análise tem como objetivo atribuir percentuais e valores numéricos aos dados encontrados, contrastando, na história do alfabetismo, indivíduos capazes e incapazes de escrever ou simplesmente assinar.

Outro marco temporal, no que tange aos estudos quantitativos do alfabetismo, é o início da Época Moderna, momento em que as assinaturas passaram a ter registro obrigatório nos documentos. Na Inglaterra, na França e na Suécia, do século XVI ao XVII, começam a aparecer documentos assinados. Fraenkel ([s.d.]) relata que na França a assinatura se tornou obrigatória em 1554, quando Henrique II determinou aos notários que fizessem as partes contratantes assinarem, se elas o soubessem. Na Itália, as séries continuadas e sistemáticas de assinaturas são encontradas apenas a partir de 1806, quando a legislação napoleônica determinou que noivos e testemunhas assinassem as atas de casamento (LANGELI, 1996, p. 93-94). Em Portugal, Ribeiro da Silva comenta que, na região do Porto e seu entorno, não se encontram registros de assinaturas nos livros de registro paroquial anteriores ao século XVIII. Segundo o autor, tal situação é a mesma para quase toda a Espanha (RIBEIRO DA SILVA, 1986, p. 108).

Quanto aos estudos de períodos anteriores aos das séries de assinaturas, Langeli (1996) avalia que o alfabetismo das épocas pré-estatísticas não é um objeto incognoscível: "não é mensurável em termos absolutos, mas se pode valorar seu sentido e sua qualidade mediante instrumentos interpretativos necessariamente distintos dos estatísticos, mas não por isso mais pobres ou superficiais" (LANGELI, 1996, p. 97, tradução nossa). O autor ressalta que a visão bipartida que aborda analfabetos x alfabetizados, fruto da análise com base em dados numéricos, não basta para se compreender o fenômeno, e que os limites entre os dois termos não são tão bem definidos a ponto de se permitirem divisões muito rígidas.

Ao abordar outro método de estudo do alfabetismo, o método qualitativo de análise, Langeli (1996) considera que a análise qualitativa não exclui o estudo das assinaturas, mas é preciso se tratar da melhor forma possível os testemunhos gráficos produzidos, tendo-se em vista o caráter de inscrições estandardizadas e simplificadas que elas têm. A respeito do período anterior à Época Moderna, quando não se encontram dados como as assinaturas, capazes de fornecer uma amostra "universal" ou representativa de forma global da sociedade, Langeli comenta que se encontra uma boa quantidade de textos autógrafos, com uma maior extensão e articulação, que seriam fontes ideais para uma análise qualitativa, permitindo "que os escreventes possam denominar-se autores de um texto e não executores de uma mera sequência de signos" (LANGELI, 1996, p. 99, tradução nossa).

Em uma linha de análise qualitativa, mas que não exclui a quantificação dos dados analisados, encontra-se um estudo de Petrucci (1978), que se debruça sobre um livreto de contas de Maddalena, analfabeta, dona de uma venda no bairro de Trastevere, em Roma. O livreto possui uma lista de registros de 1523 a 1537, deixados por credores e devedores ou por dependentes e representantes destes, nos quais constam pagamentos realizados, débitos contraídos e saldados para comprar itens para a venda, empréstimos e declarações de futuro saldo. Entre as 102 mãos que deixaram seu registro no livro, foram identificados por Petrucci dois tipos de escrita: a italiana de chancelaria, "a escrita dos cultos e dos ofícios públicos, daqueles que sabem o latim e dos eclesiásticos", e a mercantil, "escrita dos negócios e dos mercados, mas também das vendas e das tabernas, em suma das camadas mais baixas da sociedade alfabetizada" (PETRUCCI, 1978, p. 167, tradução nossa).

Petrucci distinguiu, em cada um desses sistemas de escrita, gradações da capacidade de execução gráfica, divididas em três níveis: "pura", "usual" e "elementar de base".

Entre os escreventes que utilizaram a italiana de chancelaria, alguns apresentaram um nível "puro" de execução, com grande aderência ao modelo "normal" daquele sistema de escrita. Os seus registros possuíam um notável grau de homogeneidade, visível em todos os traços característicos da italiana de chancelaria: módulo médio, leve inclinação à direita, traçado delicado, escasso uso de ligamentos, "f" e "s" longos sem laço fechado, falsos ligamentos em "ct" e "st", uso de "et" e do "s" de forma maiúscula, uso normal do "r"' cursivo reto que se liga só à esquerda. Quanto aos usuários do sistema de escrita da mercantil, classificados com um nível "puro" de execução, com um tipo de escrita que se poderia definir como profissional, vizinho a uma norma gráfica, encontram-se mãos que operam a escrita com certo domínio e sabem usar com desenvoltura o sistema abreviativo, os símbolos monetários e de contas. Essas mãos apresentaram um panorama gráfico heterogêneo, alternando-se módulos grandes e pequenos, *ductus* cursivo e semicursivo, curso fortemente inclinado e curso reto, abundância e escassez de ligamentos etc. Observam-se ainda formas variantes de algumas letras, como "e", "r", "f", "s" e "u/v".

Entre aqueles que utilizaram uma escrita descrita como itálica "usual", não se observa uma aderência segura a modelos "normais". A cursividade e a presença de ligamentos são, em geral, muito mais pronunciadas do que entre os escreventes do nível "puro" de execução. Em algumas mãos, vê-se uma influência mais forte da escrita mercantil nos frequentes ligamentos em sentido anti-horário, variação de traços simples e duplicados para o "d" e o "p", escasso uso de falsos ligamentos entre "ct", "st" etc. Entre os escreventes da mercantil "usual", o aspecto geral característico desse sistema de escrita se perdeu, seja por forte personalização da escrita, seja por excessiva cursividade, seja por inabilidade do escrevente. Os registros de escrita classificados como "elementar de base" italiana de chancelaria são, segundo Petrucci (1978), extremamente heterogêneos e de difícil caracterização. Distinguem-se, nesse grupo, executores mais inábeis de outros mais individualizados, provavelmente em fase de aprendizado da escrita. Aparecem evidentes influências da mercantil, variação do "r", uso frequente do "s" maiúsculo, presença de ligamentos com o "d", entre outras peculiaridades. Entre as

mãos de "elementar de base" mercantil, notam-se escritas não apenas inábeis e hesitantes, mas também pobres, escassamente formadas de elementos auxiliares, como pontuações, sinais diacríticos, abreviaturas, símbolos técnicos; o uso de ligamentos é também pouco frequente e ocasional. Há uma forte tendência à personalização e uma escassíssima caracterização estilística.

A partir dos níveis de execução gráfica analisados, Petrucci (1978) realizou uma caracterização social dos escreventes, reunindo-os em oito grupos, de acordo com sua profissão ou posição social. O grupo de mais alto nível gráfico e ortográfico é composto por dois religiosos e o único notário presente. Os religiosos escrevem em uma elegante itálica pura e o notário em uma estilizada itálica usual; Petrucci supõe que os três conhecessem e utilizassem frequentemente o latim como língua escrita. Todos eles não escreveram por si, mas a pedido de outras pessoas. Outro grupo reuniu oito pessoas pertencentes a famílias de algum relevo, cinco deles usuários da escrita itálica (três, em itálica pura, dois, em usual) e três da escrita mercantil; dois deles mostraram conhecer o latim. Quatro corretores e cobradores de contas de terceiros figuraram em outra categoria, revelando, todos, bom nível de expressão gráfica; um utiliza uma bela itálica pura, um, uma mercantil pura e dois, uma itálica usual; um deles demonstrou conhecer o latim. Cinco escreventes compuseram um quarto grupo, de titulares de estabelecimentos comerciais. Três deles escreveram em pura mercantil, um, em mercantil usual e um, em itálica usual.

A categoria de profissões mais representada no livro foi a de funcionários de empresas comerciais: foram 28 indivíduos, entre criados, escrivães, contadores, copeiros, aprendizes de diversas companhias grandes e também menores. Vinte integrantes desse grupo escreveram em mercantil e oito em itálica, sendo que nenhum escreveu em itálica pura, ou em elementar de base mercantil. Quase todos escreveram com relativa correção ortográfica, operaram com desenvoltura símbolos técnicos para indicar as moedas e recorreram a frequentes abreviaturas; nenhum demonstrou conhecer o latim. Outro grupo compôs-se por dez artesãos e lojistas e ainda seus funcionários, pessoas de diferentes níveis sociais e culturais. Apenas um fez uso de um elementar de base do tipo itálico; os outros nove escreveram em mercantil, três destes em uma elegante mercantil pura. Nenhum deles demonstrou conhecer o latim. Os fornecedores e transportadores de mercadorias somaram doze escreventes. Onze deles utilizaram a mercantil, oito em elementar de

base, três em usual. Todos escreveram textos breves e incorretos, nenhum demonstrou conhecer o latim; apenas seis demonstraram conhecer símbolos técnicos para as moedas. Um último grupo foi formado por quatro queijeiros, todos escreventes em elementar de base mercantil, demonstrando grande dificuldade no uso da escrita. Para além dos 102 escreventes quantificados, constatou-se a presença de seis analfabetos, que delegaram a escrita no livreto a outrem: dois entregadores, um queijeiro, um taverneiro, o irmão de um lojista e uma mulher, Maddalena.

Diante dos resultados apresentados, que revelam uma difusão da escrita, em diferentes níveis de execução e sistemas, em diversificados estratos sociais, e dando por certa a inexistência de uma organização escolar elementar homogênea e generalizada na Roma da primeira metade do século XVI, Petrucci (1978, p.190-191, tradução nossa) considera "evidente que o ensino da escrita ocorria, fora de qualquer legislação comum, em modos e formas diversas segundo as circunstâncias, dos níveis culturais e sociais dos indivíduos, das exigências econômicas de grupo ou ambiente". Para as classes média e baixa da sociedade, considera que haveria o acesso a escolas urbanas comuns, com professores elementares, privados de qualquer sanção oficial ou função pública. Sobre tais escolas, Petrucci (1978) afirma que se sabe muito pouco, além de estarem localizadas em Roma, serem muito escassas e mal organizadas. O autor pressupõe ainda outro tipo de ensino elementar centrado nas duas unidades fundamentais da sociedade urbana da época: o comércio e a família, sabendo-se que, nesses ambientes, o membro mais velho ou mais capaz poderia dar aos outros, sobretudo aos meninos, lições de leitura, de escrita e de contas. Em tais contextos se poderia verificar o aprendizado em qualquer tipo de escrita e a qualquer nível, mas, como pontua Petrucci, "certamente é no ambiente doméstico ou da pequena loja artesã que se realizava o ensino daquele elementar de base de tipo mercantil que se vê na escrita dos mais humildes semialfabetizados da época" (PETRUCCI, 1978, p.192, tradução nossa).

2 Níveis de execução gráfica no Brasil quinhentista

O primeiro século de colonização brasileira nos deixou como legado os livros produzidos na primeira Visitação do Tribunal da Inquisição ao Brasil, os quais vêm se revelando uma preciosa fonte para os estudos da cultura escrita no país no período pré-censitário.

De 1593 a 1595, o Tribunal itinerante do Santo Ofício visitou as Capitanias de Pernambuco, de Itamaracá e da Paraíba. O notário do Santo Ofício deixou registrados nos livros os depoimentos de 348 indivíduos que compareceram perante à mesa do Tribunal para denunciar crimes contra a fé católica ou para confessar as próprias culpas. Ao final do depoimento, era solicitado à testemunha que assinasse o livro, como forma de confirmar e validar o depoimento prestado. Nem todos, porém, seriam capazes de fazê-lo, já que parte dos que depunham não sabiam assinar. Alguns inscreviam, no lugar do nome, uma cruz. Outros pediam ao notário que por eles assinasse, declarando sua inaptidão.

Dos 348 indivíduos que compareceram à mesa do Tribunal para testemunhar, tendo seu depoimento registrado nos livros produzidos nas capitanias citadas, 263 foram capazes de deixar seu nome escrito de próprio punho e 85 não o foram. Para além do alto percentual de assinantes, observa-se uma grande disparidade na capacidade de assinar entre homens e mulheres: enquanto 92% dos homens assinaram seu testemunho, 93% das mulheres não o fizeram. Quanto aos níveis de alfabetismo distribuídos entre os diversos estratos sociais, da elite colonial em direção ao povo, em linhas gerais, observa-se um decréscimo da capacidade de assinar. Vê-se, porém, que não há grande disparidade entre os percentuais de assinantes entre integrantes da mais alta elite colonial – os senhores de engenho, que tiveram 86% de assinantes – e trabalhadores de pequenos ofícios, integrantes do povo, 79% deles assinantes. Apenas o grupo dos escravos depoentes apresentou um resultado divergente, como seria de se esperar: foram apenas dois os escravos presentes, nenhum deles assinante.[1]

Os resultados encontrados sobre os percentuais de assinantes e não assinantes se confirmam e se aprofundam quando olhamos detidamente para as assinaturas e outros sinais não alfabéticos deixados pelas testemunhas nos livros inquisitoriais. É essa a tarefa que empreenderemos aqui, em uma análise qualitativa dos dados encontrados nas fontes inquisitoriais, que tem inspiração nos estudos citados de Petrucci (1978) sobre níveis de execução gráfica na Roma quinhentista, aqui reestruturados para melhor se adequar às especificidades dos dados

[1] Um estudo quantitativo pormenorizado das assinaturas registradas nas fontes inquisitoriais quinhentistas referentes às Capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba encontra-se em Gandra (2016). Estudos sobre dados quinhentistas referentes à Capitania da Bahia encontram-se em Lobo e Oliveira (2012, 2013).

analisados. Diferentemente do estudo de Petrucci, que aborda escritos de maior extensão, nos debruçamos sobre assinaturas, dados mais restritos, que não permitem, por exemplo, definirem-se quais os tipos de escrita utilizados, ou delimitarem-se com precisão três níveis de execução. Os registros de escrita encontrados nos livros da Inquisição foram divididos, assim, em dois níveis de execução gráfica: um nível médio/alto e um nível baixo.

Entre as características da escrita de redatores classificada como um nível médio ou alto, observa-se segurança e desenvoltura na execução, traçado regular, uso de ornamentação, com serifas e laçadas, uso adequado de elementos auxiliares, como sinais diacríticos, abreviaturas e pontuações e bom alinhamento das letras. Podem-se encontrar ou não ligações e abreviaturas. Em alguns registros, nota-se uma mais forte personalização ou excessiva cursividade, o que geralmente ocasiona letras malfeitas.

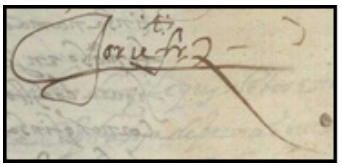
As características dos escritos agrupados como um nível baixo de execução gráfica são: escritas bastante inábeis e hesitantes, letras traçadas com dificuldade, módulo maior que o normal, irregularidade no traçado. Por vezes, a dificuldade na escrita é tamanha, que apenas se consegue produzir poucas letras, com um traçado que pode ser bastante diferente do traçado usual das letras. Entre os que possuem esse nível de execução gráfica, imagina-se que se encontrem aqueles que, em sua maioria, não saberiam de fato escrever, apenas assinar, com dificuldade, o nome.

2.1 Assinaturas com nível médio ou alto de execução gráfica

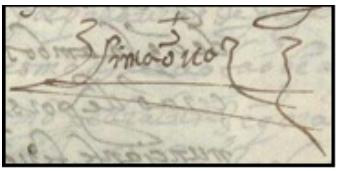
Os depoentes com um nível médio ou alto de execução gráfica das suas assinaturas apresentam destreza ao segurar a pena, o que é perceptível pelo traçado não vacilante, pela abundância de laçadas ligadas ou não às letras, e outros ornamentos, como cruzes, traços com pontos, sublinhados e outros traços. É o que se nota nos exemplos a seguir:[2]

---

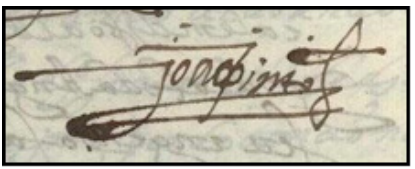
[2] A análise das assinaturas e sinais não alfabéticos foi realizada a partir das edições fac-similares do *Quarto livro das denunciações da primeira visitação da Inquisição ao Brasil* e do *Terceiro livro das confissões da primeira visitação da Inquisição ao Brasil*, disponíveis no site do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde se encontram depositados os originais dos referidos livros (cf. QUARTO..., 1593-1595; TERCEIRO..., 1594-1595). Para que as legendas das imagens inseridas ao longo do texto fiquem mais limpas, serão informados apenas a primeira palavra do título e o número da folha do manuscrito em que as assinaturas se encontram.



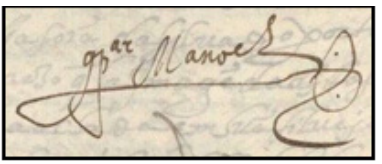
Assinatura de *Jorge Fernandes*, clérigo
(QUARTO..., f. 08r).



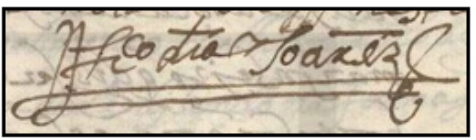
Assinatura de *Simão Vaz*, lavrador
(QUARTO..., f. 08v).



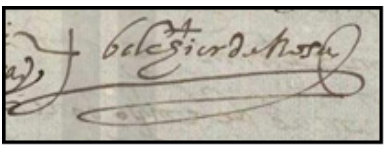
Assinatura de *João Pinto*
(QUARTO..., f. 10r).



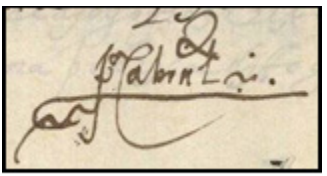
Assinatura de *Gaspar Manuel*, clérigo
(QUARTO..., f. 12r).



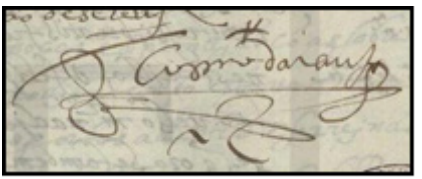
Assinatura de *Francisco Soares*, mercador
(QUARTO..., f. 13r).



Assinatura de *Belchior da Rosa*,
que vivia de sua fazenda
(QUARTO..., f. 16v).



Assinatura de *Pero Cabral*, clérigo
(QUARTO..., f. 19v).



Assinatura de *Cosme de Araújo*
(ocupação não declarada)
(QUARTO..., f. 24v).

A cruz é encontrada com bastante frequência nessas assinaturas, sendo preferivelmente colocada sobre o nome, mais ao centro. [3] Não raro, é ornada por pontos em seus ângulos. Às vezes aparece solta, às vezes, unida a um traço (como se vê na assinatura de *Gaspar Manuel*), ou, mais raramente, a uma letra (como ocorre com o nome de *Francisco Dias Soares*).

A segurança e a desenvoltura no traçado que se observam nas assinaturas com nível médio ou alto de execução gráfica nem sempre se encontram aliadas à legibilidade. As letras podem, por vezes, se apresentar ilegíveis, influindo muito para isso o estilo das assinaturas; enquanto algumas possuem um estilo mais "limpo", um traçado delicado e esmerado, geralmente aliado a letras bastante legíveis, outras têm um estilo mais desprendido, um traçado mais livre e não tão bem-desenhado, que podem, por isso, tornarem-se, em alguns casos, ilegíveis.

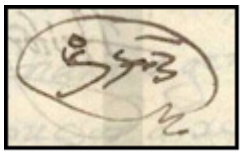
2.2 Assinaturas com nível baixo de execução gráfica

Os depoentes que apresentaram um nível baixo de execução gráfica das suas assinaturas exibem claramente gradações na capacidade de escrever o nome. Alguns revelam grande dificuldade para desenhar algumas poucas letras, cujo traçado não raro finda por ser irreconhecível. O português *Gonçalo Ferreira*, lavrador de mandioca que teria sido também alfaiate, faz, em seu nome, um 'g' cujo bojo é interrompido antes de se fechar e põe um 'o' sobrescrito, com traçado mais semelhante ao de um ponto que propriamente um círculo. Após essas, há duas letras que se infere que sejam "f" e "r", a primeira constituída apenas por uma haste inclinada e um pequeno traço na parte superior e a segunda por um traço com duas ondulações. Sobre esta, há provavelmente um "a", constituído por um bojo de traço tremido complementado por um pé

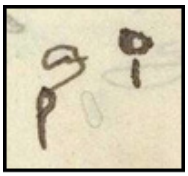
[3] Fraenkel ([s.d.]), em um estudo da história das assinaturas, comenta que a referência a Deus era uma das instâncias convocadas para a validação do documento escrito, na Idade Média. A referência a Deus se expressava através de invocações diretas, como "In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti", ou por marcas menos diretas, como as cruzes ou os *chrismons*. Para Fraenkel, o uso da cruz nas assinaturas, encontrada junto aos nomes dos letrados ou ainda sozinha, utilizada por indivíduos analfabetos, no lugar das assinaturas, era um sinal que estaria representando simbolicamente a função de um "nome coletivo", conferido pelo cristianismo: "não somos todos filhos de Deus?" (FRAENKEL, [s.d.], tradução nossa).

mal ligado a ele. Igualmente malfeitas são as assinaturas do sapateiro *João Fernandes*, do carreiro *Pero João* e do aprendiz de ferreiro *Afonso Rodrigues*, alguns dentre outros tantos cujas assinaturas são visivelmente traçadas com grande dificuldade.

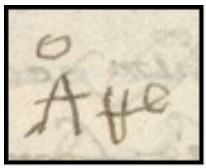
Assinatura de *Gonçalo Ferreira*, lavrador de mandioca (QUARTO..., f. 79r).



Assinatura de *João Fernandes*, sapateiro (QUARTO..., f. 217v).

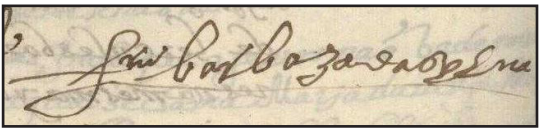


Assinatura de *Pero João*, carreiro (QUARTO..., f. 233r).

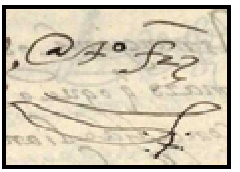


Assinatura de *Afonso Rodrigues*, aprendiz de ferreiro (QUARTO..., f. 253v).

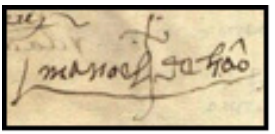
Outras testemunhas com um nível baixo de execução gráfica não parecem apresentar tanta dificuldade ao segurar a pena. Revelam mais segurança no traçado, uma escrita mais corrente, geralmente também com mais letras, mesmo que a abreviatura de nomes seja marca bastante presente. São exemplos desses: *Francisco Barbosa da Silva*, filho de gente da governança da Ilha de São Miguel, que escreve em sua assinatura seu nome completo; *Antônio Fernandes*, aprendiz de oleiro, que, apesar de abreviar seu nome, escreve-o com letras relativamente bem-traçadas; o mulato *Manuel de Leão*, que tem o primeiro nome legível e peca particularmente no traçado do "de"; e ainda *Manuel Franco*, que demonstra maior capacidade para a escrita até mesmo na abreviatura do seu primeiro nome, feita com desenvoltura, traçando-se o "e" ligado a uma laçada que parte de baixo do nome.



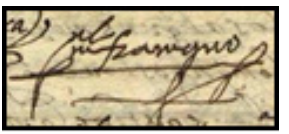
Assinatura de *Francisco Barbosa da Silva*, filho de homem da governança (QUARTO..., f. 144v).



Assinatura de *Antônio Fernandes*, aprendiz de oleiro (QUARTO..., f. 232v).

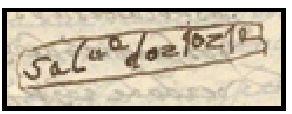


Assinatura de *Manuel de Leão*, vaqueiro e esteireiro (TERCEIRO..., f. 11r).

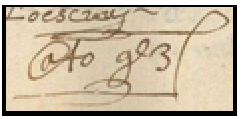


Assinatura de *Manuel Franco*, trabalhador de enxada e foice (TERCEIRO..., f. 79r).

Encontram-se ainda ornamentos nas assinaturas, embora de apresentação bem mais tímida; veem-se raras laçadas e traços mais frequentes, acima, abaixo e dos lados do nome. Por vezes, os traços compõem uma cercadura quadrada ou arredondada para o nome, como se vê na assinatura de *Salvador Jorge* ou na assinatura de *Antônio Gonçalves*.



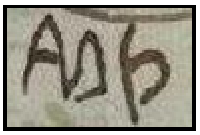
Assinatura de *Salvador Jorge* (ocupação não declarada) (QUARTO..., f. 91v).



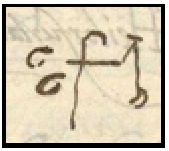
Assinatura de *Antônio Gonçalves*, purgador de açúcar (QUARTO..., f. 113v).

2.3 Caracterização dos escreventes

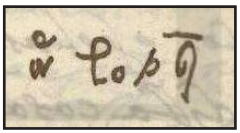
Ao ser avaliado o perfil social dos escreventes, observa-se uma gritante relação entre o nível de execução gráfica e o sexo dos assinantes. Entre os homens, 84% apresentaram um nível médio ou alto de execução; entre as poucas mulheres assinantes (apenas cinco), nenhuma foi capaz de assinar bem o seu nome. *Maria de Heredo*, mameluca de 21 anos, casada com o alcaide-mor da Capitania de Pernambuco, conseguiu traçar apenas um "M" e outra letra ilegível, cujo traçado se assemelha ao de um "p". Igualmente rudimentar é a assinatura de *Caterina Fernandes*, mameluca casada com um escrivão, que reduz sua assinatura a um "f" de linhas trêmulas. *Maria Lopes*, viúva de homem da governança, também dono de engenho, esforçou-se para escrever nome e sobrenome em sua assinatura. Desenhou um "m" virado de ponta-cabeça e um "a" mal traçado sobrescrito, em seguida as letras "l, o, p" e uma letra que parece um "z" com um traço trêmulo sobre ela, provavelmente usado como sinal abreviativo. *Maria de Faria*, portuguesa, que declarou viver, com seu marido, por sua indústria, escreveu "maria" com a letra "a" semelhante a um "e" e a letra "i' com a haste torta e apagada e um traço horizontal, também apagado, que confere a essa letra uma imagem semelhante a um "t"; o nome foi encerrado por uma cercadura feita com linha trêmula. A assinante seguinte é a que consegue executar com maior destreza seu nome, ainda que com um traçado hesitante e letras mal alinhadas. Trata-se de *Joana d'Albuquerque*, mameluca, filha de *Jerônimo d'Albuquerque*, homem dos "principais da terra", que traça com clareza as letras do seu primeiro nome, antecedido pela palavra "dona". Destacam-se as letras "d" e o primeiro "n" por estarem mal escritas.



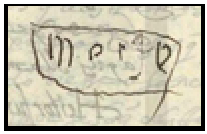
Assinatura de *Maria de Heredo* (QUARTO..., f. 22r).



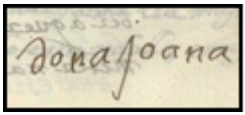
Assinatura de *Caterina Fernandes* (QUARTO..., f. 246v).



Assinatura de *Maria Lopes*
(QUARTO..., f. 84v).



Assinatura de *Maria de Faria*
(QUARTO..., f. 70r).



Assinatura de *Joana d'Albuquerque*
(QUARTO..., f. 133r).

O exame da morfologia das assinaturas femininas confirma o que se constatou através da análise quantitativa de mulheres assinantes, indicando um acesso extremamente restrito destas às práticas de escrita, sendo que, nas raras circunstâncias em que elas revelaram algum acesso ao letramento, mostraram um nível muito baixo de execução gráfica, o que seria provavelmente reforçado pela falta de prática do conhecimento de escrita adquirido.

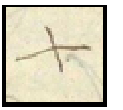
A média geral dos assinantes que apresentaram um nível médio ou alto de execução gráfica foi 83%. Entre os diversos grupos sócio-ocupacionais que depuseram nos livros inquisitoriais, apresentaram altíssimos percentuais dos níveis de execução médio ou alto, ficando acima da média geral: o clero, com 90% de assinantes com nível alto de execução; os burocratas, com 94%; os lavradores, com 95%; os mercadores, os liberais e os senhores de engenho, todos os três grupos com 100% de assinantes com nível médio/alto de execução; e ainda o único homem do mar assinante. Os estratos populacionais que tiveram mais redatores com um nível baixo de execução gráfica foram assalariados, artesãos e pequenos ofícios. Entre os assalariados, 71% dos indivíduos executaram suas assinaturas com um nível médio/alto; entre os artesãos a taxa foi de 64% e entre os pequenos ofícios, 62%. Os assalariados que não executaram bem suas assinaturas foram dois feitores, dois purgadores de açúcar, um mestre de açúcar e um mareante. Vê-se que todos eles, ainda que se enquadrem em um nível baixo de execução gráfica, revelam já alguma desenvoltura na escrita. Entre os

artesãos que não assinaram bem, se encontram quatro sapateiros, maioria em um total de cinco sapateiros assinantes; um único carpinteiro entre sete carpinteiros assinantes; um oleiro e um aprendiz de oleiro, únicos na profissão a testemunhar; e um aprendiz de ferreiro, enquanto o outro ferreiro testemunhante assinou bem. Entre os pequenos ofícios, assinaram com um nível baixo de execução gráfica: uma testemunha que declarou servir de soldada, um vinhateiro, um pescador, um pedreiro, um trabalhador de enxada e foice, um vaqueiro que já foi esteireiro, e ainda três carreiros, maioria entre os quatro carreiros assinantes.

2.4 A cruz e outros sinais não alfabéticos

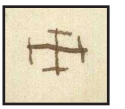
As testemunhas masculinas que não sabiam assinar deixavam, ao final do seu testemunho, um sinal não alfabético em lugar do nome, sendo a cruz o sinal largamente utilizado. O seu traçado era bastante variado, o que por vezes reflete uma maior ou menor destreza do redator. Algumas apresentavam o traço grosso, como a cruz de *Diogo Gonçalves*, dono de engenho; outras, um traço mais fino, como é o caso da cruz do soldado *Rodrigo Sequeira*. Veem-se ainda diferentes traçados, cruzes com traços simples, uma cruz com um traço em cima (feita por *Francisco Gonçalves*), cruzes com as extremidades barradas (feita por *Antônio da Concepção*), cruzes com pontos nos ângulos (como a de *Domingos Lopes*), com as extremidades curvas (de *Pero Mendes*).

Cruz de Diogo Gonçalves, dono de engenho (QUARTO..., f. 28v).



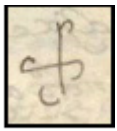
Cruz de Rodrigo Sequeira, Soldado (QUARTO..., f. 43r).

Cruz de Francisco Gonçalves, grumete de navegação (QUARTO..., f. 51r).



Cruz de Antônio da Concepção, escravo (QUARTO..., f. 81r).

Cruz de Domingos Lopes, feitor (QUARTO..., f. 99r).



Cruz de Pero Mendes, Pescador (QUARTO..., f. 210v).

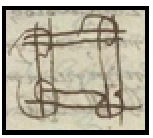
O comportamento das testemunhas femininas quando não eram capazes de assinar divergia bastante do comportamento masculino. Enquanto os homens que não sabiam escrever seu nome faziam, praticamente todos, em lugar da assinatura alfabética, a cruz ou outro sinal, as mulheres declaravam ao notário não saber assinar e solicitavam que ele assinasse em seu lugar. Nos livros inquisitoriais da Primeira Visitação às Capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, entre os 63 indivíduos que declararam não saber assinar e pediram ao notário para assinar em seu lugar, 62 eram mulheres, apenas um era homem, o qual não assinou declarando estar cego. Esse resultado, em que se contrasta a atitude de homens e mulheres diante da incapacidade de assinar, não é, seguramente, uma coincidência.

Dados recolhidos por Marquilhas (2000, p. 116) em depoimentos da Inquisição em Portugal do século XVII, a fazem considerar o comportamento de homens e mulheres que não sabiam escrever como um verdadeiro "ritual signatário", uma vez que os homens, com raras exceções, assinavam de cruz quando não podiam assinar, as mulheres nunca assinavam só "de cruz", pois, mesmo que fizessem a cruz, o notário assinava ao lado desta. A autora cita ainda uma elucidativa passagem de um dos textos das comissões escritas pelos inquisidores, com instruções aos funcionários do Santo Ofício, em que se diz: "[...] não sabendo alguma das testemunhas assinar, assinara por ella a seu rogo o escrivão desta diligencia, *sendo mulheres*" (ANTT, Inquisição de Évora, liv. 233, *Cadernos do Promotor*, fls. 75r-77r *apud* MARQUILHAS, 2000, p. 116).

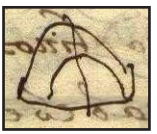
Contrariando esse "ritual signatário", registrou-se nos livros do Santo Ofício aqui analisados o depoimento de uma única mulher que utilizou um sinal não alfabético em lugar do seu nome: *Joana Afonso*, negra de 40 anos, natural de São Tomé e Príncipe, casada com alfaiate, mulato, que deixou o desenho de uma cruz no livro da Inquisição:

Cruz de Joana Afonso
(QUARTO..., f. 216r).

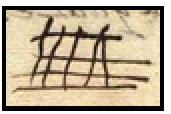
Os raros sinais não alfabéticos diferentes da cruz que se registraram foram deixados por homens. Dois deles tinham a profissão de vaqueiro: o português *Luís Gomes*, de 60 anos, e *Francisco Cortes*, italiano, que tinha 40 anos de idade. Além deles, também desenhou um sinal não alfabético *João Paris*, espanhol de 30 anos, bombardeiro no Forte do Cabedelo, na Barra da Paraíba.



Sinal de Luís Gomes, vaqueiro
(QUARTO..., f. 143r).



Sinal de Francisco Cortes, vaqueiro
(TERCEIRO..., f. 17v).



Sinal de João de Paris, bombardeiro
(TERCEIRO..., f. 105v).

Os sinais desenhados por esses depoentes parecem signos motivados, semelhantes aos sinais analisados por Ribeiro da Silva (1986) de documentos do século XVI e XVII da região do Porto, em Portugal, que lembravam, muitas vezes, elementos do ofício dos assinantes, como a tesoura, no caso do alfaiate; o machado, no caso do lenhador; e o esquadro, no caso do carpinteiro. Os sinais utilizados por *Luís Gomes* e *Francisco Cortes* podem ser, ao que parece, relacionados à sua profissão de vaqueiro, pois guardam semelhança com a imagem de um curral. O desenho do bombardeiro *João de Paris* estará provavelmente representando a imagem de um forte, também relacionada a seu ofício.

3 Considerações finais

A medição de níveis de alfabetismo nas fontes inquisitoriais revela altos percentuais de indivíduos assinantes nas Capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, em fins do século XVI. A difusão da escrita que tais dados indicam, restrita aos homens, é complexificada quando são analisados os níveis de execução gráfica das assinaturas deixadas pela população. Se entre homens do clero, burocratas, lavradores, mercadores, liberais e senhores de engenho exibem-se altíssimos percentuais de um nível médio/alto de execução gráfica, que pode ser associado a um grau mais elevado de letramento dos assinantes, entre escreventes assalariados, artesãos e trabalhadores de pequenos ofícios, sobretudo nos dois últimos grupos, já se encontra uma parcela significativa de indivíduos que apresentaram um nível baixo de execução gráfica, que pode ser associado a graus bastante incipientes de letramento e, em muitos casos, ao analfabetismo.

Dos resultados encontrados, ao menos duas considerações relevantes podem ser feitas. A primeira é a constatação de que seria menor o número de indivíduos que sabiam, de fato, ler e escrever, do que os percentuais de assinantes revelam. Esse aspecto já é bastante conhecido nos estudos sobre o alfabetismo e vem sendo levado em conta nas análises quantitativas. Como afirma Chartier (1991), as assinaturas são "indicadores culturais macroscópicos, compósitos, que não medem exatamente nem a difusão da capacidade de escrever, mais restrita do que os números indicam, nem a da leitura, que é mais extensa" (CHARTIER, 1991, p. 113-114). Assim, a porcentagem de assinantes pode indicar muito globalmente o limite de familiaridade com a escrita alcançado por determinada sociedade, mas não pode ser considerada como medida direta de uma competência cultural particular.

A segunda constatação a se fazer vai ao encontro das considerações de Petrucci (1978), a partir de seu estudo sobre o alfabetismo na Roma quinhentista. Os níveis de execução baixos entre as camadas mais baixas da população revelam, provavelmente, variadas formas de acesso às práticas de leitura e escrita, que vão, certamente, além dos muros dos colégios jesuítas. Muito poucas informações se têm também, no caso brasileiro, sobre escolas não oficiais ou sobre o ensino não escolarizado; sabe-se, porém, que existiram, e nos próprios depoimentos prestados à Inquisição portuguesa se encontram referências a mestres leigos, não vinculados à Companhia de Jesus ou outra ordem religiosa, que tinham

"escolas particulares" de primeiras letras. Pode-se inferir, finalmente, que a existência de um ensino, bastante elementar, no ambiente doméstico e de trabalho pode justificar o significativo número de assinantes entre as camadas mais populares, que possuiriam, muitas vezes, níveis baixos de aquisição das práticas de leitura e escrita.

Referências

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT). Site do ANTT. Lisboa: ANTT, 2005. Atualização diária. Disponível em: <http://antt.dgarq.gov.pt/>. Acesso em: 11 set. 2012.

CASTILLO GÓMEZ, A. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, n. 5, p. 93-124, jan.-jun. 2003.

CHARTIER, R. As práticas de escrita. In: ARIÈS, P.; CHARTIER, R. (Org.). *História da vida privada*: da renascença ao século das luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.112-161.

FRAENKEL, B. A assinatura contra a corrupção do escrito. In: BOTTÉRO, J. *et al. Cultura, pensamento e escrita*. São Paulo: Ática, 1995. p. 81-99.

FRAENKEL, B. La signature, moteur de l'évolution du nom de famille en Occident. *La Aventure des Écritures*. [s.d.]. Disponível em: <http://classes.bnf.fr/ecritures/arret/signe/signature/07.htm>. Acesso em: 21 jun. 2015.

GANDRA, A. S. Pela pena do Santo Ofício: difusão social da escrita nas capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba em finais Quinhentos. 2016. 885 p. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. 3 v.

LANGELI, A. B. Historia del alfabetismo y método cuantitativo. *Signo* – Revista de Historia de la Cultura Escrita, Alcalá de Henares, n. 3, p. 87-106, 1996.

LOBO, T.; OLIVEIRA, K. Ainda aos olhos da Inquisição: novos dados sobre níveis de alfabetismo na Bahia em finais de Quinhentos. In: ÁLVAREZ, R.; MARTINS, A. M.; MONTEAGUDO, H. *et al*. (Org.). *Ao sabor do texto: estudos dedicados a Ivo Castro*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, 2013. p. 10-25.

LOBO, T.; OLIVEIRA, K. Aos olhos da Inquisição: níveis de alfabetismo na Bahia em finais de Quinhentos. In: MATTOS E SILVA, R. V., OLIVEIRA, K., AMARANTE, J. (Org.). *Várias navegações:* português arcaico, português brasileiro, cultura escrita no Brasil, outros estudos. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 36-56.

MARQUILHAS, R. *A faculdade das letras*: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2000.

PETRUCCI, A. *Alfabetismo, escritura, sociedad*. [S.l.]: Gedisa Editorial, 1999.

PETRUCCI, A. Scrittura, alfabetismo ed educazione gráfica nella Roma del primo cinquecento: da um libretto di conti di Maddalena Pizzicarola in Trastevere. *Scrittura e Civilità*, Firenze, n. 2, p.163-207, 1978.

QUARTO livro das denunciações da primeira visitação do Santo Ofício da Inquisição do Brasil, a qual fez o licenciado Heitor Furtado de Mendonça, por especial comissão de Sua Alteza. [S.l.]: [s.n.], 1593-1595. 355 f. Edição fac-similada. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=2318686>. Acesso em: 30 maio 2011. (A informação da data 1593-1594 está equivocada no site do ANTT).

RIBEIRO DA SILVA, F. A alfabetização no Antigo Regime: o caso do Porto e da sua região (1580-1650). *Revista da Fac. de Letras, História*, Porto, s. 2, v. 3, p. 101-163, 1986.

TERCEIRO livro das reconciliações e confissões da primeira visitação do Santo Ofício da Inquisição do Brasil, a qual fez o licenciado Heitor Furtado de Mendoca, por especial Comissão de Sua Alteza. {S.l.]: [s.n.], 1594-1595. 247 f. Microfilme. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=2318684>. Acesso em: 30 maio 2011.

Caligrama, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 83-101, 2017

A presença de latinismos na redação acadêmica: análise de elementos de citação a partir da norma 10520

The presence of latinisms in the academic writing: analysis of citation elements from standard 10520

Thiago Soares de Oliveira
Instituto Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro / Brasil
so.thiago@hotmail.com

Resumo: Considerando as diversas orientações constantes na NBR 10520 (ABNT, 2002), que regulamenta as formas de citação em documentos, este trabalho tem o objetivo de demonstrar a relevância dos latinismos existentes na metodologia científica da língua portuguesa – uma das diversas línguas românicas originadas do latim –, a partir da análise do léxico latino mormente empregado como elementos de citação em textos acadêmicos. Para tanto, utiliza-se a base gramatical da língua latina a fim de dar conta da investigação terminológica proposta, tudo em consonância com o método analítico, que visa a explorar não só o todo significativo da expressão, mas também as suas partes constituintes. Ao fim, conclui-se que o léxico latino, quando utilizado em citações em textos de cunho acadêmico, além de funcional e preciso, acaba por denotar, em alguns casos, economia linguística, evitando a repetição de referências.

Palavras-chave: terminologia; latinismo; redação acadêmica.

Abstract: Contemplating various orientations in ABNT 10520:2002, which regulates citation forms in documents, this paper aims to demonstrate how the applicability of the Latins Existing in scientific methodology of Portuguese language works, which is one of the Romance languages originated from Latin, starting from the analysis of Latin lexicon especially used as citation elements in academic works. Therefore, Latin language grammatical basis is used to handle the

eISSN: 2358-9787
DOI: 10.17851/2358-9787.22.2.83-101

terminological investigation proposed, in accordance whith analytical method, which aims to explore not only the meaningful whole of the Latin expression but its integral parts. Finally, it is concluded that Latin lexicon, when used in academic texts citations, besides usable and clear, denotes, in some cases, linguistic economy, avoiding reference repetition.
Keywords: terminology; Latinism; academic writing.

Recebido em: 3 de julho de 2017.

Aprovado em: 1º de agosto de 2017.

1 Considerações iniciais

Dada a formalidade que normalmente reveste os textos de caráter acadêmico, bem como a necessidade de dar aos autores os créditos a suas ideias e aos trechos transcritos de suas obras consultadas e utilizadas na escrita acadêmica, a norma 10520:2002, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), determina o uso de vocábulos e expressões que garantem a padronização da estruturação das referências internas em trabalhos que se valham de citações, diretas ou indiretas, além de citação de citação. Dessa forma, tal norma é relevante na seara da metodologia científica que orienta a escrita de trabalhos acadêmicos em língua portuguesa.

Como muitos termos recomendados pela norma são, na verdade, expressões latinas cuja utilização depende de sua propriedade de referenciar e estruturar a escrita formal, este artigo tem o escopo de demonstrar como são aplicados os latinismos existentes nas diretrizes metodológicas representadas pela NBR 10520 (ABNT, 2002) da língua portuguesa com base na análise do léxico latino empregado na redação acadêmica. Para dar conta do objetivo traçado, recorrer-se-á aos fundamentos gramaticais latinos com o intuito de analisar o latinismo sob um duplo viés: o valor do todo significativo e suas partes constituintes. Adota-se o método analítico como melhor forma de desenvolver o estudo teórico que ora se propõe do *corpus* presente na NBR 10520.

Quanto à estrutura, este trabalho se subdivide em duas seções: a primeira, que visa a uma abordagem geral acerca da escrita acadêmica, apontando para a necessidade de determinados padrões de citação nesse tipo de redação; a segunda, que pretende, por meio da análise, explorar

o significado da nomenclatura latina recomendada pela NBR 10520 (ABNT, 2002). Considerando a importância do respeito a determinados padrões em textos sujeitos aos ditames da redação acadêmica, justifica-se este artigo em razão da tentativa de compreender o porquê do uso do latinismo nesse tipo de escrita, embora existam termos e expressões equivalentes em língua portuguesa.

Assim sendo, vislumbra-se aqui uma forma de colaborar para a compreensão teórica do léxico latino utilizado com fins terminológicos, demonstrando a razão da utilização da língua clássica em detrimento da língua românica moderna: o português.

2 Noções gerais sobre a relevância da citação de autores e obras na escrita acadêmica

Uma das maiores preocupações correntes na escrita acadêmica diz respeito à correta referenciação do autor no texto. Isso ocorre porque os créditos às ideias e às transcrições devem ser atribuídos aos escritores das obras citadas ou mencionadas sob pena de que não se preserve o direito autoral do indivíduo que se dispôs a pesquisar e a tecer, na modalidade escrita, suas observações, interpretações e percepções a respeito do tema que desenvolve. Além do mais, a referência permite ao leitor checar na fonte se o autor interpretou e registrou corretamente o texto ou a ideia originais.

Segundo Moraes (2004, p. 95), apesar de a Lei de Direitos Autorais (LDA) não mencionar nem conceituar o que é plágio,[1] deixando tal tarefa a cargo da doutrina, "plágio é a imitação fraudulenta de uma obra, protegida pela lei autoral, ocorrendo verdadeiro atentado aos direitos morais do autor" (MORAES, 2004, p.95). Ainda que, muitas vezes, o plágio seja consciente e propositado, nem sempre o indivíduo que se inicia na redação acadêmica conhece os mecanismos existentes (elencados pela NBR 10520) para evitar esse tipo de prática prejudicial à contribuição científica deixada pelos autores dos diversos campos de pesquisa.

Nesse sentido, Moraes (2004) explica que, na verdade, não existe plágio de ideias, por não serem elas objeto de proteção legal. Assim, as ideias pertencem à coletividade enquanto a forma dada a elas é sempre individual. O cuidado recai, no entanto, sobre a ideia

[1] É importante registrar que patentes, as quais também são ideias, podem ser plagiadas.

materializada, ou seja, quando a ideia passa a ter traços característicos do autor. Aprofundando mais um pouco no assunto, a Lei 9.610/1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, afirma não constituir ofensa aos direitos autorais a citação, em diversos meios de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, desde que sejam indicados o nome do autor e a origem da obra, sendo livres as paráfrases e as paródias que não forem reproduções da obra original, implicando-lhe descrédito.

Isso significa que, referenciada e citada de forma correta, não há irregularidade na menção ou alusão à obra de autores outros, já que, dessa forma, fica assegurado o crédito devido. É por isso mesmo que a NBR 10520 (ABNT, 2002) especifica as características exigíveis para a apresentação de citação em documentos, dispondo sobre as seguintes definições: citação, citação de citação, citação direta, citação indireta, notas de referência, notas de rodapé e notas explicativas. Não cabe, pois, ao escritor acadêmico confeccionar um texto sem a devida referenciação, quando necessária for, especialmente porque a ABNT, facilitando o acesso às fontes primárias,[2] padroniza a redação da forma de entrada daquela, desempenhando uma função não apenas normativa, mas também social.

Considerando que pesquisa é "a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade" e que "ela alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo" (MINAYO, 2009, p. 16), um importante procedimento da pesquisa científica é justamente a investigação do assunto a ser tratado, garantindo que a temática não tenha sido anteriormente abordada sob a mesma ótica ou perspectiva pretendida no momento da redação acadêmica. De qualquer forma, já tendo sido abordada, isso não se torna óbice para a utilização de obras pioneiras na pesquisa pretendida, já que existem vários mecanismos que permitem ao autor-pesquisador a citação correta das fontes pesquisadas. Aliás, a investigação acerca da existência de publicações anteriores em relação à temática a ser desenvolvida é item relevante para o início de

[2] Segundo Lakatos e Marconi (2007, p. 161), as fontes primárias dizem respeito a "dados históricos, bibliográficos e estatísticos; informações, pesquisas e material cartográfico; arquivos oficiais e particulares; registros em geral; documentação pessoal (diários, memórias, autobiografias); correspondência pública ou privada etc.". Já as fontes secundárias consubstanciam-se nos documentos da "imprensa em geral e obras literárias".

uma escrita científica, uma vez que proporciona a verificação do estado da arte do assunto, mesmo que sob ângulo distinto do que se deseja discutir.

Nesse ponto, percebe-se a necessidade de padronização da citação[3] na escrita acadêmica não só como forma de proteção aos direitos dos autores, mas também como meio de organizar a qualidade do trabalho científico no que concerne ao seu conteúdo, aos fins e à substância, conforme aponta Demo (1991). A propósito, a padronização da escrita acadêmica em geral e das entradas de citação são itens essenciais à linguagem utilizada em textos científicos, pois, além de primarem pela correção e pela precisão, pela coerência na argumentação, pela clareza na exposição das ideias, pela objetividade e pela concisão, levam em consideração a fidelidade das fontes citadas. Esta costuma ser alcançada por meio da utilização de um vocabulário técnico, uma vez que "a linguagem científica serve-se do vocabulário comum, utilizado com clareza e concisão, mas cada ramo da ciência possui uma terminologia técnica própria que deve ser observada" (PÁDUA, 1996, p. 82).

Partindo da citação de Pádua (1996), pode-se depreender, por analogia, que a seara da metodologia científica também dispõe de terminologias próprias para garantir a boa condução da pesquisa, inclusive no que se refere à citação de obras e autores. À guisa de exemplo, no texto dissertativo de caráter científico, a fundamentação teórica pode se valer de vários elementos para aumentar o poder de persuasão, como é o caso do argumento de autoridade, que se apoia "no saber notório de uma autoridade reconhecida num certo domínio do conhecimento. É um modo de trazer para o enunciado o peso e a credibilidade da autoridade citada" (FIORIN; SAVIOLI, 2007, p. 311). Nesse caso, ao embasar um argumento a partir de trechos da obra de um autor, este deve ser referenciado, não importando se for citado direta ou indiretamente ou por meio da obra de outro estudioso (citação de citação), a referência sempre será necessária. Como bem explica Tozoni-Reis (2010), as normas surgiram

> Para que as descobertas científicas pudessem ser conhecidas, comunicadas, criticadas e avaliadas por cientistas de diferentes partes do mundo. Nesse sentido, mesmo correndo risco de criar mecanismos controladores da criatividade na produção

[3] É importante frisar também que a identificação da citação permite ao leitor verificar o que é a contribuição original do autor de um texto e o que é mera reprodução de ideia prévia.

> de conhecimentos, as normas de apresentação de trabalhos científicos têm a função de facilitar a comunicação de resultados dos estudos investigativos, oferecendo-os de forma mais acessível e democrática à crítica de nossos pares, condição primordial do avanço da ciência. (TOZONI-REIS, 2010, p. 120)

Partindo da citação de Tozoni-Reis (2010), especialmente da necessidade de oferecer aos pares uma forma mais acessível e democrática de crítica aos trabalhos produzidos, de modo que se possa promover o avanço da ciência, é que se percebe a relevância da correta referenciação das obras utilizadas em um trabalho de caráter científico, bem como da atribuição do crédito das ideias e das transcrições a seus respectivos autores. Quando o indivíduo escreve um texto acadêmico, deve ter em vista que, ao citar a obra de determinado autor, ele está, na verdade, aderindo a um posicionamento para corroborar os fundamentos e os resultados de sua pesquisa. Então, a citação acaba por fornecer ao leitor do trabalho científico o alinhamento teórico do estudo, inserindo-o em uma área específica do conhecimento.

Nessa linha de raciocínio, há, com efeito, uma necessidade de padronização de citações na escrita acadêmica, o que é promovido pela norma 10520 (ABNT, 2002), cujas principais recomendações são as seguintes:

> 5. Nas citações, as chamadas pelo sobrenome do autor, pela instituição responsável ou título incluído na sentença devem ser em letras maiúsculas e minúsculas e, quando estiverem entre parênteses, devem ser em letras maiúsculas. 5.1. Especificar no texto a(s) página(s), volume(s), tomo(s) ou seção(ões) da fonte consultada, nas citações diretas. Este(s) deve(m) seguir a data, separado(s) por vírgula e precedido(s) pelo termo, que o(s) caracteriza, de forma abreviada. Nas citações indiretas, a indicação da(s) página(s) consultada(s) é opcional. 5.2. As citações diretas, no texto, de até três linhas, devem estar contidas entre aspas duplas. As aspas simples são utilizadas para indicar citação no interior da citação. 5.3. As citações diretas, no texto, com mais de três linhas, devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra menor que a do texto utilizado e sem as aspas. No caso de documentos datilografados, deve-se observar apenas o recuo (ABNT, 2002, p. 2).

Embora NBR 10520 (ABNT, 2002) recomende formas de entrada para citações diretas e indiretas na sua parte geral, ela não se furta a fazer menção ao funcionamento da citação da citação no texto científico, o que ocorre no decorrer do documento à medida que são introduzidas as diversas expressões latinas utilizadas terminologicamente como forma de referência. Dessa forma, vale explicar as três principais formas de citação que se devem conhecer ao redigir um texto acadêmico: a citação direta, a citação indireta e a citação da citação. Segundo Lakatos e Marconi, a citação direta consiste

> na transcrição literal das palavras do autor, respeitando todas as suas características. Devem ser transcritas sempre entre aspas e seguidas pelo sobrenome do autor, data de publicação e páginas da fonte em que foram retiradas, separados por vírgula e entre parênteses (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 288).

Trata-se, em outras palavras, de uma referência completa, já que se reproduzem com fidelidade as palavras do autor citado, ainda que haja inadequações e inconsistências decorrentes da escrita autoral. Nesse caso, recomenda-se a utilização do termo latino *sic* ("assim", "dessa forma", em latim), ao fim do trecho transcrito, como forma de garantir que a reprodução de parte da obra se deu *ipsis litteris*, isto é, letra por letra. Na prática, contudo, não ocorre assim, já que as aspas já indicam que se trata de transcrição literal. O termo *sic* é usado, pois, para assinalar que um elemento que pode parecer ao leitor erro de transcrição estava assim (por isso, *sic*) no original.

Já a citação indireta são ideias ou informações extraídas de outros autores, mas escritas com as palavras do indivíduo que redige o texto acadêmico. Normalmente, essa citação ocorre em forma de paráfrase e sempre deve mencionar o texto original (LAVILLE; DIONNE, 1999). Consoante a Tozoni-Reis (2010, p.126) sobre a citação indireta, "fazer referência a um autor no texto significa apresentar suas ideias segundo a interpretação do pesquisador". Sendo assim, se tratando de reprodução de noções que adquiriram forma em razão das peculiaridades dos autores citados, é imprescindível a referenciação da ideia utilizada com o intuito de dar validade à pesquisa por meio do apoio em estudos próximos à temática em questão. Para esse tipo de citação, a NBR 10520 (ABNT, 2002) determina que a entrada se dê pelo sobrenome do autor seguido do ano da obra.

A citação da citação, por sua vez, é utilizada "quando se transcrevem palavras textuais ou conceitos de autor sendo ditos por um segundo autor da fonte que se está consultando diretamente." (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 290). Essa espécie de citação pode ser verificada quando se cita um autor que, por seu turno, cita outro em seu texto. Trata-se de uma citação dentro de outra. Nesse caso, a expressão latina *apud* é utilizada como forma de demonstrar que se trata de citação de citação. A citação da citação, assim como as demais, "são feitas para apoiar uma hipótese, sustentar uma idéia ou ilustrar o raciocínio por meio de menções de trechos na bibliografia consultada" (MORESI, 2003, p. 52).

Por fim, vale o registro de que, "embora sejam importantes para fomentar o necessário diálogo entre o pesquisador e outros pesquisadores de assuntos e temas correlatos, o recurso da citação dever ser usado somente quando for muito pertinente à discussão empreendida no texto" (TOZONI-REIS, 2010, p. 124). Isso quer dizer que o excesso de citações pode obnubilar a presença do redator do texto acadêmico. Apesar de ser relevante mencionar autoridades no assunto pesquisado, o cuidado com a citação deve ocorrer no sentido de evitar o apagamento autoral em razão da abundância de ideias e trechos de outrem.

3 Análise de latinismos utilizados como terminologia da metodologia científica

O *corpus* principal selecionado para análise neste trabalho é composto dos latinismos utilizados como terminologia presentes na NBR 10520 (ABNT, 2002). Os exemplos que ilustram a explicação de cada item terminológico são retirados propositadamente de escritos acadêmicos como artigos científicos, dissertações e teses, tendo em vista a necessidade de comprovar o uso nesse tipo de redação. Todas as obras utilizadas nesses contextos são posteriores a 2002, a fim de que se possa pressupor o respeito à NBR 10520. Passando, pois, ao exame dos termos e expressões latinos correntes durante o processo de citação de autores, eis os elementos encontrados na norma em questão:

a) *idem* (ou *id.*)

Trata-se de um pronome empregado "para mostrar as pessoas ou objetos" (FARIA, 1958, p. 134). Faria (1958) considera tal item gramatical como um pronome de identidade que pode ser concebido como

"o precisamente… que" ou "aquele mesmo… que". Como a utilização de *idem* no texto acadêmico visa evitar a repetição de referências na mesma página ou folha da citação a que se referem (ABNT, 2002), adota-se a tradução proposta por Almeida (1992): "ele mesmo", "ela mesma" etc.

Aliás, é importante observar que, mesmo se tratando de um pronome declinável em latim, a forma *idem* não sofre flexão de caso na referenciação científica, já que a alusão se dá em relação a uma citação completa anterior. Não há, pois, a necessidade de mudança na estrutura escrita da palavra porque não há, no caso da citação, relação sintática a ser marcada pela desinência de flexão casual. Eis que *idem* surge como genuína terminologia na metodologia científica, dado o seu caráter técnico de uso. Contudo, fosse esse item flexionável pelo emprego em situações diversas, a sua forma sofreria modificações a depender do gênero, do número e do caso, o que se representa no Quadro 1, que segue:

Quadro 1 – Declinação de *idem, eadem, idem*

Declinação de *idem, eadem, idem*		
Casos latinos	Singular	Plural
	Masculino / Feminino / Neutro	Masculino / Feminino / Neutro
Nominativo	Idem, eadem, idem	Iidem, eaedem, eadem
Genitivo	Eiusdem	Eorundem, earundem, eorundem
Dativo	Eidem	Iisdem ou eisdem
Ablativo	Eodem, eadem, eodem	Iisdem ou eisdem
Acusativo	Eundem, eandem, idem	Eosdem, easdem, eadem

Fonte: Almeida (1992)

Conforme o Quadro 1, percebe-se que a forma *idem* é, na verdade, masculina,[4] sendo esta a adotada para a referenciação nos textos acadêmicos. O fato de, em português, não ser possível a declinação[5] de

[4] Poderia ser também neutra, como nominativo ou acusativo singular de "i" inicial breve, mas não é o caso aqui, já que neutro em geral não aponta para "pessoa", ser humano em latim.

[5] Na verdade, a declinação do item lexical, por já estar incorporado ao uso do português, é impossível, pois não existe mecanismo declinatório nessa língua moderna.

tal pronome, até porque não há relação sintática expressa na situação de citação, facilita o uso dessa terminologia e justifica sua permanência para tal finalidade. Segundo Almeida (1992, p. 163), "é muito usado em latim o demonstrativo *is, ea, id* seguido da terminação *dem*, terminação que reforça o demonstrativo e se traduz por *mesmo*".

À guisa de exemplo, eis um trecho transcrito do artigo científico de Monteagudo (2012, p. 59):

> Quem mais pronta e argumentadamente deu réplica a Lapa foi o seu grande amigo, o intelectual galego Ramón Piñeiro, em artigo publicado na revista *Grial*. Em apurado resumo, este sustém:
>
> '[…] Se calhar, muitos portugueses refugarão, mesmo com escândalo, esta afirmação. Contudo, resultara-lhes mais fácil negar o fato do que impedi-lo… Não é o português moderno o herdeiro literário único do galego-português originário, mas há três herdeiros, três continuadores: o galego, o português e o brasileiro'. (PIÑEIRO, 1974, p. 278)
>
> Ramón Piñeiro defende a posição tradicional do galeguismo contemporâneo de procurar o apoio no português para a modernização do galego e de fomentar uma aproximação decidida da cultura galega às culturas de expressão portuguesa:
>
> 'a política a seguir na fixação do galego culto deve se orientar decididamente à consolidação de tudo o que houver de comum no galego e no português, e na incorporação do vocabulário técnico também devemos tender à maior identidade das duas línguas irmãs. […] Nesta linha de achegamento, a atitude galega será sempre aberta e entusiasta'. (*idem*, p. 279)

No trecho acima, pode-se notar a utilização de *idem* na segunda citação por haver referência a Piñeiro, autor já mencionado na primeira citação. Nesse caso, a terminologia *idem* foi empregada com o propósito de evitar a repetição do sobrenome do autor e do ano de sua obra, já que ambos se encontram na mesma página no artigo. Logo, a terminologia mostra-se bastante funcional na medida em que respeita os ditames da NBR 10520 (ABNT, 2002). Por se tratar de termo latino, é preciso perceber que *idem* encontra-se em itálico.

b) *ibidem* (ou *ibid.*)

O termo *ibidem* é um advérbio latino (palavra indeclinável) que significa "no mesmo lugar", "aí mesmo", entre outras possibilidades de tradução (FARIA, 1992, p. 258). Segundo a norma NBR 10520 (ABNT, 2002), emprega-se com sentido de "na mesma obra", possivelmente devido ao valor locativo claramente expresso pelo vocábulo. No trecho abaixo, pertencente à obra de Monteagudo (2012, p. 29), pode-se perceber a intencionalidade de uso de *ibidem*: Porém, adverte de jeito muito explícito:

> "Mas será achegamento desde o galego, *não renunciando ao galego*" (*ibidem*).

O excerto acima é parte complementar da sequência apresentada na explicação do termo *idem.* No exemplo sob análise, o termo locativo *ibidem* foi empregado considerando-se que a citação direta utilizada fora retirada da obra de autor já mencionado na mesma página; nesse caso, em parágrafo anterior, representado pela expressão *idem*, que, por sua vez, remete a Piñero (1974). O que se nota é que *ibidem* evitou a repetição de *idem*, termo de referência primeiramente empregado na referência a Piñero. Terminologia também grafada em itálico por se tratar de latinismo.

c) *opus citatum* (ou *op. cit.*)

O elementos constituintes da expressão *opus citatum* são *opus,* um substantivo do gênero neutro do segundo grupo da terceira declinação latina,[6] sendo este grupo caracterizado pelas terminações *-us, -en, -ma, -or, -ut, -ur, -er, -os* e *-as* no nominativo singular, segundo Ribeiro e Simonetti (2014), seguido de *citatum*, particípio passado do verbo latino *cito,-as,-are, -avi, -atum*, que pode significar, entre outras acepções, citar, convocar, mencionar, de acordo com Faria (1992). Em português, equivale a "obra citada".

---

[6] Considerando a complexidade morfológica da terceira declinação latina, não se abordará o tema detalhadamente a fim de não fugir ao escopo deste trabalho, até porque as formas de nominativo singular correspondentes aos neutros do segundo grupo da terceira declinação podem ser várias. Dessa forma, o aporte teórico desta seção ateve-se à explicação simplificada proposta por Ribeiro e Simonetti (2014).

Essa expressão faz alusão a uma obra já citada anteriormente na mesma página, evitando a repetição das referências, assim como *idem*. Eis um exemplo de emprego da expressão no trabalho de Aragão (2011, p. 7):

> DIEGUES JR. Manuel. *Etnias e culturas no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976, p. 99.
>
> FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954. *apud* DIEGUES JR. M. *op. cit.* p. 99-100.

Os trechos acima foram retirados de duas notas bibliográficas subsequentes na obra de Aragão (2011). Na segunda nota, a autora fez uso de *op. cit.* a fim de evitar a repetição do nome do livro de Diegues Jr., *Etnias e culturas no Brasil*. Embora Aragão tenha se valido da terminologia em referência bibliográfica, e não em citação interna de autor, tal possibilidade existe e pode ser comprovada a partir de excerto transcrito da dissertação de mestrado de Silva (2009, p. 11):

> Igualmente, Konrad Koerner (1996, p. 49) diz que o objeto de estudo da Historiografia Lingüística são "as idéias sobre a linguagem e proposições para sua descrição e explicação". Além disso, esse autor diz que "as teorias lingüísticas não se desenvolvem em total isolamento do clima intelectual geral do período ou das atitudes particulares mantidas pela sociedade que promoveu a atividade científica" (*op. cit.*, p. 57).

Na dissertação de Silva (2009), cujo trecho foi transcrito acima, a utilização de *op. cit.* tem a mesma finalidade da de Aragão (2011). Entretanto, no caso em análise, a equivalência entre a terminologia e o autor e o ano dá-se dentro do mesmo parágrafo. Dessa forma, a segunda citação direta constante no trecho dissertativo também é atribuída a Konrad Korner (1996), havendo apenas a modificação da página da qual o trecho foi transcrito. Note-se a manutenção da terminologia em itálico por se tratar de um latinismo.

d) *passim* (ou *pass.*)

De uso mais restrito, *passim* é um advérbio latino cuja tradução recomendada por Faria (1992, p. 392) é "espalhando-se por aqui e por ali, daqui e dali, a cada passo", mas normalmente é traduzida por "aqui e lá". O uso dessa expressão locativa ocorre quando se quer indicar referências

genéricas a diversas partes do texto sem a indicação das páginas, por se tratar de um compilado de citações. Normalmente o termo é utilizado em nota de referência que remete à citação em recuo, como se pode verificar no exemplo abaixo, a partir da obra de Leite (2011):

LEITE, 2011, p. 95-123 *passim*

A utilização da terminologia no exemplo acima faz referência a diversas páginas donde se retiraram ideias do autor, evitando, logo, a repetição dessas páginas. Assim sendo, a expressão *passim* é assaz abrangente, dando conta de múltiplas noções retiradas do texto de um autor citado (Leite, no caso acima). A título ilustrativo, da obra de Leite (2011) poderiam ter sido utilizadas ideias constantes nas páginas 95, 103, 108 e 120, por exemplo. Nesse caso, o uso de *passim* acaba por indicar uma referência genérica a várias partes do texto, sem que se identifiquem páginas determinadas. Normalmente, são indicadas as páginas inicial e final do trecho onde se encontram as informações citadas.

e) *loco citato* (ou *loc. cit.*)[7]

A expressão *loco citato,* pela forma com é grafada, está declinada no ablativo[8] singular, visto que a palavra *locus, -i* (enunciada[9] no nominativo singular seguido do genitivo singular), além de estar grafada com a desinência representativa do ablativo singular (-o), designa a noção de lugar, equivalendo a "no lugar citado". A *citato*, por ser particípio passado do verbo *cito,-as,-are,-aui,-atum*, funcionando como um adjetivo do substantivo *locus,* concorda com este em gênero, número e caso, ou

[7] Para as expressões *loco citato* e *sequentia* são utilizados exemplos hipotéticos em razão do menor uso de tais terminologias em comparação com as demais já analisadas.

[8] O ablativo é o caso latino clássico que representa a função sintática de adjunto adverbial, incluindo as circunstâncias de instrumento e de lugar, sendo esta também representada pelo caso locativo de forma indicial, já que tal caso apenas deixou alguns resquícios, não funcionando como categoria plena para a maioria das palavras em latim clássico.

[9] Para fins de identificação dos substantivos em latim, estes são enunciadas a partir de seu nominativo singular (caso que, normalmente, representa a função sintática de sujeito e de predicativo do sujeito), seguido do genitivo singular (caso distintivo que representa, via de regra, o adjunto adnominal restritivo).

seja, *citato* encontra-se no masculino (gênero) singular (número) e no ablativo (caso). Eis um exemplo que ilustra o uso de tal expressão:

[1] Melo, 2013, p. 60.
[2] Oliveira e Moura, 2015, p. 317.
[3] Melo, 2013, *loc.cit.*
[4] Oliveira e Moura, 2015, *loc. cit.*

Analisando o exemplo acima, suposto a partir dos artigos de Melo (2013) e Oliveira e Moura (2015), percebe-se que a expressão *loco citato* é utilizada quando se pretende designar a mesma página de uma obra já citada anteriormente, quando há intercalação de notas. Assim como várias das outras terminologias analisadas, o uso de *loco citato* também tem o objetivo de evitar a repetição de item já mencionado anteriormente, nesse caso, a página. Note-se, porém, que a expressão tem um uso restrito à intercalação de notas, apresentando, pois, emprego distinto da expressão *opus citatum.* Se os autores Melo e Oliveira e Moura tivessem sido citados de forma não intercalada, a melhor terminologia ser utilizada seria *opus citatum*, que evitaria a repetição das obras já mencionadas anteriormente. Apesar de o exemplo configurar uma utilização terminológica em nota de rodapé, também é possível o emprego da expressão no corpo do texto, não havendo necessidade de que a obra citada esteja na referência imediatamente anterior, como explicado acima.

f) *sequentia* (ou *et seq*.)

A terminologia *sequentia*, normalmente significa "sequência", mas, considerando-se o uso de tal expressão e sua forma escrita, seria mais bem traduzida como "na sequência", já que o vocábulo encontra-se declinado no ablativo singular. A NBR 10520 (ABNT, 2002) traduz o termo como "seguinte ou que se segue". Eis um exemplo hipotético de uso a partir da obra de Avelar e Galves (2014):

[1] Avelar; Galves, 2014, p.242 *et seq*.

Como outro termo que configura economia linguística, o item latino é empregado com a função de evitar a menção de todas as páginas ou folhas consultadas na obra referenciada. No exemplo acima, nota-se que, na obra de Avelar e Galves (2014), a primeira página consulta é a 242, não sendo mencionadas as demais, ou porque são diversas ou

porque assim preferiu o redator. Ainda que o exemplo represente uma citação referenciada em nota, há a possibilidade de uso da terminologia latina no corpo do texto.

g) *apud*

O termo *apud* é uma preposição latina que pode significar, entre outras noções, "junto de", consoante ao que expõe Faria (1992). Em latim, as preposições geralmente figuram nas frases para, em conjunto com outros vocábulos, introduzir uma noção de circunstância, não sendo utilizadas com a mesma frequência da língua portuguesa, já que essa é uma língua analítica, enquanto aquele é um idioma sintético. Em poucas palavras, entende-se como língua sintética aquela que, por meio de desinências acopladas a nomes e verbos, dispensa o uso frequente de classes de palavras como numeral, preposição e alguns pronomes.

Na metodologia científica e na redação de textos de caráter acadêmico, *apud*, normalmente traduzida como "citado por" é utilizada na "menção de um documento ao qual você não teve acesso, mas que tomou conhecimento por citação em um outro trabalho" (MORESI, 2003, p. 53). Trata-se da citação de citação. Nesses casos, a termo *apud* é utilizado "quando se transcrevem palavras textuais ou conceitos de autor sendo ditos por um segundo autor da fonte que se está consultando" (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 290). Eis um exemplo transcrito da tese de doutorado de Rubio (2012, p. 30):

> Assim Fernão de Oliveira analisa o emprego dos vocábulos na língua falada influenciados pela variação social, regional e etária no território português em 1536:
>
> '[…] E o velho, como tem o entender mais firme, com o que mais sabe, também suas falas são de peso, e as do mancebo, mais leves… saibamos que a primeira e principal virtude da língua é ser clara e que a possam entender, e para ser bem entendida há de ser a mais acostumada entre os melhores dela e os melhores da língua são os que mais leram e viram e viveram, continuando mais entre primores sisudos e assentados, e não amigos de muita mudança. (OLIVEIRA *apud* MATTOS E SILVA, 1988, p. 11)'.

Acima foram transcritos dois trechos da tese de Rubio (2012) na qual o autor menciona a análise de Fernão de Oliveira acerca do emprego

de vocábulos da língua falada. Considerando a antiguidade da obra de Oliveira, Rubio (2012) teve de recorrer a Mattos e Silva para que tivesse acesso à citação. Assim, embora seja de Fernão de Oliveira o trecho transcrito em recuo, foi a partir de outro autor que se pôde recuperar a citação. Isso é bastante comum em se tratando de citação de excertos de obras antigas a que não mais se tem acesso com facilidade. O uso de *apud*, no caso em tela, é adequado à situação em que se insere. Vale, no entanto, ressaltar que, sendo possível, a citação de um autor deve se dar preferência pela consulta à obra original, tanto na citação direta quanto na indireta, mas especialmente nesta, já que a ideia original pode ter sofrido influência do pensamento do autor a que se recorre.

Considerações finais

Partindo da análise dos latinismos relativos à citação constantes na NBR 10520 (ABNT, 2002), percebeu-se que a maioria deles tem o escopo de evitar recorrência de referências, tornando a redação do texto científico menos repetitiva. Os elementos terminológicos têm a função precípua de padronizar e estruturar as citações direta e indireta, bem como a citação de citação.

Como se pôde notar, algumas terminologias são utilizadas de forma mais habitual, figurando em textos de caráter científico escritos após 2002, ano da edição da norma ABNT. Outras, no entanto, não são costumeiras, conquanto sejam claramente úteis na escrita acadêmica por força de organização textual e normalização da escrita. Tais nomenclaturas, como latinismos que são, grafam-se em itálico como forma de marcar que não se trata de uso de léxico originário da língua portuguesa, a despeito de já estar a ela incorporada.

As expressões, analisadas tanto em seus elementos constituintes como em seu todo significativo, resvalam certa credibilidade de uso que, normalmente, é atribuída a uma língua clássica, com baixa capacidade de mutação e com fins científicos, como se pode notar pelo uso na taxonomia de animais e plantas, por exemplo. Além disso, as terminologias despontam como forma de economia linguística típica das línguas na medida em que, mesmo utilizando menos palavras, abarca sentido amplo. Note-se que as terminologias latinas normalmente se valem de menos vocábulos do que sua correspondente tradução em português, já que, enquanto este idioma é analítico, aquela língua é considerada sintética.

Ante o exposto, surgem como funcionais as terminologias elencadas na norma 10520 (ABNT, 2002), não só pela baixa mutabilidade da língua latina, idioma clássico do qual se originou o português, e pelo esforço de economia linguística, mas também porque tais expressões normalizam a escrita acadêmica, permitindo que seja entendida a qualquer tempo em razão de um padrão de redação.

Referências

ALMEIDA, N. M. de. *Gramática Latina*: curso único e completo. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

ARAGÃO, M. do S. S. de. Africanismos no português do Brasil. *Revista de Letras*, Fortaleza, UFC, v. 30, n. 1/4, jan. 2010/dez. 2011, p. 7-16. Disponível em: <http://www.revistadeletras.ufc.br/Revista%20de%20Letras%20Vol.30%20-%201.4%20-%20jan.%202012%20.%20dez.%202011/rl30art01_Africanismos_no_portugues_do_Brasil.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2017.

AVELAR, J.; GALVES, C. O papel das línguas africanas na emergência da gramática do português brasileiro. *Linguística*, Asociación de Lingüística y Filología de América Latina, Montevideo, v. 30, n. 2, dez. 2014, p. 241-288. Disponível em: <http://www.scielo.edu.uy/pdf/ling/v30n2/v30n2a10.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *NBR 10520 Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação.* Rio de Janeiro: ABNT, 2002. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/arquivos/nbr10520-original.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2017.

BRASIL. Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm>. Acesso em: 30 jun. 2017.

DEMO, P. *Avaliação qualitativa.* São Paulo: Cortez, 1991.

FARIA, E. *Dicionário escolar latino-português*. Revisão de Ruth Junqueira de Faria. 6. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1992.

FARIA, E. *Gramática Superior da Língua Latina*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. *Para entender o texto*: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de metodologia científica*. 6. ed. 4. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção o saber*: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LEITE, M. Q. A construção da norma linguística na gramática do século XVIII. *Alfa*, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 665-684, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/alfa/v55n2/14.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2017.

MONTEAGUDO, H. A Galiza e o espaço linguístico-cultural de expressão portuguesa. In: LOBO, T.; CARNEIRO, Z.; SOLEDADE, J.; ALMEIDA, A.; RIBEIRO, S. (Org.). *Rosae*: linguística histórica, história das línguas e outras histórias [online]. Salvador: UFBA, 2012. p. 51-64. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/67y3k/pdf/lobo-9788523212308-06.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2017.

MELO, P. A. G. O uso de expressões latinas como elementos de ornamentação na linguagem publicitária escrita no Português Contemporâneo. *Interfaces,* Guarapuava, v. 4, n. 2, p. 60-71, dez. 2013. Disponível em: <http://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/2343/0>. Acesso em: 3 jul. 2017.

MORAES, R. O plágio na pesquisa acadêmica: a proliferação da desonestidade intelectual. *Diálogos Possíveis*, Faculdade Social a Bahia, v. 3, n. 1, p. 91-109, 2004. Disponível em: <http://www.faculdadesocial.edu.br/revistas/index.php/dialogospossiveis/article/view/191/146>. Acesso em: 30 jun. 2017.

MORESI, E. *Metodologia da pesquisa*. Brasília: Universidade Católica de Brasília. Pró-Reitoria de Pós-Graduação. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação, 2003. Disponível em: <http://www.inf.ufes.br/~falbo/files/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2017.

MINAYO, M. C. de S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. (Org.). *Pesquisa social*: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, T. S. de; MOURA, S. A. de. Indícios sociolinguísticos em compêndios de normas: uma análise a partir da obra de Infante. *Revista Línguas & Letras*, Cascavel, v. 16, n. 32, p. 315-335, 2015. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/issue/view/729/showToc>. Acesso em: 3 jul. 2017.

PÁDUA, E. M. M. *Metodologia de pesquisa*: abordagem teórico-prática. Campinas: Papirus, 1996.

RIBEIRO, M. L. M.; SIMONETTI, F. *Gramática Latina.* Icaraí: LL Divulgação, 2014. v. I: Morfologia e sintaxe.

RUBIO, C. F. *Padrões de concordância verbal e de alternância pronominal no português brasileiro e europeu*: estudo sociolinguístico comparativo. 2012. 391f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/100100>. Acesso em: 1 jul. 2017.

SILVA, D. M. da. *Origem e desenvolvimento das idéias lingüísticas de William Labov*. 2009. 138f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, 2009. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/2433>. Acesso em: 1 jul. 2017.

TOZONI-REIS, M. F. de C. *Metodologia da pesquisa*. 2. ed. Curitiba: IESDE BRASIL S. A., 2010.

Caligrama, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 103-133, 2017

Modalidade não epistêmica na linguagem jurídica: um estudo contrastivo

Non-epistemic modality in legal language: a contrastive study

Iva Svobodová
Universidade de Masaryk, Brno, República Tcheca
9255@mail.muni.cz

Resumo: O objetivo do presente estudo é comparar a formulação das disposições legais nos Códigos Penais de Portugal e do Brasil através dos períodos denominados, segundo Zavadil e Čermák (2010), *modalmente congruentes*. Em termos mais concretos, visa-se analisar, nos referidos Códigos, os antecedentes das frases completivas a partir de três pontos de vista: lexicológico, semântico e sintático. O primeiro deles consiste em categorizar esses antecedentes conforme sua classe lexical. O segundo critério vincula os seus valores modais ao modo do predicador da frase completiva, princípio em que se assenta a tipologia estabelecida por Marques (2013), baseada sobretudo na dicotomia *valor epistêmico versus não epistêmico*. Verificou-se que a prevalência dos valores modais, em geral, é, no texto-alvo, de tipo não epistêmico, mas que, ao mesmo tempo, a ocorrência dos seus subvalores individuais, *i.e.*, o deôntico, volitivo ou de possibilidade interna ou externa ao participante, dependem, em grande medida, da natureza nominal, adjetival ou verbal do antecedente. Relativamente ao terceiro ponto de vista mencionado, ao longo do texto, analisa-se a influência do valor modal e da transitividade dos antecedentes na formulação finita ou infinitiva das frases subordinadas.

Palavras-chave: orações completivas; modalidade; Código Penal português, Código Penal brasileiro.

eISSN: 2358-9787
DOI: 10.17851/2358-9787.22.2.103-133

Abstract: This study aims to compare the formulation of the Portuguese and Brazilian Penal Codes based on the constructions denominated, according to Zavadil e Čermák (2010), as modally congruent sentences. To be more concrete, we analyze the antecedents of the completive clauses from the lexical, semantic and syntactic points of view. The first aspect consists in the classification according to the word class to which the antecedent pertains. The second point of view connects its modality values with the verbal mode of the predicator of the completive clause, principle in which is based the typology of Marques (2013), who divides the expressions that subcategorize the completive clause according to the dichotomy *epistemic versus non-epistemic values*. We verified that the modal prevalence, in our text, is a non-epistemic one, but, at the same time, we discovered that the occurrence of their individual modality's sub-values, *i.e.*, the deontic, volitive or participant-internal possibility, depends on the nominal, adjectival or verbal word class of the antecedent. As for the third factor, we observe the influence of the modal value and the transitivity of the antecedents in the preference to the finite or infinitive completive clause.

Keywords: completive clause; modality; Portuguese Penal Code; Brazilian Penal Code.

Recebido em 29 de setembro de 2017.

Aprovado em 29 de dezembro de 2017.

1 Introdução

O presente texto resume os principais resultados de uma parte da tese de habilitação intitulada *Análise sintático-semântica do Código Penal de Portugal e do Brasil*,[1] cujo objetivo foi analisar, do ponto de vista sintático-semântico, as orações subordinadas (completivas, relativas e adverbiais) existentes nos referidos textos. O objeto da pesquisa

[1] Tese de habilitação cuja defesa se celebrará em 2018, no âmbito do Programa de Habilitação em Línguas Românicas, na Faculdade de Letras da Universidade de Masaryk, Brno, República Tcheca.

dedicada às orações completivas, que constitui o tema central do presente texto, associa-se aos seguintes quatro aspectos:

i. semântico: valores modais veiculados pelos antecedentes da F-completiva;

ii. lexical: classe lexical à qual pertencem os antecedentes da F-completiva;

iii. formal: caraterização formal da F-completiva (finita ou infinitiva);

iv. contrastivo: comparação lexical, semântica e sintática das frases completivas em CPP e CPB.

Relativamente ao primeiro fator mencionado, a nossa hipótese partiu da opinião de Ramos (2017), que, em sua tese sobre a modalidade dos verbos *dever* e *poder* na linguagem jurídica,[2] confirma a teoria de Oliveira (1988) quando diz que "[...] [h]á uma clara prevalência de valores não-epistêmicos nas produções textuais estudadas (quer dizer, jurídicas), nomeadamente do valor deôntico" (RAMOS, 2017, p. 190). Para o autor, citando Oliveira (1988, p. 190), essa

> [...] diz diretamente respeito a procedimentos de acordo com normas de comportamento e, na utilização comum destes verbos com esse sentido, é certo que são pressupostas algumas normas, sobretudo em casos de regulamentação do comportamento humano, nas sociedades (caso do discurso jurídico, religioso, etc.).

Ramos (2017) chegou a concluir, ao mesmo tempo, que a modalidade veiculada pelos verbos por ele estudados pode mudar conforme a categoria gramatical de modo, tempo e polaridade. Assim, os verbos em questão podem transmitir tanto a dominante modalidade

[2] Segundo Ramos (2017), existem dois termos que designam a linguagem utilizada na área da Lei e do Direito: *linguagem legal* e *linguagem forense*. O autor define-as do seguinte modo: "[…] a linguagem legal é a que dá corpo a normas jurídicas ou, eventualmente, a que permite uma transferência direta de elementos dispositivos (sujeitos ou não a coercibilidade) da ideia organizatória para a prática social de todos os dias, e a linguagem forense seria a utilizada no contexto do 'foro', isto é, num tribunal ou junto de uma instância com competência decisória" (RAMOS, 2017, p. 12). Nós optamos, porém, por usar, ao longo do nosso texto, o termo *linguagem jurídica*, por ser mais consagrado pelo uso e por ter um sentido mais universal (BITTAR, 2001).

não epistêmica (sobretudo a deôntica: de necessidade, obrigação ou proibição) como a epistêmica (de incerteza e probabilidade).

A nossa pesquisa baseia-se, tal como no caso de Ramos (2017), na análise de material jurídico, com a diferença de o nosso material linguístico ser, por um lado, genericamente mais homogêneo,[3] mas, por outro lado, mais extenso do ponto de vista diatópico. Ao mesmo tempo, não pretendemos observar a relação entre as diferentes categorias gramaticais e o tipo de modalidade veiculada. Visamos, antes, verificar se existe alguma relação direta entre a classe lexical do antecedente, que subcategoriza a $F^{\text{-completiva}}$, e os valores ou subvalores modais que este predominantemente veicula num texto discursivamente limitado. Ao mesmo tempo, é objeto do nosso estudo verificar se esses dois aspetos afetam, de algum modo, a preferência pela forma finita ou infinitiva da frase completiva.

Tratando-se de uma pesquisa contrastiva, será o nosso principal propósito observar até que medida converge ou diverge a formulação dos Códigos Penais português e brasileiro. Admitimos, por um lado, que, na língua falada, na qual são típicos os desvios à norma padrão, as variedades do português mostram tendências bem divergentes; mas, por outro lado, cientes de que os textos por nós estudados são de natureza altamente formal e de que são formulados de acordo com a língua padrão, que é mais ou menos homogênea em ambas as variedades, não pressupomos serem registadas divergências tão marcantes, sobretudo se levarmos em consideração estudos de, p. ex., Galves (1987, 1998), Lapa (1998), Svobodová (2010, 2011, 2013, 2015), sob cuja ótica não se podem generalizar princípios válidos para a língua falada em registros de mais alto estilo. Mesmo assim, a nossa hipótese é que, apesar de contarmos com uma tipologia mais ou menos igual nos registos estudados, os antecedentes apresentarão um repertório vocabular diferente. Nesse sentido, pretendemos contribuir, com o nosso estudo contrastivo, também para a área de tradutologia oficial, ajudando os tradutores e intérpretes a aproximar as suas produções o mais adequadamente possível da variedade do português exigida.

---

[3] Ramos (2017) realizou a sua investigação num *corpus* linguístico mais diversificado, usando diferentes gêneros jurídicos pertencentes à área da Lei e do Direito português (Código Penal, Código do Processo Penal, Código Civil, Código Comercial, etc.).

2 Enquadramento teórico

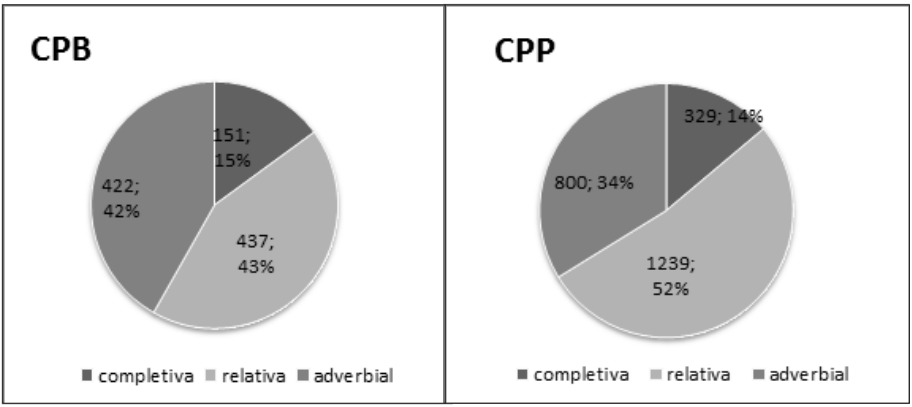
As orações completivas, denominadas por Cunha e Cintra (1999) *orações subordinadas substantivas*, e por Kury (2001) e outras gramáticas escolares, *subordinadas integrantes* ou *argumentais*, integram ou complementam o sentido do predicador que seleciona, podendo a oração ser introduzida por um complementador ou ser uma oração infinitiva sem complementador. No material analisado, constituído dos Códigos Penais do Brasil e de Portugal (doravante designados CPB e CPP), como mostra o Gráfico 1, a sua ocorrência é, curiosamente, a menos alta, formando, em CPB, 15% e, em CPP, 14% do total das frases subordinadas. Esse fato deve-se, sem dúvida, à natureza normativo-legal e descritiva (RAMOS, 2017, p. 52) dos Códigos Penais, que codificam e definem os crimes e as penas aplicáveis a eles, através de construções que respondem, na maior parte do texto, às seguintes questões: *Quem será punido?* (resposta: < *o agente que* + $F^{\text{-relativa}}$) ou *Em que circunstâncias o agente será punido?* (resposta: < *Se/quando/desde que* $F^{\text{-adverbial}}$, $F^{\text{+principal}}$), restando, assim, poucos argumentos para defender a necessidade de maior espaço para as frases completivas. Veja-se o seguinte gráfico, que mostra os resultados[4] do primeiro passo da nossa investigação, que consistiu na classificação do total das frases subordinadas em completivas, relativas e adverbiais.[5]

---

[4] A presente análise quanti-qualitativa baseia-se em números de ocorrências que obtidas através de seleção manual e constituem o valor médio de três contagens. Recorreu-se a esse processo por falta de metodologia computacional fidedigna que viabilizasse a classificação das hipotaxes segundo os critérios estabelecidos. Para os fins da pesquisa, foram utilizados os Códigos Penais atualizados, disponíveis em <www.planalto.gov.br> e <www.codigopenal.pt>, consultados em fevereiro e agosto de 2017, respectivamente. Depois de os Códigos terem sido convertidos em documento de formato *.docx*, chegou-se aos seguintes dados relativos às suas propriedades textuais: o CPP contém 49.542 palavras e 2.291 frases subordinadas, enquanto o CPB contém 31.120 palavras e 990 orações subordinadas. Advirta-se que a diferença entre o número das frases subordinadas em CPP e CPB é 1.301, o que é causado, para além de outros fatores, por uma alta frequência das frases que propõe-se denominar *dicionarísticas*, que, em CPB, correspondem às definições tipicamente usadas nos dicionários, como exemplifica o artigo 235: "Contrair alguém, sendo casado, novo casamento: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos" (BRASIL, 1940, art. 235). O número de ocorrências desse tipo de definição foi 322, constituindo 21% de todas as frases analisadas em CPB, enquanto em CPP foi apenas 26 (1%).

[5] Todos os gráficos e dados utilizados neste texto são da nossa autoria e fazem parte do já mencionado trabalho de habilitação (ver a nota 1).

GRÁFICO 1: Distribuição das orações subordinadas em CPB e CPP



Por menos representadas que estejam em nosso material linguístico, as frases completivas merecem ser analisadas, sobretudo dos pontos de vista mencionados no início do artigo e aos quais dedicamos as linhas seguintes.

Relativamente à influência do valor modal do antecedente na formulação finita da frase subordinada completiva, dois romanistas checos, Zavadil e Čermák (2010), definiram estas construções hipotáticas como *diretamente modais* ou, também, como *orações modalmente congruentes*, nas quais é regra geral que o valor modal veiculado pelo antecedente da frase completiva exerce uma influência direta na seleção do modo do seu predicado, o que se dá do seguinte modo: os antecedentes não epistêmicos, segundo os autores, subcategorizam as frases completivas com conjuntivo e os epistêmicos, ao contrário, categorizam as frases completivas com o indicativo. Nesse sentido, Marques (1995) afirma que, em geral, são mais habituais situações em que se usam as frases completivas com o conjuntivo do que as que ocorrem com o indicativo, opondo-se à concepção tradicional quando diz:

> [...] A distribuição de funções entre o indicativo e o conjuntivo – com o primeiro a marcar uma atitude de conhecimento ou crença, nas línguas românicas ocidentais, e uma atitude de aceitação da verdade nas demais línguas consideradas – sugere a revisão da consideração tradicional do conjuntivo com o modo marcado,

> aquele que assinala valores salientes (por oposição ao indicativo, a que não está associado um valor modal específico). Parece, na verdade, legítimo afirmar que, ao contrário do que propõem as gramáticas tradicionais, o conjuntivo não é o modo marcado – associado, por exemplo, a um valor como o de "irrealidade" –, sendo antes o indicativo o modo forte, capaz de marcar a atitude modal considerada relevante, a qual, aparentemente, pode variar de acordo com as línguas (MARQUES, 1995, p. 112-113).

Do ponto de vista contrastivo, no entanto, o mesmo autor verifica que a congruência modal não funciona do mesmo modo em todas as línguas, apontando para o fato de que a variedade brasileira é mais próxima das línguas romena, húngara ou grega, e a variedade europeia, mais próxima das línguas catalã, francesa, italiana e espanhola. O autor analisou as frases típicas de um discurso oral e informal, chegando à conclusão de que o primeiro grupo de línguas mencionado pode ser caraterizado por uma inclinação para o uso do indicativo nas frases completivas subcategorizadas pelos núcleos com valor não epistêmico com uma proposição real (PB: "É bom que ele chegou.") e para o uso do conjuntivo nas frases completivas subcategorizadas pelos verbos epistêmicos e com uma proposição não real (PB: "Imaginemos que hoje seja domingo.") (MARQUES, 2004, p. 108), sendo registrada, ao contrário, no segundo grupo de línguas verificada, no mesmo contexto sintático-semântico, a tendência oposta: a de usar o conjuntivo nas frases completivas subcategorizadas por um verbo não epistêmico e com a proposição real (PE: "É bom que ele tenha chegado.") e o indicativo na frase subcategorizada pelos núcleos epistêmicos e com a proposição não real (PE: "Imaginemos que hoje é domingo.") (MARQUES, 2004, p. 108).

Note-se, ainda, que a teoria sobre a congruência modal parece abranger apenas aqueles períodos que contêm frases completivas finitas, não mencionando o caso das orações infinitivas. Na nossa perspetiva, a forma infinitiva do verbo na $F^{\text{-completiva}}$, aparentemente, neutraliza a dicotomia conjuntivo *vs.* indicativo, mas o valor modal, que o antecedente veicula, não se vê afetado, razão que nos levou a pensar na hipótese de essa congruência modal estar, de alguma forma, presente também naqueles períodos em que a frase completiva é infinitiva. Por isso, visamos, no nosso trabalho, observar se o valor modal do antecedente influencia, de algum modo, a preferência pela forma finita ou infinitiva da $F^{\text{-completiva}}$.

2.1 O critério lexical de análise dos antecedentes

De acordo com a classe lexical à qual pertencem os antecedentes das frases completivas, estas podem ser subdivididas em três tipos: verbal (1), nominal (2) e adjetival (3), tal como mostram os exemplos seguintes, em que o predicador é destacado em itálico e a frase completiva assinaladas pelos colchetes:

(1) "Expor alguém, por meio de relações sexuais ou qualquer ato libidinoso, a contágio de moléstia venérea, de que sabe ou deve *saber* [que está contaminado] (BRASIL, 1940,"[6] art. 130, grifo nosso).

(2) "O agente é punido com pena de prisão de 2 a 10 anos se a privação da liberdade: [...] c) For praticada com o falso *pretexto* [de que a vítima sofria de anomalia psíquica]" (PORTUGAL, 1982,[7] art. 158, § 2º, grifo nosso).

(3) "Quem para preparar a execução de um dos crimes nos artigos 272º a 274º fabricar, dissimular, adquirir para si ou para outra pessoa, entregar, detiver ou importar substância explosiva ou *capaz* [de produzir explosão nuclear, radioativa ou própria para fabricação de gases tóxicos ou asfixiantes, ou aparelhagem necessária para a execução de tais crimes], é punido com pena de prisão até três anos ou com pena de multa." (PORTUGAL, 1982, art. 275, grifo nosso).

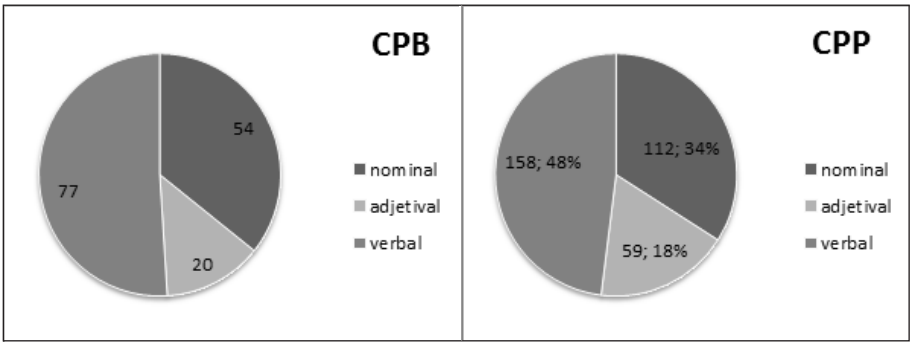
Como o Gráfico 2 mostra, existe uma coincidência surpreendente entre os diferentes tipos de complementação nos Códigos comparados, prevalecendo tanto em CPP como em CPB a complementação verbal, seguida da nominal, sendo a adjetival pouco frequente.

---

[6] A primeira publicação do Código Penal brasileiro data de 1940 e a do Código Penal português, de 1982. Mesmo havendo alterações (realizadas até à data de acesso), colocamos, nas referências, o ano da primeira publicação.

[7] Ver nota anterior.

GRÁFICO 2: Distribuição das frases completivas nominais, adjetivais e verbais



2.2 O critério semântico de análise dos antecedentes

Relativamente ao critério semântico, para os fins da classificação dos valores modais encontrados foi escolhida a tipologia estabelecida por Marques (2013, p. 678-681), que vincula os valores modais dos antecedentes da F^{-} ao modo do seu predicador. O autor, em sua análise, dividiu os antecedentes das frases completivas em epistêmicos e não epistêmicos.[8] Entre os períodos com antecedente do tipo epistêmico, Marques (2013, p. 678-679) inclui as expressões que possuem um valor mais forte de crença, isto é, de conhecimento, declaração e pensamento; inclusive as de cenário imaginário, que implicam uma crença forte no valor de verdade da proposição de $F^{-completiva}$, ganhando, assim, um matiz assertivo e transparente, como se exemplifica a seguir:

a) Predicados associados à expressão de conhecimento: *descobrir*, *estar consciente de*, *saber*, *verificar*, entre outros;
b) Predicados associados a atos de fala compromissivos: *ameaçar* ou *prometer*, entre outros;
c) Predicados declarativos: *avisar*, *afirmar*, *dizer*, entre outros;
d) Predicados que introduzem um cenário imaginário: *fingir*, *imaginar*, *sonhar*, *supor*;

[8] O termo *epistêmico* [+], aqui, tem sentido diferente do atribuído por Kratzer (2012) ao aplicá-lo às frases condicionais. Estas, no entanto, fazem parte do quinto capítulo da tese de habilitação.

e) Predicados associados à expressão de crença: *pensar*, *ter a certeza*, entre outros.

Porém, segundo Marques (2013), pertencem aos antecedentes epistêmicos também aqueles que podem veicular um valor de crença mais fraco, o que significa que a veracidade da oração pode ser relativizada, por exemplo, pelos predicados dubitativos, como *duvidar*, *ser possível*, ou declarativos negativos, como *desmentir* ou *negar*.

Apesar de a teoria de Zavadil e Čermák (2010) parecer pouco flexível no que diz respeito à compatibilidade do valor modal do antecedente da F^{-} e do modo verbal do seu predicado, não o é em todos os casos. Os autores, na verdade, admitem que há antecedentes que aceitam ambos os modos em $F^{-completiva}$ sem que haja mudança no significado nocional. Trata-se de expressões tais como *admitir*, *pensar*, *imaginar*, *acreditar*, *hipótese*, *ideia* ou *suspeita*. Marques (2013) inclui-os ainda no primeiro grupo dos antecedentes epistêmicos; no entanto, a seleção do modo gera uma diferença de interpretação, assinalando o indicativo um valor forte, e o conjuntivo, um grau fraco de crença. Há autores, como Duarte (2003, p. 603), que dividem esse tipo de predicados antecedentes em assertivos e pseudoassertivos, sendo estes utilizados "[...] para exprimir avaliações ou para acrescentar conteúdos independentes da própria asserção, uma vez que os mesmos se encontram pressupostos nesta" (DUARTE, 2003, p. 605). Essa distinção reflete-se na seleção do modo: no caso da sua interpretação assertiva utiliza-se o indicativo e, no caso da pseudoassertiva, o conjuntivo. Este "[...] exprime maior distância do locutor relativamente à verdade do conteúdo proposicional da frase completiva." (DUARTE, 2003, p. 605). Propomos, para esse tipo de verbos, o termo *predicados de dupla seleção do modo*[9] ou, para economizar espaço nos quadros e nos gráficos, o termo *bimodal*. Antecipemos que, num texto formal, normativo e prescritivo, pressupõe-se, naturalmente, a interpretação assertiva e, portanto, é de se esperar a ocorrência do predicador da F^{-} no modo indicativo.

Por último, resta mencionar os antecedentes não epistêmicos. Segundo Marques (2013, p. 681), pertencem a essa categoria os verbos

[9] Agradeço a Alice Margarida Veiga Simões de Jesus a sugestão deste termo.

deônticos, volitivos, de necessidade e avaliativos, tal como indicamos a seguir:

a) Predicados associados a valores de obrigação ou permissão: *autorizar*, *mandar*, *ordenar*, *pedir*, *sugerir*, entre outros;

b) Predicados associados a valores de desejo: *desejar*, *esperar*, *querer*, entre outros;

c) Predicados que expressam uma condição suficiente e necessária: *bastar*, *fazer com que*, *impedir*, *ser necessário*, *ser suficiente*, entre outros;

d) Predicados que expressam a avaliação de um facto assumido: *lamentar*, *ser desagradável*, *ser pena*, *surpreender*, entre outros.

Dado que a tipologia apresentada por Marques (2013) se mostra insuficiente para a análise dos antecedentes que se encontram nos Códigos, incorporamos, na escala dos valores modais dos antecedentes, também o de *possibilidade ou necessidade interna e externa ao participante*, estabelecidos por Van der Auwera e Plungian (1998) *apud* Oliveira (2003), que implicam um engajamento do participante no estado de coisas.

Na sequência de Ramos (2017), a nossa hipótese era de que no nosso material linguístico, que representa uma amostra da linguagem jurídica, iria prevalecer o valor não epistêmico, o que, com efeito, se confirmou em todos os tipos de antecedentes. No entanto, relativamente aos seus subvalores, repare-se que nem sempre é o valor deôntico o dominante. Os resultados, como podemos ver, respectivamente, nos Gráficos 3, 5 e 6, mostram que só no caso da complementação verbal poder-se-á constatar a prevalência do valor deôntico (de obrigação forte), pouco frequente no caso dos antecedentes nominais e adjetivais.

Como se pode depreender dos dados, as orações completivas, nos dois Códigos, apresentam uma distribuição tipológica também muito parecida. É uma das provas de que, de maneira geral, pode-se constatar que, de fato, os dois textos são, do ponto de vista tipológico, uniformes, apesar da sua significativa distância geográfica.

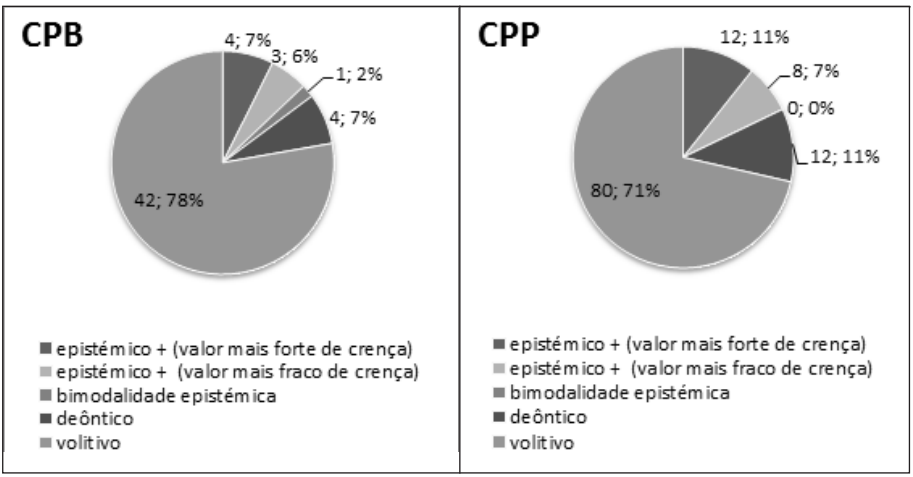
3 Resultados da investigação

Os resultados da investigação, apresentados a seguir, serão divididos em três partes, de acordo com o caráter lexical dos antecedentes, e serão analisados tanto quantitativa como qualitativamente, sendo dedicada a nossa atenção também à preferência pela seleção da frase completiva finita ou infinitiva. Seguem, portanto, neste momento, as seções que analisam os valores modais dos antecedentes nominais (3.1), adjetivais (3.2) e verbais (3.3). Em razão da limitação do espaço concentrar-nos-emos apenas nos valores modais mais frequentemente ocorridos em cada um dos tipos lexicais.

3.1 Análise modal dos antecedentes nominais

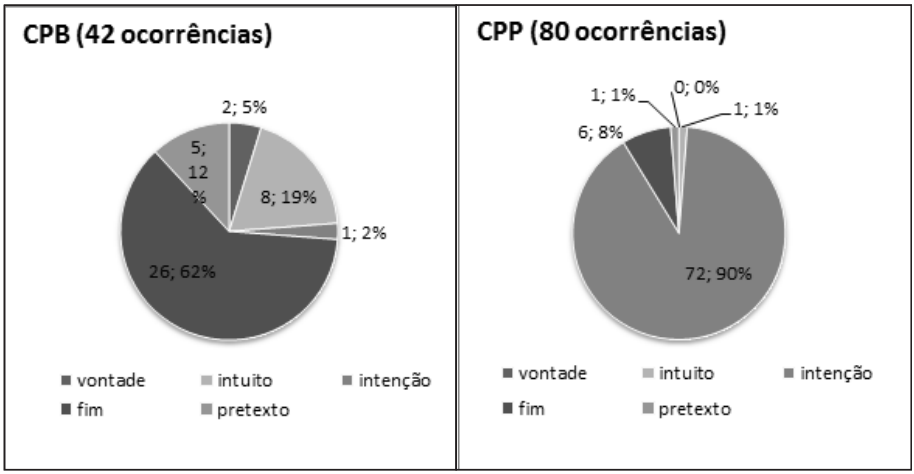
Como podemos observar no Gráfico 3, o valor modal com o maior número de ocorrências, no caso de o antecedente da F$^{\text{-completiva}}$ ser nominal, é, em ambos os Códigos, o volitivo, o que é justificável, como veremos adiante. Mas, primeiro, vejamos os dados recolhidos dos Códigos, que, ao mesmo tempo, mostram pouca expressividade dos antecedentes com o valor modal deôntico.

GRÁFICO 3: Valores modais dos antecedentes nominais



No que diz respeito às expressões volitivas utilizadas nos Códigos, ao acervo lexicológico pertencem as seguintes: *fim de*, *intenção de*, *intuito de*, *vontade de* e *pretexto de*. Como podemos observar do ponto de vista contrastivo, no texto brasileiro, é a expressão *fim de* a que apresenta o maior número de ocorrências*;* no texto português, é a expressão *intenção de*, como podemos observar no Gráfico 4:

GRÁFICO 4: Ocorrência dos antecedentes nominais



Advirta-se que todas as expressões volitivas encontradas são, no nosso trabalho, consideradas antecedentes das frases completivas, apesar de estarmos cientes do seu valor conjuncional de finalidade, habitualmente substituível pela conjunção *para*. À decisão de elevar o seu valor conjuncional ao nominal levou-nos a sua natureza semântica, que, na lógica dos textos estudados, apresenta maior relevância do que as próprias conjunções, o que, aliás, prova também a alta representatividade porcentual das expressões volitivas nos Códigos (71% em CPP e 78% em CPB). Esta predominância pode ser justificada pela seguinte operação nomológica: o Código Penal, como um conjunto de normas codificadas que determinam e regulamentam as infrações penais, para definir as sanções por cada infração, parte, tradicionalmente, da dicotomia [intenção+] *versus* [intenção-] do agente em cuja ação baseia a classificação dos crimes.

Nesse sentido, em CPB (BRASIL, 1940, art. 17), o crime divide-se em *doloso*, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo, com o traço [vontade/intenção/fim +], e *culposo*, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia, estando, portanto, presente o traço [vontade/intenção/fim-]. Analogamente, em CPP (PORTUGAL, 1982, art. 13; 15), o crime é dividido em *doloso* e *negligente*, o primeiro com o traço [vontade+] e o segundo, ao contrário, com o traço [vontade-], como mostram as suas definições:

> [...] Age com dolo quem, representando um facto que preenche um tipo de crime, actuar *com intenção de* o realizar, quem representar a realização de um facto criminoso como consequência necessária ou possível da sua conduta, havendo dolo sempre que o agente actuar conformando-se com aquela realização (PORTUGAL, 1982, art. 14, grifo nosso).

Por outro lado, age com negligência quem "[...] por não proceder com o cuidado e actuar sem se conformar com essa realização" ou "[...] não chegar sequer a representar a possibilidade de realização do facto" (PORTUGAL, 1982, art. 14).

O valor volitivo constitui, portanto, um componente semântico básico para ambos os Códigos, como demonstram inúmeras disposições, exemplificadas a seguir:

(4) "Perigo de contágio de moléstia grave

Praticar, *com o fim de transmitir* a outrem moléstia grave de que está contaminado, ato capaz de produzir o contágio:

Pena reclusão, de um a quatro anos, e multa." (BRASIL, 1940, art. 131, grifo nosso).

(5) "O devedor que *com intenção de prejudicar* os credores:

[...]

d) Para retardar falência, comprar mercadorias a crédito, *com o fim de* as vender ou utilizar em pagamento por preço sensivelmente inferior ao corrente [...]" (PORTUGAL, 1982, art. 227, § 1º, grifo nosso).

Relativamente à caraterização formal das frases subcategorizadas, prevalece, em ambos os Códigos, a forma infinitiva em detrimento das construções finitas, como ilustram os exemplos anteriores. No texto brasileiro, todas as construções encontradas foram infinitivas e no texto português, com exceção de apenas duas frases, também. Ao analisar as propriedades semânticas dessas construções mais atentamente, descobrimos que, em ambas as variantes do português, a natureza volitiva dos antecedentes implica, na maior parte das vezes, o caráter correferente do sujeito: o antecedente *vontade* implica o sema [vontade do sujeito/agente *x* de o mesmo sujeito/agente realizar a proposição da F^-], sendo improvável a presença do sema [vontade do sujeito/agente *x* de o sujeito/agente *y* realizar a proposição da F^-], tal como se pode deduzir da sua definição, que carateriza a vontade como "a faculdade *comum ao homem* e aos outros animais pela qual *o espírito se inclina a* uma acção" (VONTADE, 2008-2013, [s.p.], grifo nosso). Infira-se, portanto, que é pouco provável que os sujeitos das duas frases sejam heterogêneos, sendo, por isso, óbvia a tendência para a frase infinitiva, sem marcas de flexão; e isso em ambas as variantes, embora haja exemplos de heterogeneidade, como podemos ver na frase (6).

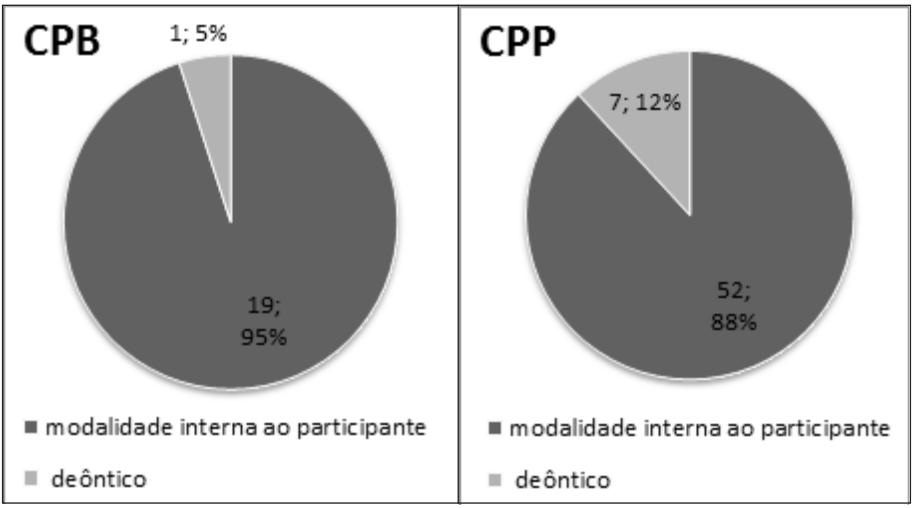
(6) "Quem, por qualquer meio, perante autoridade ou publicamente, com a consciência da falsidade da imputação, denunciar ou lançar sobre determinada pessoa a suspeita da prática de crime, com *intenção de que* contra ela *se instaure* procedimento, é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa." (PORTUGAL, 1982, art. 365, § 1º, grifo nosso).

Como se pode depreender do Gráfico 3, não incluímos, na análise, os antecedentes nominais epistêmicos, de dupla seleção do modo e deônticos. Esses encontram-se detalhadamente analisados na já referida tese (ver nota 1). Ainda no que se refere às expressões volitivas, no caso dos antecedentes adjetivais ou verbais, como mostrarão as duas seções seguintes, essas não são mais frequentes.

3.2 Análise modal dos antecedentes adjetivais

Relativamente aos antecedentes adjetivais, tivemos que seguir um modelo diferente do que foi aplicado no caso anterior, uma vez que para alguns adjetivos encontrados nos Códigos, seria muito forçada a atribuição do valor epistêmico.[10] Por um lado, foram registadas algumas poucas expressões de valor deôntico, e, por outro lado, prevalecem, evidentemente, as expressões com o valor modal denominado por Van der Auwera e Plungian (1998) *apud* (OLIVEIRA, 2003, p. 245) *possibilidade interna ao participante*, que, como podemos ver no gráfico seguinte, no Código Penal português constitui 88% do total das frases completivas adjetivais, quase o mesmo que no brasileiro, em que o número foi ainda maior: 95%.

GRÁFICO 5: Valor modal dos antecedentes adjetivais em CPB e CPP



[10] Agradeço a Rui Marques Vieira a sugestão de adaptar, nesse caso, o modelo de Van der Auwera e Plungian (1998), que incluem, no mapa da modalidade semântica, o valor denominado *possibilidade interna ao participante*, em que os adjetivos *adequado*, *tendente*, *suscetível*, etc. indicam que uma entidade tem o potencial para que a situação descrita em F^{-} se venha a concretizar.

Ao acervo lexicológico de antecedentes adjetivais com o valor de modalidade interna ao participante, pertencem as expressões mencionadas na Tabela 1:

TABELA 1: Valor modal dos antecedentes adjetivais (em CPB e CPP)

	frase principal	variedade	
valor modal do antecedente:	**adjetivo**	**PB**	**PP**
modalidade interna ao participante	*capaz de*	4	1
	incapaz de	5	0
	suscetível de	1	7
	tendente a	2	0
	adequado a/para	0	18
	idóneo a	0	2
	destinado a	7	19

Observe-se que, para ser realizada uma interpretação correta da modalidade, tivemos de partir, naturalmente, da visão holística e integral de toda a frase. Por exemplo, o verbo *destinar*, do qual se deriva o antecedente adjetival mais frequente em CPP e CPB, isto é, *destinado*, pode apresentar tanto traços de modalidade deôntica (quando seguido de conjuntivo) como epistêmicos (quando seleciona o indicativo). Nos textos estudados, no entanto, o significado semântico veiculado implica o valor de modalidade que exprime propriedades internas do referente, como no artigo 202 do Código Penal português (definições legais dos crimes contra o património):

(7) "Para efeito do disposto nos artigos seguintes considera-se:
[...]
d) Arrombamento: o rompimento, fractura ou destruição, no todo ou em parte, de dispositivo *destinado a fechar* ou *impedir* a entrada, exterior ou interiormente, de casa ou de lugar fechado dela dependente [...]" (PORTUGAL, 1982, art. 202, grifo nosso).

(8) "Para efeito do disposto nos artigos seguintes considera-se:

[...]

g) Marco: qualquer construção, plantação, valado, tapume ou outro sinal destinado a estabelecer os limites entre diferentes propriedades, postos por decisão judicial ou com o acordo de quem esteja legitimamente *autorizado para o dar*." (PORTUGAL, 1982, art. 202, grifo nosso).

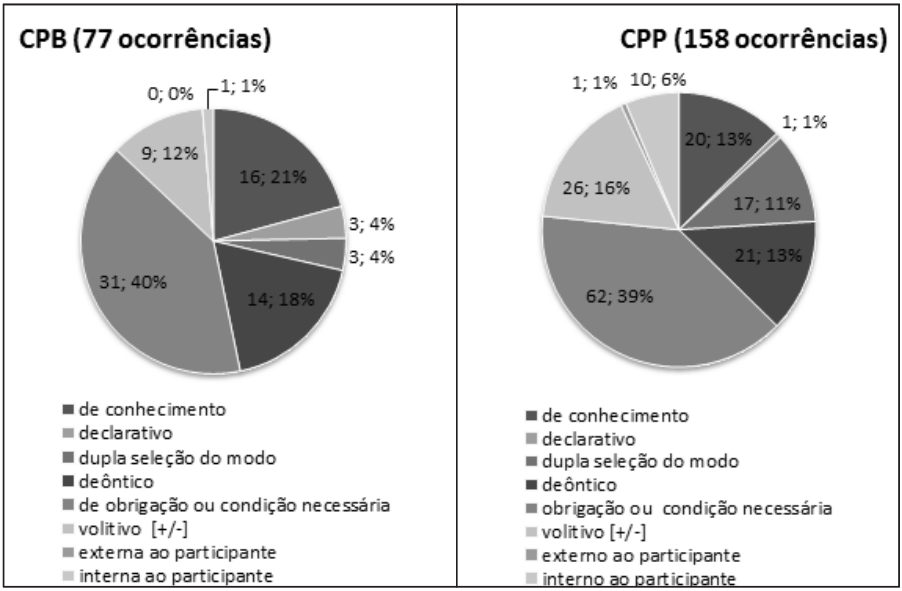
Ao mesmo tempo, pode ser constatada a plena simetria dos dois Códigos no que diz respeito à forma infinitiva. As formas infinitivas são as preferidas em ambos os textos pelas mesmas razões que no caso dos antecedentes nominais, *i.e.*: a existência do sujeito correferente. Apesar disso, na linguagem corrente, registra-se o uso de *ser adequado para* + *F-* com a heterogeneidade de sujeito.

Como podemos ver, portanto, no caso dos antecedentes adjetivais, o valor modal veiculado mais frequente foi diferente do que se registou no caso dos antecedentes nominais, em que predominou o valor modal volitivo. Como os dados se comportarão no caso dos antecedentes verbais, poderemos ver na seção 2.3.

3.3 Análise modal dos antecedentes verbais

No que se refere à tipologia modal do antecedente verbal, analogamente ao caso dos antecedentes adjetivais, mostrou-se necessário incluir mais dois valores de Van der Auwera e Plungian (1998) *apud* Oliveira (2003): o de modalidade *externa ao participante* (p. ex.: *expor-se ao perigo de*) e o de *obrigação forte*, que também se mostrou conveniente nesse caso (p. ex.: *constranger*), sendo o que mais frequentemente ocorre em nossos textos-alvo, como mostra o Gráfico 6.

GRÁFICO 6: Valor modal dos antecedentes verbais



O valor modal de obrigação forte poderia, a princípio, ser considerado um subtipo de modalidade deôntica; no entanto, por questões metodológicas e semânticas, explicadas adiante, é tratado separadamente. As expressões providas desse valor, às quais pertencem *constranger a*, *incitar a*, *forçar a*, *instigar a*, *coagir a*, *fazer* e *levar a*, em comparação às que veiculam o valor deôntico e o de obrigação necessária, possuem um traço taxonômico de pressão e de força, diferente do que se vê em expressões como *obrigar*, que é usada, na maior parte das vezes, no sentido de "colocar na obrigação de cumprir *lei* ou *dever moral*" (OBRIGAR, [s.d.], [s.p.], grifo nosso), como se vê em (10), embora possa ocorrer também no sentido modal de obrigação forte (aliás, muito mais comum na linguagem corrente). Essa última modalidade ocorre, entretanto, apenas duas vezes no texto de CPB, e apenas uma vez como antecedente da frase completiva (ver (9)).

(9) "Na mesma pena incorre quem:

I – *obriga ou coage alguém a usar* mercadorias de determinado estabelecimento, para impossibilitar o desligamento do serviço em virtude de dívida [...]" (BRASIL, 1940, art. 203, § 1º, grifo nosso).

(10) "A sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas conseqüências, pode ser homologada no Brasil para:

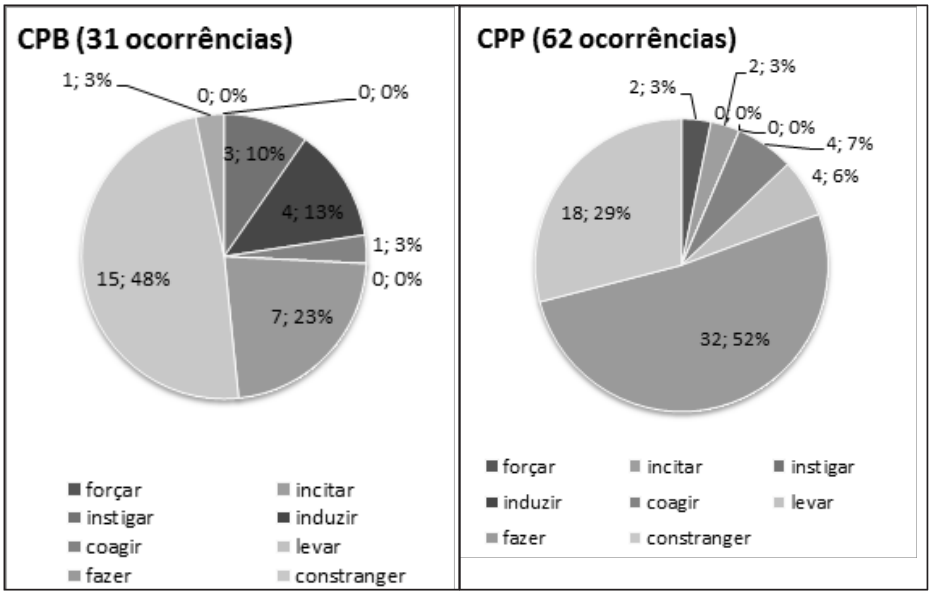
I – *obrigar o condenado à reparação* do dano, a restituições e a outros efeitos civis [...]" (BRASIL, 1940, art. 9, grifo nosso).

Do ponto de vista sintático, no entanto, não se registra a diferença referida acima: todas as frases apresentam, igualmente, o valor causativo (PALMER, 1986, p. 116) e a *valência* ternária, que implica a presença do sujeito acusativo, a qual influencia, significativamente, a caraterização majoritariamente infinitiva das frases subordinadas, em ambas as variantes e em ambos os Códigos.

Nas linhas seguintes pretendemos dedicar-nos aos três maiores grupos desses antecedentes verbais, *i.e.*: de obrigação forte, deônticos e volitivos, sendo as restantes expressões tratadas, mais detalhadamente, na tese de habilitação (ver nota 1).

O antecedente verbal mais utilizado no sentido de obrigação forte, em CPB, foi *constranger*, que, em CPP, foi o segundo mais frequente, precedido do seu equivalente *fazer*, como mostra o Gráfico 7. O fato de o verbo *constranger* não ser típico da linguagem cotidiana, nem numa nem noutra variedade, levou-nos a defini-lo como vocábulo específico de ambos os Códigos, informação valiosa para os fins tradutológicos. Os outros antecedentes, mais frequentes na linguagem corrente em ambas as variantes, são usados com pouca frequência, sendo que todos subcategorizam, em CPB, a forma infinitiva e, em CPP, esporadicamente, também a forma finita, como exemplifica a frase (14).

GRÁFICO 7: Antecedentes verbais de obrigação forte em CPB e CPP



(11) "Na mesma pena incorre quem:

I – obriga ou *coage* alguém *a usar* mercadorias de determinado estabelecimento, para impossibilitar o desligamento do serviço em virtude de dívida [...]" (BRASIL, 1940, art. 203, § 1º, grifo nosso).

(12) "*Constranger alguém,* mediante violência ou grave ameaça, *a ter* conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso." (BRASIL, 1940, art. 213, grifo nosso).

(13) "Na mesma pena incorre quem, pelos mesmos meios, impedir outra pessoa de abandonar a situação de perigo referida no número anterior ou a *forçar a* nela *permanecer*." (PORTUGAL, 1982, art. 201, § 2º).

Relativamente ao verbo *fazer*, que mais frequentemente ocorre em CPP, observe-se que a forma finita ou infinitiva da F-completiva subcategorizada por ele pode modificar, levemente, o sentido semântico

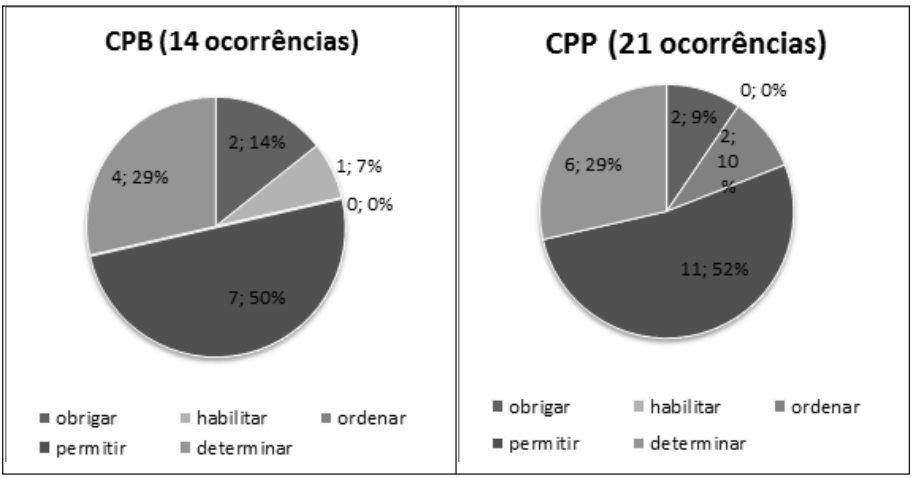
de toda a construção. Assim, *fazer* + $F^{\text{-infinitivo}}$ (15) é usado no sentido de obrigação necessária, e *fazer com que* + $F^{\text{-finita}}$ (14), no sentido de condição necessária, segundo Marques (2013).

(14) "Quem por meio de violência, ameaça ou qualquer meio ardiloso, *fizer com que* outra pessoa *saia* do âmbito de proteção da lei penal portuguesa e *se exponha a ser* perseguido por razões políticas, com risco para a vida, a integridade física ou a liberdade, tornando-se objeto de violência ou de medidas contrárias aos princípios fundamentais do Estado de direito Português, é punido com pena de prisão de 2 a 10 anos." (PORTUGAL, 1982, art. 201, § 1º, grifo nosso).

(15) "Quem, ilegitimamente e com intenção de *fazer crer* que lhe pertencem, utilizar ou usar designação, sinal, uniforme ou traje próprios de função do serviço público, nacional ou estrangeiro, é punido com pena de prisão até 6 meses ou com pena de multa até 60 dias [...]" (PORTUGAL, 1982, art. 307, § 1º, grifo nosso).

No que diz respeito aos verbos deônticos, os que com maior frequência ocorrem em CPP e CPB são os antecedentes *permitir* e *determinar*, como mostra o Gráfico 8:

GRÁFICO 8: Antecedentes verbais deônticos em CPB e CPP



Esse grupo de verbos subcategoriza, no nosso *corpus*, em CPP e em CPB, as frases completivas tanto finitas como infinitivas. Por exemplo, o predicador binário *ordenar*, em geral, é usado com a forma finita, ao contrário do predicador ternário *habilitar*, usado exclusivamente com a forma infinitiva. Deduz-se, portanto, que a ocorrência das frases finitas ou infinitivas subcategorizadas por esses verbos está associada à natureza transitiva do predicador, sendo registados casos (*permitir* e *determinar*) em que esta varia de acordo com a lógica semântico-sintática do predicador, como exemplificam as seguintes frases:

(16) "A multa deve ser paga dentro de 10 (dez) dias depois de transitada em julgado a sentença. A requerimento do condenado e conforme as circunstâncias, o juiz pode *permitir que o pagamento se realize* em parcelas mensais." (BRASIL, 1940, art. 50, grifo nosso).

(17) "O tribunal pode *determinar que* os serviços de reinserção social *apoiem e fiscalizem* o condenado no cumprimento dos deveres impostos." (PORTUGAL, 1982, art. 51, § 4, grifo nosso).

(18) "Se a violação consistir no oferecimento ao público, mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema que *permita ao usuário realizar* a seleção da obra ou produção para recebê-la em um tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda, com intuito de lucro, direto ou indireto, sem autorização expressa, conforme o caso, do autor, do artista intérprete ou executante, do produtor de fonograma, ou de quem os represente:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa." (BRASIL, 1940, art. 184, § 3, grifo nosso).

(10) "Quem:

[...]

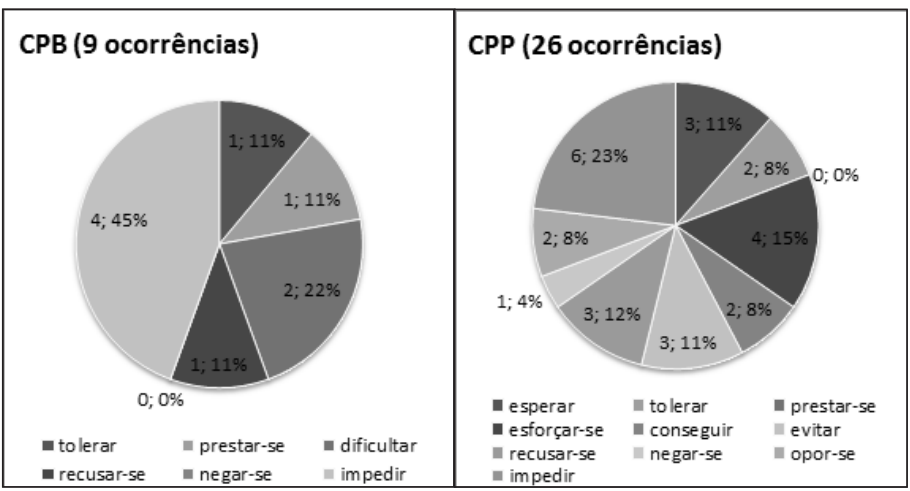
b) Por meio de violência ou de ameaça com mal importante *determinar menor a fugir*; [...]

é punido com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 240 dias." (PORTUGAL, 1982, art. 241, § 1º, grifo nosso).

Destaque-se que no caso de o predicador ser binário, as únicas formas encontradas em ambos os Códigos foram as finitas (como provam as frases (16) e (17)) e, no caso de ele ser ternário, ao contrário, os resultados falam, exclusivamente, a favor das construções infinitivas com o controle do objeto, como provam as frases (18) e (19).[11] Essas construções prevalecem não só nos textos-alvo como também na linguagem comum.

Quanto aos verbos volitivos, esses foram divididos de acordo com o critério de polaridade. Os antecedentes *recusar*, *negar-se*, *evitar*, *opor-se*, *dificultar* e *impedir*, embora alguns deles tenham sido incluídos por Marques (2013) no grupo dos verbos que exprimem condição necessária ou suficiente, propomos serem interpretados como volitivos negativos, uma vez que todos possuem os semas [vontade +] e [controlável +] além do sema que é a não realização da proposição pelo agente [vontade + / controlável + => *não* realização da ação] (ver as frases (20) e (21)), ao contrário dos verbos volitivos positivos, como *esperar*, *tolerar*, *conseguir*, *prestar-se* e *esforçar-se*, em que o agente deseja a realização da proposição do agente [vontade + / controlável + => realização da ação +], ilustrados pelas frases (22) a (24).

GRÁFICO 9: Antecedentes verbais volitivos em CPB e CPP



[11] Para além deste caso, obviamente, não podemos esquecer de mencionar os casos de sujeito correferente que predeterminam a forma infinitiva (*permitir-se/ordenar-se/obrigar-se a fazer qualquer coisa*), construções não registadas nos textos-alvo, mas comuns na linguagem corrente.

Como o Gráfico 9 mostra, o leque de variabilidade lexical dos verbos volitivos em CPP é maior do que em CPB, prevalecendo, no entanto, em ambos os casos, a frequência do verbo *impedir*.

No que se refere à caraterização formal da frase, as variedades estudadas mostram, novamente, uma coincidência, *i.e.*, em ambos os casos é usada a frase infinitiva quando pressuposta a existência do sujeito correferente (considerada, habitualmente, inerente às expressões e frases volitivas), e a frase finita, quando os sujeitos são heterogêneos (normalmente são verbos volitivos transitivos diretos, como *esperar*, *tolerar*, *impedir* e *dificultar*).

(20) "A desistência *impede que a queixa seja* renovada." (PORTUGAL, 1982, art. 116, § 2º, grifo nosso).

(21) "Quem [...] *se negar a solver* a dívida contraída é punido com pena de prisão até 6 meses ou com pena de multa até 60 dias." (PORTUGAL, 1982, art. 220, § 1º, grifo nosso).

(22) "*Prestar-se a figurar* como proprietário ou possuidor de ação, título ou valor pertencente a estrangeiro, nos casos em que a este é vedada por lei a propriedade ou a posse de tais bens:

Pena – detenção, de seis meses a três anos, e multa" (BRASIL, 1940, art. 310, grifo nosso).

(23) "Quando a consumação ou a verificação do resultado forem impedidas por facto independente da conduta do desistente, a tentativa não é punível *se* este *se esforçar* seriamente *por evitar* uma ou outra." (PORTUGAL, 1982, art. 24, § 2º, grifo nosso).

(24) "São atos de execução:

[...]

c) os que, segundo a experiência comum e salvo circunstâncias imprevisíveis, forem de natureza a *fazer esperar* que se lhes sigam atos das espécies indicadas nas alíneas anteriores." (PORTUGAL, 1982, art. 22, § 2º, grifo nosso).

Um caso especial é o antecedente *opor-se a*, verificado em CPP, o qual, apesar de ser pronominal e transitivo oblíquo, habitualmente subcategoriza frase finita. A nosso ver, essas ocorrências estão ligadas

à sua natureza semântica, que é muito semelhante à de *impedir*, *obstar* ou *ser contrário a* (OPOR-SE, 2008-2013, [s.p.]), que implicam uma maior probabilidade da existência do sujeito não correferente da frase subcategorizada e, implicitamente, também da frase finita, como exemplifica a última frase, (25).

(25) "A mesma pena é aplicável a quem desobedecer ao sinal de paragem e dirigir contra funcionário ou membro das Forças Armadas, militarizadas ou de segurança, veículo, com ou sem motor, que conduza em via pública ou equiparada, ou embarcação, que pilote em águas interiores fluviais ou marítimas, para *se opor a que ele pratique* ato relativo ao exercício das suas funções, ou para o constranger a que pratique ato relativo ao exercício das suas funções, mas contrário aos seus deveres, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal." (PORTUGAL, 1982, art. 347, § 2º, grifo nosso).

Não conseguimos analisar, no presente texto, todos os antecedentes verbais registados nos Códigos. Como o Gráfico 6 mostra, não incluímos, nesta seção, as expressões com valor epistêmico (declarativos, de conhecimento e de dupla seleção do modo) e outros valores não epistêmicos (de possibilidade ou necessidade interna e externa ao participante). Esses encontram-se analisados na, já várias vezes mencionada, tese de habilitação (ver nota 1) e confirmam a homogeneidade dos textos estudados, do ponto de vista semântico e lexical, embora possam apresentar leves divergências sintáticas e de vocabulário, como poderemos observar nas considerações finais.

4 Considerações finais

O objetivo da nossa pesquisa foi mostrar, com base numa análise semântico-sintática, até que ponto um texto normativo-prescritivo e de alto estilo pode convergir em duas variedades de uma língua. Nesse sentido, conseguimos provar, com base na análise dos Códigos Penais brasileiro e português que, na linguagem jurídica das variantes estudadas (português europeu e brasileiro), pode haver uma coincidência tipológica tanto lexical como semântica quase absoluta. Do ponto de vista da classe lexical, verificou-se que o tipo dominante das orações completivas, em ambos os Códigos, é o verbal. Do ponto de vista semântico, ficou provado

que, para poder ser constatada a prevalência de algum tipo de modalidade, o fator classe lexical do antecedente deve ser levado em consideração. Assim, em ambas as variedades, pudemos observar que, enquanto no caso das orações completivas nominais se verificou a prevalência do valor modal volitivo e no caso das orações completivas adjetivais, a do valor modal interno ao participante, nas orações verbais é a modalidade de obrigação forte a mais dominante. Portanto, em termos gerais, foi confirmada a tese de Oliveira (1988) e Ramos (2017) segundo a qual, na linguagem jurídica, é o valor não epistêmico o mais frequente.

Ao mesmo tempo, foi nosso objetivo verificar se, no quadro dos períodos modalmente congruentes, existe também alguma relação entre o valor modal do antecedente e a seleção da forma finita ou infinitiva da frase completiva. Conseguimos, através da análise das expressões individuais, provar que, na verdade, o critério valor modal do antecedente também entra em jogo, junto ao de valência e, sobretudo, ao caráter referencial do sujeito da frase completiva, o qual se prende, na maior parte das vezes, precisamente ao caráter modal do antecedente. Trata-se, portanto, de um jogo de vários aspetos que se influenciam mutuamente e que, em conjunto, desaguam, finalmente, na seleção da forma finita ou infinitiva. Esse princípio, como pudemos observar ao longo do texto, é idêntico em ambas as variedades.

Outro fator interessante que constituiu objeto de nossa pesquisa é o vocabular. Como pudemos ver, apesar de haver uma equivalência entre as diferentes complementações, o acervo que constitui o núcleo do antecedente em ambos os Códigos é mais diversificado, podendo ser dividido em sete grupos, conforme o critério diatópico e de caraterização formal da frase completiva:

1. Antecedentes que ocorreram apenas em **CPP** e que subcategorizaram a frase completiva **finita**: *crer*, *verificar*, *supor*, *decidir*, *declarar*, *suspeitar*, *esperar*, *evitar*, *conhecimento de*, *advertência de*, *princípio de*, *receio de*, *adequado a/para*, *idóneo a*, *intimado a*, *autorizado a*, *incumbido de*;
2. Antecedentes que ocorreram apenas em **CPP** e que subcategorizaram a frase completiva **infinitiva**: *levar a*, *incitar a*, *forçar a*, *esforçar-se por*, *negar-se a*, *expor-se a*, *intenção de*, *perigo de*, *consciência de*, *sinal de*;

3. Antecedentes que ocorreram apenas em **CPB** e que subcategorizaram a frase completiva **finita**: *alegar*, *insinuar*, *induzir a*, *habilitar a*, *prestar-se a*, *forçar a*;
4. Antecedentes que ocorreram apenas em **CPB** e que subcategorizaram a frase completiva **infinitiva**: *obrigar a*, *habilitar a*, *instigar a*, *induzir a*, *facto de*, *hipótese de*, *possibilidade de*, *pretexto de*, *vontade de*, *intuito de*;
5. Antecedentes que ocorreram em **CPB e** em **CPP** e que subcategorizaram a frase completiva **infinitiva**: *saber*, *destinar-se*, *permitir*, *recusar-se a*, *fim de*, *impossibilidade de*, *capaz de*, *destinado a*, *susce(p)tível de*, *tendente a*;
6. Antecedentes que ocorreram em **CPB** e em **CPP** e que subcategorizaram a frase completiva **finita**: *considerar*, *tolerar*, *recusar*, *fazer com*, *obrigar a*, *destinar-se a*;
7. Antecedentes que ocorreram em **CPB** e em **CPP** e que subcategorizaram a frase completiva infinitiva e, ao mesmo tempo, apenas em **CPP** ocorrem em combinação com a frase completiva finita: *fazer*, *determinar*, *coagir* e *constranger*.

Lembramos que os resultados apresentados neste artigo fazem parte de uma investigação de longo prazo. Gostaríamos de finalizar este trabalho indicando que, embora os Códigos, no que diz respeito às frases completivas, apresentem um caráter majoritariamente simétrico, no caso das orações relativas e adverbiais eles mostram ser, ao contrário, assimétricos, sobretudo no que se refere aos seus aspectos morfossintático e o semântico. No que concerne ao primeiro, nota-se que, enquanto, em CPP, recorre-se ao uso do futuro do conjuntivo nas frases relativas e adverbiais, em CPB, predomina, no mesmo tipo de frases subordinadas, o uso do indicativo. Consoante o segundo critério semântico, o Código Penal português pode ser caraterizado como um texto que veicula o valor modal hipotético, enquanto o Código Penal brasileiro, por outro lado, como um texto que transmite o valor real ou factual.

Referências

BITTAR, E. C. B. *Linguagem jurídica*. São Paulo: Saraiva, 2001.

BRASIL. *Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 10 fev. 2017.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *A nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

DUARTE, I. Subordinação completiva: as orações completivas. In: MATEUS, M. H. M. (Org.). *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. rev. aum. Lisboa: Caminho, 2003. Cap. XV, p. 595-651.

GALVES, C. A sintaxe do português brasileiro. *Ensaios de Linguística*, Belo Horizonte, v. 13, p. 31-50, 1987.

GALVES, C. Tópicos, sujeitos, pronomes e concordância no português brasileiro. *Caderno de Estudos da Linguagem*, Campinas, v. 34, p. 19-32, 1998.

KRATZER, A. *Modals and Conditionals*. Oxford: Oxford University Press. 2012.

KURY, A. de G. *Novas lições da análise sintáctica*. 9. ed. São Paulo: Ática. 2001.

LAPA, M. R. *Estilística da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MARQUES, R. Modo. In: RAPOSO, P. *et al*. *Gramática do português*. Com colaboração de G. Vicente e R. Veloso. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. v. 1, p. 673-693.

MARQUES, R. On the System of Mood in European and Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, Porto, v. 3, n. 1, p. 89-109, 2004. doi: https://doi.org/10.5334/jpl.20

MARQUES, R. *Sobre o valor dos modos conjuntivo e indicativo em português*. 1995. 177 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1995.

OBRIGAR. In: AULETE, F. J. C.; VALENTE, A. L. dos S. *Aulete digital*. [Rio de Janeiro]: Lexikon Editora Digital, [s.d.]. (Obras de Referência). Disponível em: <http://www.aulete.com.br/obrigar>. Acesso em: 20 set. 2017.

OLIVEIRA, F. Modalidade e modo. In: MATEUS, M. H. M. (Org.). *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. rev. aum. Lisboa: Caminho, 2003. Cap. 9, p. 243-275.

OLIVEIRA, F. *Para uma semântica de 'dever' e 'poder'*. 1988. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto. Não publicado *apud* RAMOS, J. J. S. C. *Ocorrência e interpretação dos verbos modais 'dever' e 'poder' em contexto jurídico*: contributos para uma análise juslinguística. 2017. 207 f. Tese (Doutorado) – Filozofická Fackultá, Univerzita Karlova, Praha, Rep.Tcheca.

OPOR-SE. In: DICIONÁRIO Priberam da língua portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 2008-2013. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/opor-se>. Acesso em: 20 set. 2017.

PALMER, F. *Mood and Modality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. (Textbooks in Linguistics).

PORTUGAL. *Decreto-lei n. 400, de 23 de setembro de 1982*. Código Penal. Disponível em: <www.codigopenal.pt>. Acesso em: 23 ago. 2017.

RAMOS, J. J. S. C. *Ocorrência e interpretação dos verbos modais 'dever' e 'poder' em contexto jurídico*: contributos para uma análise juslinguística. 2017. 207 f. Tese (Doutorado) – Filozofická Fackultá, Univerzita Karlova, Praha, Rep. Tcheca.

SVOBODOVÁ, I. Artigo definido e nulo com os antropónimos e topónimos. Étude Romanes de Brno**,** Brno, v. 32, n. 1, p. 157-169, 2011. Disponível em: <https://digilib.phil.muni.cz/bitstream/handle/11222.digilib/114903/1_EtudesRomanesDeBrno_41-2011-1_18.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 fev. 2017.

SVOBODOVÁ, I. Componente como substantivo uniforme de dois géneros. *Diacrítica*: Revista do Centro de Estudos Romanísticos, Braga, v. 27, n. 1, p. 239-267, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0807-89672013000100010>. Acesso em: 20 set. 2017.

SVOBODOVÁ, I. Dupla marcação do artigo. In: SILVA, J. P.; NASCIMENTO, L. M. (Org.). *Textos de memória – a memória dos textos*: homenagem à Professora Ângela Vaz de Leão. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. Cap. XVII, p. 206-217.

SVOBODOVÁ, I. *Stylisticko-pragmatické faktory použití členu v současné portugalštině*. Brno: Masarykova Univerzita, 2010.

VAN DER AUWERA, J. V.; PLUNGIAN, V. A. Modality's Semantic Map. *Linguistic Typology*, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 79-124, 1998 *apud* OLIVEIRA, F. Modalidade e modo. In: MATEUS, M. H. M. (Org.). *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. rev. aum. Lisboa: Caminho, 2003. Cap. 9, p. 243-275.

VONTADE. In: DICIONÁRIO Priberam da língua portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 2008-2013. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/vontade>. Acesso em: 29 jul. 2017.

ZAVADIL, B.; ČERMÁK, P. *Mluvnice současné španělštiny*: Lingvisticky interpretační přístup. Praha: Karolinum, 2010.

Caligrama, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 135-155, 2017

O cuidado de si: uma análise acerca da defesa pela castidade masculina no cristianismo medieval

Care of the self: an analysis about the defense of male chastity in medieval Christianity

Bruna Plath Furtado
Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná / Brasil
brunaplath@hotmail.com

Roselene de Fátima Coito
Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná / Brasil
roselnfc@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo principal analisar como emerge na obra *Virgeu de consolaçon* uma cultura do cuidado de si cristão. Para tanto, tem-se como principais pressupostos teóricos a história do sujeito sob uma perspectiva do cuidado de si, elaborada por Foucault sobretudo no terceiro volume da *História da sexualidade*. O *corpus* selecionado para esta investigação compõe-se do capítulo 12 de *Virgeu de consolaçon*, obra portuguesa do século XIV que trata da castidade defendida pela doutrina católica e à qual se submetem os homens e as mulheres que devotam sua vida à causa religiosa. Procura-se identificar no *corpus* estudado – a partir do modelo ascético-cristão do cuidado de si historicamente contextualizado – formas de emergência de uma defesa pela abstinência sexual como uma prerrogativa da purificação do coração e da aproximação dos homens a Deus.

Palavras-chave: análise de discurso; cuidado de si; castidade; cristianismo medieval.

eISSN: 2358-9787
DOI: 10.17851/2358-9787.22.2.135-155

Abstract: The objective of this paper is to analyze how the culture of Christian care of the self emerges in the book *Virgeu de consolaçon*. For this, this article has as main theoretical presuppositions the history of the subject, from a perspective of care of the self, elaborated by Foucault especially in the third volume of *The History of Sexuality*. The *corpus* used for this investigation is composed of the chapter 12 of *Virgeu de consolaçon*, Portuguese work from the 14th Century that deals with the chastity defended by catholic doctrine to which men and women dispose of their life to the religious cause. This study seeks to identify, in the studied *corpus*, forms of emergence of a sexual abstinence defense as a prerogative to heart purification and to approach men to God, from the perspective of the ascetic-Christian model of care of the self, socially and historically contextualized.

Keywords: discourse analysis; care of the self; chastity; medieval Christianity.

Recebido em: 30 de setembro de 2017.

Aprovado em: 15 de dezembro de 2017.

1 Introdução

Este trabalho procura desenvolver uma análise baseada em um texto português do século XIV, sobre o qual ainda não foram desenvolvidos estudos pelo viés da análise de discurso, tendo como ponto de partida o conceito de cuidado de si desenvolvido pelo filósofo Michel Foucault (1985). Para tanto, selecionamos como *corpus* o capítulo 12 da obra denominada *Virgeu de consolaçon*,[1] direcionada aos homens que dedicavam a vida ao cristianismo. O capítulo em questão aborda especificamente a castidade masculina, apresentando informações sobre sua importância e sobre como mantê-la.

Desse modo, temos por objetivo analisar como emerge, no capítulo 12 da obra *Virgeu de consolaçon*, uma cultura do cuidado de si cristão. Buscamos compreender o sujeito e seu corpo enquanto

[1] O *Virgeu de consolaçon* é um texto doutrinário cristão português do século XIV que apresenta questões relativas aos sete pecados e às virtudes humanas e faz parte dos Códices Alcobacenses.

um cuidado de si que atende às prerrogativas do que se entende por castidade numa perspectiva cristã que chegou até nós nos dias de hoje. Para isso, apresentaremos uma contextualização acerca da história do sujeito pelo viés do cuidado de si, conforme elaborado por Foucault (1985) e descreveremos como se constrói no *corpus* selecionado uma argumentação em favor da castidade, em função da necessidade que o homem tem de cuidar de si mesmo.

Partimos de um levantamento teórico a respeito do conceito de cuidado de si nos estudos desenvolvidos por Foucault (1985, 1997, 2006) ao traçar a história do sujeito ocidental pelo viés da sexualidade. Em seguida, apresentamos as análises que desenvolvemos. Por último, tecemos nossas considerações finais.

2 A cultura e o cuidado de si

Foucault (2006, p. 301-323) define cuidado de si – ou *epiméleia heautoû* – como o fato de o sujeito ocupar-se consigo e de preocupar-se consigo, e separa a história dessa prática em três momentos: o de surgimento da *epiméleia heautoû* no pensamento filosófico, que ocorre no período socrático-platônico; o momento em que se pode reconhecer a idade de ouro da cultura de si, situado nos dois primeiro séculos de nossa era; e, por último, o período entre os séculos IV e V, quando se passa da ascese filosófica pagã para o ascetismo cristão.

Tendo como ponto de partida a *epiméleia heautoû*, Foucault (1997, p. 109) propõe uma pesquisa sobre a história e os modos instituídos do conhecimento de si, questionando-se, sobretudo, acerca do estabelecimento do sujeito como um objeto de conhecimento desejável e mesmo indispensável. Para responder a tais questionamentos, Foucault (1997, p. 109) utiliza como fio condutor os procedimentos que, conforme ele, existem em toda civilização e são prescritos aos indivíduos para fixar-lhes a identidade, mantê-la ou transformá-la, visando determinados fins, a partir de relações de domínio de si sobre si, de conhecimento de si por si. A esses procedimentos o autor denomina "técnicas de si". A proposta de Foucault (1997, p. 109) ao conduzir seus estudos sob a perspectiva das "técnicas de si" é, partindo do imperativo de "conhecer-se a si mesmo", ampliá-lo para questões como "que fazer de si mesmo?", "que trabalho operar sobre si?", "como 'se governar'" quando se age sendo objeto dessas ações e o escopo onde elas incidem?

No percurso para compreender esse conhecimento de si, e ao tratar do primeiro momento da *epiméleia heautoû*, Foucault (1997, p. 110) coloca o *Alcebíades*, de Platão, como ponto de partida da questão do "cuidado de si" e explica-nos que a história do "cuidado" e das "técnicas" de si seriam uma outra forma – não mais pelo viés da loucura – de fazer a história da subjetividade. Nessa nova forma, colocar-se-ia em evidência o sujeito que vive, fala e trabalha, pondo em cena o empreendimento e as transformações das relações consigo mesmo, suas técnicas e seus efeitos de saber.

A respeito do segundo momento da *epiméleia heautoû*, Foucault (1985, p. 43-73) procura expor-nos o fato de que nesse contexto da "cultura de si" iniciado na antiguidade, desenvolveram-se, nos dois primeiros séculos de nossa era, as reflexões sobre a moral dos prazeres. Para o autor, o que houve não foi um alargamento das proibições, mas uma mudança na forma como o indivíduo deve se constituir um sujeito moral.

Ao analisar obras dos séculos I e II de nossa era, Foucault (1985, p. 47) destaca a insistência em uma defesa da atenção que se deve ter consigo mesmo. O surgimento desse imperativo se sobressai às novas interdições e torna-se primordial a vigilância; a necessidade de se evitar, por meio de um regime austero, toda a inquietação e quaisquer distúrbios do corpo e da alma, de se respeitar a si mesmo e suportar a privação dos prazeres ou limitá-los ao casamento e à procriação. Nesse ponto, Foucault (1985, p. 47) nos esclarece que a ampliação da austeridade sexual em relação à moral não acontece de modo a estreitar o código que define os atos proibidos em relação ao sexo, mas com vistas a intensificar a relação do indivíduo consigo mesmo, por meio da qual "o sujeito se constitui enquanto sujeito de seus atos".

A respeito dessa nova moral que se evidencia no início da nossa era, Foucault (1985, p. 47) destaca que durante o período helenístico e romano houve o crescimento de um certo individualismo que contribuiu progressivamente para o surgimento de espaços com aspecto privado, de valores de conduta pessoal e para o interesse do indivíduo por si próprio. Corroborando Foucault (1985, p. 47), Veyne (2009, p. 36-46) explica-nos que, nesse período, uma nova moral se fortalece por meio de lendas médicas e restringe, mesmo para os rapazes, o sexo ao casamento. Conforme Veyne (2009, p. 36), não se trata de puritanismo, mas de higiene.

Essa austeridade sexual desvelada por Foucault (1985, p. 43-73) – cujas práticas são também descritas por Veyne (2009, p. 36-46) – no pensamento filosófico e médico dos dois primeiros séculos de nossa era, está permeada por questões relativas à desconfiança diante dos prazeres e pela insistência sobre os efeitos deles tanto para o corpo quanto para a alma. Conforme Foucault (1985, p. 43-73), essa austeridade pode ser recuperada em textos de filósofos como Sêneca, sendo recorrente o empréstimo dessa moral entre os textos dos autores cristãos. Nesse período torna-se tema central nas representações narrativas a relação entre a moça e o rapaz que se inicia quando ambos são atingidos e tornam-se simetricamente apaixonados (FOUCAULT, 1985).

Caracterizada a segunda fase do cuidado de si pelo reforço aos temas da austeridade, pelas recomendações de abstenção sexual, pela valorização da preferência pela virgindade em detrimento do uso dos prazeres, pela prescrição de uma fidelidade rigorosa e pela desqualificação do amor pelos rapazes, para Foucault (1985, p. 43-73) o que encontramos nessa filosofia da antiguidade é o esboço de outra moral destinada a ser, nos séculos seguintes, mais coercitiva e a ter validade mais geral. É sobre essa outra moral que trataremos a seguir.

2.1 O cuidado de si na era cristã

Antecedido por essa moral dos dois primeiros séculos de nossa era, foi a partir do século III que, conforme Foucault (2006, p. 301-323), formou-se o modelo cristão do cuidado de si ou o modelo *ascético-cristão*, que se trata de um conhecimento de si que está ligado complexamente ao conhecimento da verdade. Esse conhecimento de si é uma exigência da necessidade de se purificar o coração para que se compreenda a Palavra, de modo que é só pelo conhecimento de si que se pode ser purificado. Para o autor, nesse momento, evidencia-se uma relação circular entre o conhecimento de si, o conhecimento da verdade e o cuidado de si, já que o conhecimento de si é necessário para a purificação do coração que só então poderá receber a Palavra, ao mesmo tempo em que a Palavra precisa ser recebida para que se possa purificar o coração e realizar o conhecimento de si.

A conclusão para a qual Foucault (2006, p. 310) nos encaminha é a de que para "promover nossa própria salvação, devemos acolher a verdade: a que nos é dada no Texto e a que se manifesta na Revelação".

Entretanto, uma vez que os sujeitos estão inseridos há séculos numa cultura de si, o conhecimento dessa verdade não se torna possível se eles não se ocupam consigo mesmos por meio de um aspecto do conhecimento que purifique o coração. Como consequência, afirma Foucault (2006, p. 301-323), esse conhecimento purificador de si por si mesmo só é possível se já tivermos uma relação com a verdade presente no Texto e na Revelação. O filósofo salienta que é "esta circularidade que [...] constitui um dos pontos fundamentais das relações entre cuidado de si e conhecimento de si no cristianismo" (FOUCAULT, 2006, p. 311). Assim, evidenciada essa circularidade, podemos compreender que o conhecimento de si é fundamental para que se possa realizar um cuidado de si que permitirá a purificação e o conhecimento da verdade.

Foucault (2006, p. 301-323) explica-nos que é no cristianismo, por meio de técnicas que têm como função dissipar as ilusões interiores, permitir o reconhecimento das tentações que se formam no interior do coração e escapar das seduções que podem nos vitimar, que o conhecimento de si é praticado, de modo que o método para isso prevê decifrar os processos secretos que acontecem na alma e cuja origem, o objetivo e a forma é necessário que se conheça. Por isso a necessidade, como explica o autor, de uma exegese de si. Nesse sentido, as técnicas da confissão seriam o caminho através do qual, pela exegese de si, o sujeito se libertaria daquilo que vai contra a Verdade da Palavra, uma verdade que não é colocada como vontade de verdade, principalmente nesse período e em um contexto cristão, mas como a verdade (im)posta e inquestionável da Palavra ou do Texto-Palavra.

Por último, Foucault (2006, p. 311) evidencia que, no cristianismo, o conhecimento de si não tem tanto a função de voltar ao eu para reencontrar a verdade que lhe cabe e o ser que se é; ao contrário disso, retorna-se a si para fundamentalmente renunciar-se a si. É pelo viés do cuidado de si, assim histórica e contextualmente caracterizado, que pretendemos lançar o olhar no *corpus* selecionado ao longo da análise que empreenderemos a seguir.

3 O cuidado de si e a castidade cristã em um texto medieval

A análise do capítulo 12 do *Virgeu de consolaçon*, intitulado "Da fala e conversaçon que os homẽes nõ devẽ aver cõ as molheres", permite-nos evidenciar, a partir do subsídio teórico de Foucault (2006, p. 301-323), como, numa relação circular com a verdade e a purificação

do coração, o cuidado de si apresenta-se como uma prática extremante importante especificamente para o homem medieval que deseja manter a castidade e que quer aproximar-se de Deus.

O texto analisado constitui-se verdade à medida que introduz citações de várias autoridades,[2] que, como tais, têm sua fala legitimada para tratar das virtudes humanas. Assim, nomes como São Jerônimo, Sêneca, Santo Agostinho, São João, Orígenes, São Basílio, Crisóstomo e Platão são apresentados ao longo do texto, seguidos de citação que evidencia sempre os cuidados que o homem deve ter em relação aos perigos para sua castidade e seu corpo. Pela análise, foi possível constatar que esses perigos têm na mulher a sua fonte, uma vez que ela é caracterizada como origem do pecado e da perdição do corpo masculino. O *corpus* não apresenta indícios de possibilidade de a quebra da castidade masculina ter como origem outro homem, ou seja, a prática sexual entre dois homens não aparece como uma possibilidade para a corrupção do corpo, o que pode ser considerado uma demonstração da moral vigente, que havia de alguma forma suprimido (desde o segundo momento da história do cuidado de si) o amor pelos rapazes, e que se insere na sequência de um período em que se constituiu no discurso uma bipolarização da prática sexual entre homem e mulher, como pudemos constatar na exposição do pensamento de Foucault (1985, 1997, 2006). Essa ausência pode ainda ser resultado de uma interdição, sobre a qual trata Foucault (2014, p. 9), que excluiria dos textos desse período considerações a respeito de uma prática sexual entre os homens.

O capítulo analisado inicia-se com a afirmação de que a conversa das mulheres[3] deve ser causa de horror a todo homem, especialmente

---

[2] Por "citação de autoridades" compreendemos, a partir de Maingueneau (1997, p. 100), o enunciado – entendido, nesse caso, como fragmento de discurso – cuja autoria se reputa a uma autoridade, sendo, geralmente, um enunciado conhecido por uma coletividade em que há o apagamento do "locutor" (l) diante de um "Locutor" (L), definido como o responsável pelo enunciado (autor efetivo), com credibilidade e cujo enunciado garante a validade do discurso.

[3] Para o desenvolvimento desta análise foram utilizados três diferentes dicionários de português medieval e português arcaico (cf. CUNHA, 1997; FILHO, 2013; SILVA, 2009). Nas reflexões tecidas ao longo desta seção substituímos, sempre que possível, as palavras em português arcaico por equivalentes contemporâneas e mantivemos as citações dos trechos da obra (de I a XII) na escrita original arcaica. As palavras mantidas na grafia arcaica foram grafadas em itálico ao longo do texto.

para os que fizeram voto de castidade e que querem chegar à altura do conhecimento de Deus, como podemos observar pelo excerto I, a seguir:

> I. A conversaçõ ou affazimento das molheres deve ser avorrecente a todo homẽ, specialmente a aqueles que fezerõ voto de castidade e que querẽ chegar a alteza do conhocimento de Deos, ca nẽhũu nõ pode aprazer aas molheres, que nõ aplaza aos diaboos (VEIGA, 1958, p. 87).

O substantivo *affazimento*, bem como a caracterização da "conversa das mulheres", emerge também como motivo de horror aos homens e possui sentido recuperável na expressão "as relações sexuais torpes" (SILVA, 2009, p. 14), o que demonstra, logo no primeiro trecho do capítulo, que a prática do ascetismo deveria compor as técnicas do cuidado de si do homem medieval casto. Na sequência, introduz-se, então, a justificativa para o horror que essas práticas devem causar em todos os homens, segundo a qual não se pode agradar às mulheres sem agradar também aos *diaboos*. Conforme Filho (2013, p. 168), para o cristianismo medieval os *diaboos* são cada um dos anjos rebeldes e seguidores de Satanás.

Nesse primeiro parágrafo, apresentam-se ao leitor, incialmente, as consequências do prazer masculino obtido por meio da relação com as mulheres. Tal apresentação permite ao homem conhecer-se sob um novo aspecto e compreender seu desejo sob a ótica religiosa cristã. A partir de então, o leitor pode, pelo conhecimento adquirido, compreender a necessidade de fugir à sedução da "conversa das mulheres" e das mulheres, executando a fuga como técnica de si.

Observa-se, a exemplo do exposto em I, que o texto compõe-se, ao longo do capítulo, de informações que permitem ao homem conhecer-se na medida em que se lhe apresentam as consequências do contato com a mulher, e que, até então, poderiam ser desconhecidas por ele pela falta do conhecimento de si. Uma vez que os perigos lhes são revelados, é possível aos homens cuidarem de si.

A partir dessa exposição inicial, apresentada em I, são introduzidas no texto citações de autoridades, por meio das quais expõem-se as informações pertinentes à temática e fundamentais à noção do conhecimento de si para o homem que preza por sua castidade. A primeira dessas citações é atribuída a São Jerônimo, segundo o qual

> II. [...] nõ pode o homẽ cõ todo seu entendimento parar mentes em Deos, que muito usa a companhia das molheres [...]. E diz que aquel he sandeo mais que os sandeos que por Cajon e aazo das molheres que poer em si maa fama (VEIGA, 1958, p. 87).

Em II**,** a citação atribuída a São Jerônimo demonstra ao leitor como a companhia e a conversa das mulheres são prejudiciais ao homem ao não permitir que ele escute a Deus e ao lançar a desonra e má reputação sobre ele. Assim, o homem é apresentado a algumas das consequências que a companhia das mulheres lhe impõe. O que há, novamente, nesse trecho, é o conhecimento de si, ou melhor, a falta dele. Dito de outra forma, desconhecer-se enquanto sujeito de instinto, que não se controla diante da possível sedução da conversa da mulher, leva o homem à desonra, como podemos ver pela afirmação de que o homem tanto fica desonrado (em II, "*poer em si maa fama*") como não consegue escutar a Deus (em II, "*nõ pode o homẽcõ todo seu entendimento parar mentes em Deos*"). Interessante notar que não há uma represália ao instinto em si, mas um controle que o homem deve ter dos seus instintos quando próximo a uma mulher, já que agradá-la significa agradar aos diabos. A partir desse trecho as informações acerca do conhecimento que o homem deve ter de suas fraquezas para que possa cuidar-se serão sempre, ao longo do capítulo, apresentadas por meio de uma citação de autoridade.

Na sequência da fala atribuída a São Jerônimo, lemos uma citação cuja autoria é atribuída a Sêneca:

> III. [...] ante el queria aver olhos de lobo cerval ou lepeosos ou nẽhũus por tal que nõ podesse ver molheres (VEIGA, 1958, p. 87).

É possível compreender pela afirmação atribuída ao filósofo uma preferência por se ter olhos de lobo feroz, doentes, ou mesmo pela ausência de olhos, desde que não se pudesse ver mulheres. Nesse ponto, observamos, conforme o exposto por Foucault (1985, p. 43-73), que a austeridade recuperável nos textos filosóficos é apropriada pelos autores cristãos ao tratarem da moral do cristianismo. Nesse caso, a recuperação da fala do filósofo é pertinente, pois vem ao encontro da moral cristã e constitui com ela uma verdade que é necessário conhecer para o desenvolvimento de um cuidado de si e, consequentemente, para a purificação da alma. Desse modo, não poder ver as mulheres, ou seja,

proteger os olhos da visão delas é uma técnica do cuidado de si que permite purificar a alma ou, pelo menos, não contaminá-la ou, ainda, desonrá-la. Da mesma forma, apropriar-se de um enunciado proferido por um santo da Igreja cristã para legitimar a voz da autoridade do dizer, intensifica a ameaça da conversa das mulheres. Isso vai se confirmando ao longo do texto.

No trecho seguinte, temos uma fala atribuída a santo Agostinho:

> IV. [...] os clérigos stremadamente devẽ a esquivar e fugir aa conversaçõ e conpanhia da molheres, porque, assi como das brasas saaẽ faiscas e do ferro ferrugẽ e das serpentes peçonha, bem assy da cõpanhia e da conversaçon das molheres sempre nace desejo de toda maa cobijça. E diz que muy gram prol he ao homẽ nõ tanger a molher ẽ esta presente vida (VEIGA, 1958, p. 87).

Na citação recuperada em **IV**, o santo aconselha aos clérigos que fujam da conversa e da companhia das mulheres, justificando-se por meio de uma comparação segundo a qual assim como das brasas saem faíscas, do ferro, ferrugem e das cobras, veneno, da companhia da mulher sempre nasce desejo ávido e intenso. Nesse trecho, há, pela primeira vez no capítulo, declaradamente, uma indicação efetiva de qual deve ser a atitude do homem em relação à mulher: explica-se ao leitor que ele deve fugir-lhe. Assim, para o mal intrínseco à mulher, a única solução é a fuga, como também se evidencia no excertos V e VI, adiante. A citação IV é finalizada com a afirmação de que é de grande nobreza ao homem não tocar a mulher nesta vida.

> V. Se o homẽ mancebo conversar muito ou morar cõ molheres, nuca lhe falecerá scandalo do diaboo (VEIGA, 1958, p. 87).

> VI. [...] o melhor e mais certo remédio que homẽ pode aver pera vencer o mundo e as molheres, assy he fugir-lhe, ca toda las outras infirmidades e temtações homẽ pode vencer per outras maneyras, assi como per jejũus ou por vigílias, per oraçõ, per disciplina, etc., mais esta nõ se pode vencer ẽ outra guisa senõ fugindo-lhe (VEIGA, 1958, p. 87).

Assim, para o homem cuja castidade é cara, o cuidado de si requer como técnica que ele se mantenha afastado das mulheres. Pode-

se notar, também, que as mulheres são comparadas ao mundo, o qual, pela descrição do enunciado em VI, é cheio de tentações e enfermidades. Cabe ao homem vencê-las, tanto as mulheres como as outras tentações e enfermidades, sendo que essas duas últimas devem ser combatidas de modo diferente daquele que utiliza para vencer as mulheres (em VI, "*las outras infirmidades e temtações homẽ pode vencer per outras maneyras*"). Como se esclarece em VI, essas outras enfermidades e tentações o homem pode conter por meio de jejuns, vigílias e orações, mas a mulher – também descrita em VI como uma enfermidade e uma tentação – só pode ser vencida pela fuga (em VI, "*mais esta nõ se pode vencer ẽ outra guisa senõ fugindo-lhe*"). Destaca-se que o ato de vencer o mundo está condicionado ao sucesso obtido na luta contra as mulheres, uma vez que a técnica de fugir delas se apresenta como o melhor remédio que o homem possui para vencer o mundo (em VI, "*o melhor e mais certo remédio que homẽ pode aver pera vencer o mundo e as molheres, assy he fugir-lhe*"). Essa solução pela fuga, apresentada ao homem como a única possível, confirma-se em diversos outros trechos do capítulo. Entretanto, o que se destaca nos enunciados apresentados ao longo do texto é o fato de que, para justificar tal necessidade de fuga do homem em relação à mulher, atribui-se a ela toda a culpa pela corrupção do corpo e da castidade; atribuem-se-lhe também as mazelas da humanidade e a elas se atrelam os prazeres ao diabólico.

Conforme a citação atribuída a santo Agostinho em V, se o homem jovem conversar muito ou morar com mulheres, nunca morrerá nele o escândalo atribuído ao diabo. Assim, pelo enunciado em questão, compreende-se que se esses atos acarretam a permanência sobre o homem do escândalo atribuído ao diabo, é porque a causadora do escândalo é a mulher, como já fora dito e nesta passagem se reforça. Em outros trechos do texto,[4] o homem é aconselhado a não querer que os pés da mulher entrem em sua casa e a não desejar conversar com as virgens servas de Jesus Cristo, ainda que elas vivam em santidade. Verifica-se, novamente, a desconfiança com relação à mulher e, ao mesmo tempo, a incapacidade de o homem controlar seus instintos diante dela.

[4] Muitos enunciados que mencionamos e descrevemos ao longo da análise não foram expostos integralmente neste trabalho, devido à necessidade de concisão que um artigo exige. Por isso, indica-se, se possível, a leitura integral do capítulo sobre o qual esta análise se debruça.

A partir do conhecimento de si que os enunciados demonstram, a técnica de si que permite ao homem medieval casto manter sua virtude está em se afastar das mulheres. Ao executar tal técnica, ele cuida de si e, como exposto em II, pode, então, escutar Deus e ter acesso à Palavra e à Revelação, purificando seu coração e alcançando a verdade e, novamente, praticando o cuidado de si. Eis aí a circularidade evidenciada por Foucault (2006), que podemos verificar em:

> Pode-se dizer, creio, que neste modelo [cristão] o conhecimento de si está ligado, de modo complexo, ao conhecimento da verdade tal como é dada pelo Texto e pela Revelação; que este conhecimento de si é implicado, exigido pela necessidade de que o coração seja purificado para compreender a Palavra; que só pelo conhecimento de si ele pode ser purificado; que a Palavra precisa ser recebida a fim de que se possa empreender a purificação do coração e realizar o conhecimento de si. Portanto, relação circular entre: conhecimento de si, conhecimento da verdade e cuidado de si. Se quisermos promover nossa própria salvação, devemos acolher a verdade: a que nos é dada no Texto e a que se manifesta na Revelação. Mas não podemos conhecer esta verdade se não nos ocuparmos com nós mesmos na forma do conhecimento purificador do coração. Em troca, este conhecimento purificador de si por si mesmo só é possível sob a condição de que já tenhamos uma relação fundamental com a verdade, a do Texto e da Revelação. É esta circularidade que, a meu ver, constitui um dos pontos fundamentais das relações entre o cuidado de si e o conhecimento de si no cristianismo (FOUCAULT, 2006, p. 310-311).

Corroborando a hipótese que vem sendo aqui apresentada, enunciam-se em VII inúmeros exemplos de homens que perderam suas virtudes devido a uma mulher:

> VII. Nõ queyras star nẽ ficar cõ a molher soo em hũa casa, nẽ te esfeuzes em tua castidade, nẽ em tua fortaleza nẽ ẽ tua sanctidade nẽen tua sabedoria, ca nõ es tu mais forte que Sanson nẽ mais santo que David nẽ mais sabedor que Salomõ. E todos estes cayron em pecados e deles em perigoos dos corpos, pelo aazo e conversaçon das molheres, ca o oolhar do rosto que muy ameude vees te trage a muy grande perigoo (VEIGA, 1958, p. 88).

Por isso, em VII**,** o homem é aconselhado a não confiar na própria força, na própria santidade nem na própria castidade e, como argumento em favor desse aconselhamento, citam-se os exemplos de Sansão, David e Salomão, que pecaram e colocaram seus corpos em perigo devido à conversa das mulheres. Apresentam-se exemplos de homens que se deixaram corromper por não praticarem o cuidado de si necessário para que seus corpos não fossem corrompidos e ameaçados. Tais homens pecaram e, de um modo ou de outro, perderam suas vidas por causa das mulheres nas quais confiaram e com as quais permaneceram demasiadamente. Se, por um lado, à mulher é atribuído esse papel diabólico da sedução que corrompe corpos e cega mentes, impedindo a purificação e a revelação, por outro, ao homem é dado um papel de fraqueza moral diante de tal perigo. Nesse sentido, o aconselhamento se mostra paradoxal: a mulher é diabólica e o homem é fraco. É pelos exemplos de perdição trágica sofrida por aqueles que permaneceram sob o encanto feminino que o cuidado de si demonstra-se imperativo, uma vez que as consequências do descuidar-se são reais.[5]

---

[5] Sobre os exemplos em questão temos, primeiramente, a história de Sansão, que é narrada, na Bíblia, no livro de *Juízes*, capítulo 13. Conforme a narrativa bíblica (BÍBLIA, 1997a, p. 294), Sansão, que era um servo de Deus, conta a Dalila – que fora instruída a seduzi-lo e a descobrir a origem de sua força – que a força que o tornava invencível residia nas sete tranças de seu cabelo, que nunca fora cortado. Num golpe de traição, Dalila corta os cabelos de Sansão enquanto ele dorme, e o entrega aos filisteus. Prisioneiro dos filisteus, Sansão, por interseção divina, consegue forças para derrubar a coluna central da casa em que estava, morrendo esmagado, mas levando consigo todos os filisteus, que festejavam sua captura. No segundo exemplo, temos a história de adultério do rei Davi, que é narrada no segundo *Livro de Samuel* (BÍBLIA, 1997b, p. 346-348). Segundo a narrativa, o rei dormiu com Betsabé, que era esposa de seu general, Urias. A partir do adultério, Betsabé engravida e o rei Davi envia Urias para a frente de batalha, na intenção de que ele morresse, fato que se efetiva e que permite ao rei tornar Betsabé sua mulher. Entretanto, como consequência, Davi desagrada ao Senhor, que o pune tirando a vida de seu primeiro filho com a esposa. Betsabé engravida novamente de Davi e a criança, amada pelo Senhor, se torna o futuro rei de Israel, Salomão. Por último, temos a perdição de Salomão, filho de Davi, que também acontece por conta das mulheres que ele amou. Apesar de ter sido instruído por Deus a não ter relações com mulheres estrangeiras, pois elas o seduziriam o coração e o levariam para os seus deuses, Salomão teve 700 esposas e 300 concubinas, que perverteram-lhe o coração para seguir outros deuses. Diante disso, o Senhor promete retirar o reino da sucessão de Salomão, fazendo, após sua morte, não do filho dele, mas de um de seus servos, um rei (BÍBLIA, 1997c, p. 380).

Se até aqui, no *corpus*, a companhia, a fala da mulher e o ato de tocá-la representava ameaças ao corpo e à castidade masculina, a partir deste ponto a contemplação, o muito olhar para o rosto da mulher é também causa de muitos perigos. Ao homem não restam alternativas; dois caminhos e suas respectivas consequências se revelam: a fuga da mulher ou o encontro com ela, a virtude ou a desonra, a salvação do corpo ou sua corrupção, Deus ou os diabos. A bipolaridade bem *vs.* mal firma-se, confirma-se e se instaura como elemento retórico de convencimento para o homem casto. Nessa visão dicotômica do homem sobre o mundo e sobre a mulher, elimina-se a possibilidade de relativização dos atos, fato que marca esse posicionamento cristão avesso ao que é tomado como profano. É a radicalização dos polos que purifica ou castiga.

No excerto a seguir, ensina-se ao homem religioso que o amor das mulheres não pode ser saciado, pois mesmo depois de morto, ele se incendeia novamente e, após a grande satisfação, míngua e torna-se pobre, de modo que o coração do homem fica tão pequeno e fraco que ele não consegue pensar em outras coisas senão nesse mal que o faz sofrer.

> VIII. O amor das molheres nuca pode ser farto, o qual depois que he morto, depois torna a ser encendido, e depois da grande avondança he fecto mjnguado e mesquinho e o coraçõ do homẽ faz tan pequeno e tã fraco, que non leixa pensar em outra cousa, senõ em aquel mal que sofre (VEIGA, 1958, p. 88).

Assim, conforme VIII, a aversão ao prazer que causa a grande satisfação é plenamente justificável, uma vez que esse prazer é efêmero e tem consequências muito negativas para o homem, que enfraquece e tem sua mente tomada pelo mal que o atingiu; o prazer passa da satisfação do corpo ao sofrimento que invade a mente e fragiliza o coração. Estabelece-se, portanto, como já evidenciou Foucault (1985, p. 43-73) acerca do cuidado de si cristão, uma relação em que o prazer é atrelado ao mal, não apenas ao mal diabólico, como encontramos em excertos anteriores, mas também ao mal que perturba a mente e enfraquece o coração. Se a mente não se ocupa de outra coisa que não o mal que se instalou, como resultado de um descuido de si, o coração se afasta da purificação necessária ao cristão. Então, o prazer plenamente satisfeito torna-se um vício do qual o homem cristão não pode se libertar, instituindo o mal que a mulher provoca e a fraqueza moral do homem.

No trecho destacado em IX, a corrupção do homem pela mulher é apresentada, explicitamente, pela primeira vez no *corpus* como tendo como resultado final o Inferno, que é sua consequência máxima. Afirma-se que a descendência, a morada ou a companhia das mulheres é porta do Inferno, ferida de escorpião e muito prejudicial ao homem.

> IX. Ca o linhagẽ ou morada ou aver companhia cõ ellas nõ he se nõ porta do inferno e ferida de scorpiõ, e cousa muy enpeencivil (VEIGA, 1958, p. 88).

Em última instância, o homem, pela ausência do cuidado de si – quando se permite estar na presença da mulher, desvirtuando-se –abre para si as portas do Inferno.

O desejo é apresentado, em diversas passagens do *corpus*, metaforicamente como fogo, como aquilo que incendeia, e a própria palavra *fogo* aparece em enunciados que explicam que assim como o fogo queima o que está próximo dele, tocar a pele da mulher representa um perigo iminente àquele que a toca, pois a mulher fere com fogo mortal e queima aquele que mais próximo dela estiver, queimando a raiz de todo bom propósito e boa promessa.

O fogo é, portanto, a causa (desejo) com consequências (devastação); é o desejo que nasce da presença da mulher e que culmina no prazer, mas que também consome as virtudes, causa feridas e corrompe o corpo. O fogo é sedutor, mas devasta aquele que dele se aproxima. Nessa relação metafórica entre fogo e desejo, a conclusão para ambos é a mesma. A única forma de não se queimar, de não ser consumido pelo desejo é afastar-se da chama de origem.

Pelo conhecimento de si o homem pode compreender que, assim como a origem do incêndio que a tudo consome é chama inicial, a origem da corrupção do corpo, da perturbação da mente e do coração, bem como da condenação ao Inferno é a mulher. Como o fogo há de queimar aquele que muito dele se aproximar, a conclusão acerca do contato com uma mulher é, irremediavelmente, a corrupção. Assim a estratégia argumentativa em favor da castidade reside em dissipar a ilusão de que haveria alguma conversa entre homem e mulher que não seria para ele fonte de tentação, para, em seguida, apresentar a adequada técnica de si, que é a separação do homem da mulher. Acerca disso, verificamos com Foucault (2006, p. 311), conforme recuperado na seção 2.1, que é por meio das técnicas de si no cristianismo – das quais faz parte (pela

análise apresenta até aqui) a defesa do afastamento do homem em relação às mulheres – que se torna possível ao homem o dissipação das ilusões interiores, o reconhecimento das tentações e, por fim, é possível a ele escapar das seduções.

Nessa construção de argumentos, que enfatiza o perigo da mulher, de seu discurso e a fraqueza moral do homem, Deus se torna impotente diante desse cenário, evidenciando, a partir da coerência as contradições como um reflexo da superfície (FOUCAULT, 2008, 169-170).[6]

Na sequência, em X, a fala do bispo Johã é introduzida para alertar o homem do fato de que a mulher é malícia antiga, pois ela foi responsável por retirar Adão dos prazeres do Paraíso. Ressalta-se que Eva colocou toda a descendência humana no Inferno, tirou a vida do mundo, trouxe a morte aos homens, encontrou o trabalho, a dor e matou são João Batista, sendo, portanto, a mulher responsável por transformar os homens espirituais em terrenos.

> X. A molher he malicia antiga a qual tirou Adam dos plazeres do parayso, e os homẽes spirituaaes faz-os terreaaes, por esta foy todo o linhagẽ humanal método no jnferno. Esta tolheo a vida ao mundo, esta he mal tã grande que trage os homẽes aa morte, esta achou primeyramente trabalho e door, esta matou san Johã Babtista (VEIGA, 1958, p. 88-89).

Observa-se, nesse ponto, como o mal atrelado ao prazer, na austeridade cristã, tem origem, pela mitologia católica da criação da humanidade, em Eva, que corrompe Adão e o influencia a comer do fruto proibido e, dessa forma, desobedecer às ordens divinas. Eva apresenta o pecado a Adão, planta nele o desejo e o torna mundano. Desse modo, a malícia feminina é intrínseca à sua origem e, uma vez que Eva corrompeu Adão, todas as descendentes dela serão também corruptoras de virtudes. Por esse motivo, todas as características femininas corrompem o homem e são, no texto analisado, genéricas e aplicáveis a qualquer que seja a

[6] A respeito da contradição, Foucault (2008, p. 170) esclarece-nos que ela "é a ilusão de uma unidade que se oculta ou que é ocultada: só tem lugar na defasagem existente entre a consciência e o inconsciente, o pensamento e o texto, a idealidade e o corpo contingente da expressão". Para o autor, "[t]al contradição, longe de ser aparência ou acidente do discurso, longe de ser aquilo de que é preciso libertá-lo [...] sua verdade aberta, constitui a própria lei de sua existência: é a partir dela que ele emerge" (FOUCAULT, 2008, p. 170).

mulher (mesmo à serva de Jesus, mesmo à irmã de sangue). O mal que se enfatiza estar presente no prazer, durante o período cristão do cuidado de si, é o da essência feminina. Em citação atribuída a Orígines, a mulher também é a cabeça do pecado, animal ruim, serpente venenosa e serva má do mundo.

Na alegoria da mulher como animal peçonhento, rastejante, conserva-se o discurso da sua inferioridade diante do homem, que, mesmo moralmente fraco, é-lhe superior. Contudo, a insistência, tal qual a da serpente bíblica, faz o homem cristão sucumbir. Mais uma vez, conhecer-se é fundamental para o cuidado de si. Em ponto algum, a fraqueza moral do homem cristão é questionada, já que lhe é permitido ter fraquezas e vencê-las, ao passo que a mulher é, em sua imutável essência moral, fraca. Portanto, o discurso para alertá-la de sua fraqueza não teria sentido, contrariamente ao que acontece para o homem cristão. Dá-se como posto que a mulher não precisa conhecer-se, já que sua natureza é esta do pecado e da corrupção moral, e cabe ao homem cristão cuidar-se de si para cuidar dos outros, inclusive da sua fé e da fé alheia, como técnica de purificação, da verdade e da revelação.

Nos últimos trechos do capítulo analisado, excertos XI e XII, os enunciados são atribuídos a são Basílio, que aconselha ao homem separar-se do amor das mulheres, não abandonar o amor de Deus e não querer ir à casa das virgens religiosas nem com elas muito falar. De onde podemos compreender que o caminho que leva ao amor de Deus é completamente oposto ao que leva ao amor das mulheres. Assim, não há possibilidade de o homem encontrar o amor das mulheres e também o divino. Não há aproximação de Deus para o homem que se aproxima das mulheres; ao contrário, há distanciamento e consequências funestas. Em XII, isso ascende irreversivelmente ao *status* de verdade, uma vez que o santo afirma não mentir, por falar em nome do próprio Jesus Cristo.

> XI. Parte o teu amor das molheres e nõ te quites do amor de Deos, nom qu[e]yras hir a casa das virgẽes nẽ das religiosas, nẽ queyras ameude cõ ellas falar nẽ usar ne andar, por que pelos muitos e longos sermões delas son as almas ençujentadas (VEIGA, 1958, p. 89).

> XII. E diz mais este sancto: Creede a mjn, porque esto que digo digo-o e falo-o em persoa de Cristo e em esto nõ menço (VEIGA, 1958, p. 89).

Ao se afirmar falar em nome do próprio Jesus Cristo, a caracterização do desejo do homem pela mulher como maléfico, da presença da mulher e da conversa com ela como origem da tentação, dos prazeres como uma forma de agradar aos diabos, da mulher como fonte do pecado, como porta do Inferno, entre outras que remetem à austeridade cristã, ascendem a um patamar irreversível de verdade. Ao homem medieval que deseja alcançar ou manter a virtude da castidade para chegar a Deus, apresenta-se a verdade incontestável que permitirá a ele dissipar as ilusões interiores e reconhecer as tentações para seu coração e sua alma (conhecimento de si), e evidenciam-se para ele as técnicas de si necessárias ao cuidado de si que o permitirá, por meio da verdade, purificar o coração. Conforme apresentado na seção 2.1, Foucault (2006, p. 311) esclarece que o método para a prática dessas técnicas de si consiste em decifrar "os processos e movimentos secretos que se desenrolam na alma, dos quais é preciso apreender a origem, a meta, a forma", sendo necessária, portanto, "uma exegese de si". Nesse sentido, o *corpus* analisado e os enunciados que ele compreende funcionam como uma superfície da qual emergem informações e conselhos sobre como esse homem medieval casto se constitui, no que se refere ao seu contato com a mulher (suas fraquezas e os riscos que essa mulher lhe representa), servindo de instrumento dessa exegese e permitindo a esse homem o cuidado de si.

4 Considerações finais

Com nossa análise, pudemos observar que o capítulo 12 do *Virgeu de consolaçon*, lido a partir do conceito foucaultiano de cuidado de si, atua como um instrumento para que o homem casto conheça a si mesmo, o que permite a ele cuidar de si e, na relação circular evidenciada por Foucault (1985, p. 43-73), purificar-se e ter acesso à verdade. Somente por meio do conhecimento de si e do cuidar de si para poder cuidar dos outros, é que esse homem medieval cristão ascende à pureza e à verdade.

Contudo, observamos que há uma generalização das consequências dos prazeres, com a mulher vista como algo que afeta a todos os homens, apesar de o texto ter como foco aqueles homens que fizeram voto de castidade. Essa generalização se comprova no primeiro trecho do capítulo, exposto em I, onde se evidencia que a fala e as relações sexuais torpes com as mulheres devem ser causa de desonra a todo homem,

ainda que especialmente àqueles que fizeram voto de castidade. Outro aspecto notado é o fato de que toda a argumentação apresentada se encaminha para uma única conclusão: ao homem que deseja manter ou alcançar a castidade, a única alternativa reside no isolamento completo dele em relação às mulheres. Por fim, não se considera a possibilidade da quebra da castidade por meio de uma relação entre dois homens, cuja ausência suscita questionamentos que outras investigações – nas quais se ampliasse, por exemplo, o *corpus* – poderiam responder.

Conforme os objetivos iniciais que havíamos traçado, contextualizamos, na seção 2, a história do sujeito pelo viés do cuidado de si. Procuramos descrever, por meio das análises apresentadas, como se constrói, no *corpus* selecionado, uma argumentação em favor da castidade, em razão de uma necessidade que o homem tem de cuidar de si mesmo, e buscamos, também, na seção 3, analisar como emerge, no capítulo 12 da obra *Virgeu de consolaçon*, uma cultura do cuidado de si cristão. Em relação a esses aspectos, a análise permitiu compreender que a defesa da castidade masculina reside em classificar qualquer prática entre homens e mulheres (o olhar, a conversa, a convivência, o morar junto, o tocar, entre outras) como perigosa para a virtude masculina. A mulher caracteriza-se nos enunciados estudados como fonte eminente de corrupção do corpo do homem e, consequentemente, afasta-o de Deus, colocando em risco sua salvação. Por esse motivo, torna-se imperativa a esse homem a prática do cuidado de si que consiste em fugir da presença de mulheres, uma vez que para essa forma de corrupção a única certeza de manter-se incorruptível é fugir à tentação que a mulher representa, quem quer que ela seja, incluindo-se as religiosas e a irmã de sangue. Nossa análise pôde constatar, também, como a cultura do cuidado de si cristão no *corpus* em questão caracteriza-se por um regime mais austero do modelo que Foucault (2006, p. 310) denomina *ascético-monástico*.

Também observamos, na evidência do dizer, os mecanismos de controle internos (em relação à escolha dos itens lexicais) e externos (por se apropriar de discursos proferidos por santos) para a constituição dos enunciados, autorizando-se este discurso como aquele que leva e eleva a verdade cristã sobre a castidade masculina, para que este homem medieval cristão atinja a pureza e com ela a revelação. Somente nessa castidade, que deve ser conhecida pelo si, é que o cuidado de si para cuidar do outro se torna possível, e isso só acontecerá mediante à demonização da mulher, seja enquanto uma figura alegórica ou não.

Inúmeros outros aspectos não discutidos neste trabalho poderiam ser abordados, na análise do *corpus* que selecionamos, em relação à proposta de Foucault (1985, p. 43-73) para a constituição da história do sujeito pelo viés do cuidado de si. Por isso, esclarecemos que este trabalho não esgotou as análises possíveis. Reconhecemos, assim, a necessidade de outras investigações que abordem o cuidado de si no período cristão medieval, considerando, para tanto, o mesmo *corpus* e/ou outros *corpora*.

Referências

BÍBLIA. A. T. *Juízes*. Tradução dos originais mediante a versão dos Monges de Maredsous (Bélgica) pelo Centro Bíblico Católico. 107. ed. São Paulo: Ave Maria, 1997a. p. 276-301.

BÍBLIA. A. T. *Livro de Samuel*: segundo livro. Tradução dos originais mediante a versão dos Monges de Maredsous (Bélgica) pelo Centro Bíblico Católico. 107. ed. São Paulo: Ave Maria, 1997b. p. 336-365.

BÍBLIA. A. T. *Livro dos reis*: primeiro livro. Tradução dos originais mediante a versão dos Monges de Maredsous (Bélgica) pelo Centro Bíblico Católico. 107. ed. São Paulo: Ave Maria, 1997c. p. 365-397.

CUNHA, A. G. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

FILHO, A. V. L. M. *Dicionário etimológico do português arcaico*. Salvador: EDUFBA, 2013.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito*. Tradução de Márcio Alves da Fonseca; Salma Tannus Muchail. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. v. 3: o cuidado de si.

FOUCAULT, M. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Tradução de Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas: Pontes, Editora da UNICAMP, 1997.

SILVA, J. C. da. *Dicionário da língua portuguesa medieval*. 2. ed. rev. ampl. Londrina: Eduel, 2009.

VEIGA, A. de B. *Virgeu de Consolaçon*: edição crítica de um texto arcaico inédito. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1958.

VEYNE, P. (Org.). *História da vida privada*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. v. 1: Do Império Romano ao ano mil.

Aléxia Teles Duchowny
Laureny Aparecida Lourenço da Silva
Lúcia Fulgêncio
Maria Juliana Gambogi Teixeira

ORGANIZADORES

Faculdade de Letras
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ISSN 0103-2178